

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE RJ

RODRIGO FERRAZ DE ALMEIDA

**O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO SUAVIZAÇÕES DE
RESULTADOS, GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E QUALIDADE
DE LUCROS DOS BANCOS**

**RIO DE JANEIRO
2023**

RODRIGO FERRAZ DE ALMEIDA

**O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO SUAVIZAÇÕES DE
RESULTADOS, GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E QUALIDADE
DE LUCROS DOS BANCOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape RJ, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Soares Monte-mor

**RIO DE JANEIRO
2023**

RODRIGO FERRAZ DE ALMEIDA

O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO SUAVIZAÇÕES DE RESULTADOS, GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E QUALIDADE DE LUCROS DOS BANCOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape RJ, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. DANILO SOARES MONTE-MOR
Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape RJ

Prof. Dr. FERNANDO CAIO GALDI
Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape RJ

Prof. Dr. TALLES VIANNA BRUGNI
Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape RJ

Prof. Dr. CARLOS ANDRE MARINHO VIEIRA
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. VAGNER ANTÔNIO MARQUES
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer a Deus, a minha esposa Raquel, as minhas princesas Carol e Marina, por toda a paciência que tiveram comigo ao longo desses anos de doutorado. Também, a todos os outros familiares que, acreditaram e ficaram do meu lado sempre. Aos meus inesquecíveis amigos da Turma Rio, Lícia, Manuela, Antônio, Luís Carlos, Bruno e Fernando que, nos meus momentos mais complicados, sempre ficaram ao meu lado.

Durante o doutorado, conhecemos professores que realmente foram inesquecíveis, aos quais, deixo o meu agradecimento. Mas, existiu um que realmente se destacou, não somente como professor, mas sim, como amigo e um excepcional orientador de tese, Prof. Danilo Soares Monte-mor. Atleticano e sempre disposto a nos ajudar.

Muito obrigado, meu amigo!

RESUMO

Os Ativos Fiscais Diferidos representam o valor de ajuste da base de cálculo dos tributos sobre o lucro, sendo relacionados às compensações futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais não utilizados e, também, pelas diferenças temporárias dedutíveis, sendo que, em cenários de crise financeira podem impactar diretamente os resultados dos bancos. Os objetivos desse estudo foram apresentar o uso desses ativos como sendo uma métrica para (1) suavização de resultados, (2) gerenciamento de resultados por PCLD (H1), para evitar declínio dos lucros (H2), evitar relatar uma perda (H3) e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4) e, também na perspectiva de (3) qualidade de lucros, utilizando-se como *proxies*: persistência de lucros (H5), alisamento de lucros (H6) e lucros inesperados por Earning Response Coefficient (H7) dos bancos, no período do primeiro semestre de 2017 ao segundo semestre de 2021. Utilizou-se médias de evoluções e indicadores financeiros (1), regressões lineares por dados em painel (2)(3) e *probit* (2). Os resultados encontrados evidenciaram que os Ativos Fiscais Diferidos podem ser considerados como suavizadores de resultados para os médios bancos, aumentando a sua lucratividade, além de serem utilizados para fins de gerenciamento de resultados, tendo a relação, quanto maior o valor do uso desses ativos, maior o gerenciamento por Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (H1), menor a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros (H2) e evitar relatar perdas (H3), e os pequenos bancos apresentaram resultados significativos no uso desses ativos para o gerenciamento de resultados por Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa. Na perspectiva de qualidade de lucros, a relação foi, quanto maiores forem os Ativos Fiscais Diferidos maiores serão a persistência de lucros (H5) e os lucros inesperados pelo *Earning Response Coefficient* (H7) e, menor será o alisamento de lucros (H6). Os médios bancos apresentaram resultados significativos no uso desses ativos para a persistência de lucros e, os pequenos, para a persistência e alisamento de lucros. Portanto, os Ativos Fiscais Diferidos podem ser utilizados como uma medida para suavizações de resultados, gerenciamento de resultados e qualidade de lucros e, benefícios discricionários fiscal e legal podem ser gerados, principalmente nos resultados bancários, sejam para grandes, médios e pequenos bancos.

Palavras-chave: bancos, Ativos Fiscais Diferidos, suavizações de resultados, gerenciamento de resultados, qualidade de lucros.

¹ Parte dos resultados desta pesquisa foram publicados em:

Almeida, R. F., & Stefanelli, N. O. (2021a). Ativos Fiscais Diferidos: uma análise de suavizações de resultados em big e small banks listados no Banco Central do Brasil. Artigo apresentado na Associação de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - *XV Congresso AnpCONT* (on-line): Autor, 04 a 07 de dezembro de 2021. Recuperado em março, 29, 2022, em https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/94_merged.pdf.

Almeida, R. F., & Stefanelli, N. O. (2021b). O uso dos Ativos Fiscais Diferidos como gerenciamento de resultados dos bancos listados no Banco Central do Brasil. Artigo apresentado na Associação de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - *XV Congresso AnpCONT* (on-line): Autor, 04 a 07 de dezembro de 2021. Recuperado em março, 29, 2022, em https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/95_merged.pdf.

Almeida, R. F., & Stefanelli, N. O. (2021c). Ativos Fiscais Diferidos: uma análise de suavizações de resultados em big e small banks listados no Banco Central do Brasil. Artigo apresentado no *Business Technology Congress – B-Tech* (on-line): Autor, 08 a 11 de dezembro de 2021. Recuperado em novembro, 20, 2022, em https://fucepe.br/bt_echcongress/.

Almeida, R. F. (2022a). O uso dos Ativos Fiscais Diferidos como gerenciamento de resultados em big e small banks listados no Banco Central do Brasil. Artigo apresentado no *XXII USP International Conference in Accounting* (on-line): Autor, 27 a 29 de julho de 2022. Recuperado em novembro, 29, 2022, em <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3589.pdf?cv=1>.

Almeida, R. F. (2022b). O uso dos Ativos Fiscais Diferidos como gerenciamento de resultados dos bancos listados no Banco Central do Brasil. Artigo apresentado no *XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD 2022* (on-line): Autor, 21 a 23 de setembro de 2022. Recuperado em outubro, 10, 2022, em <http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/a34e1d4bb4d329167f50992ba59fe45a.pdf>.

Almeida, R. F. (2022c). O uso dos Ativos Fiscais Diferidos como gerenciamento de resultados dos bancos listados no Banco Central do Brasil. Artigo apresentado no *XXV Seminários em Administração – XXV SEMEAD* (on-line): Autor, 08 a 11 de novembro de 2022. Recuperado em dezembro, 20, 2022, em <https://submissao.semead.com.br/25semead/trabalho-enviados.php>.

ABSTRACT

Deferred Tax Assets represent the adjustment value of the calculation basis of taxes on income, being related to future offsets of unused tax credits and tax losses, and also to deductible temporary differences, considering that, in scenarios of financial crisis, they may directly impact the results of banks. The objectives of this study were to present the use of these assets as a metric for (1) earnings smoothing, (2) earnings management by PCLD (H1), to avoid declining earnings (H2), to avoid reporting a loss (H3) and avoid failing to meet or exceed analysts' earnings forecasts (H4) and, also from the perspective of (3) earnings quality, using as proxies: earnings persistence (H5), earnings smoothing (H6) and earnings unexpected by Earning Response Coefficient (H7) of the banks, in the period from the first half of 2017 to the second half of 2021. Averages of evolutions and financial indicators (1), linear regressions by panel data (2)(3) and probit(2). The results found showed that Deferred Tax Assets can be considered as result smoothers for medium-sized banks, increasing their profitability, in addition to being used for earnings management purposes, having the relationship, the higher the use value of these assets, higher management by Allowance for Loan Losses (H1), less likely to manage earnings to avoid a decline in earnings (H2) and avoid reporting losses (H3), and small banks showed significant results in using these assets to earnings management by Provision for Loan Losses. From the perspective of earnings quality, the relationship was, the greater the Deferred Tax Assets, the greater the earnings persistence (H5) and the unexpected earnings by the Earning Response Coefficient (H7) and, the smaller the earnings smoothing (H6). The medium banks presented significant results in the use of these assets for the persistence of earnings and, the small ones, for the persistence and smoothing of earnings. Therefore, Deferred Tax Assets can be used as a measure for earnings smoothing, earnings management and earnings quality, and fiscal and legal discretionary benefits can be generated, mainly in banking earnings, whether for large, medium and small banks.

Keywords: banks, Deferred Tax Assets, earnings smoothing, earnings management, earnings quality.

¹ Part of the results of this research were published in:

- Almeida, R. F., & Stefanelli, N. O. (2021a). Deferred Tax Assets: an analysis of income smoothing in big and small banks listed at the Central Bank of Brazil. Paper presented at the Association of Graduate Programs in Accounting Sciences - *XV AnpCONT Congress (online): Author*, December 4th to 7th, 2021. Retrieved on March, 29th, 2022, at https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/94_merged.pdf.
- Almeida, R. F., & Stefanelli, N. O. (2021b). The use of Deferred Tax Assets as earnings management for banks listed at the Central Bank of Brazil. Paper presented at the Association of Graduate Programs in Accounting Sciences - *XV AnpCONT Congress (online): Author*, December 4th to 7th, 2021. Retrieved on March, 29th, 2022, at https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/95_merged.pdf.
- Almeida, R.F., & Stefanelli, N.O. (2021c). Deferred Tax Assets: an analysis of income smoothing in big and small banks listed at the Central Bank of Brazil. Paper presented at the *I Business Technology Congress – B-Tech (online): Author*, December 8th to 11th, 2021. Retrieved on November 20th, 2022, at <https://fuceape.br/btechcongress/>.
- Almeida, R. F. (2022a). The use of Deferred Tax Assets as earnings management in big and small banks listed at the Central Bank of Brazil. Paper presented at the *XX USP International Conference in Accounting (online): Author*, July 27-29, 2022. Retrieved on November, 29, 2022, at <https://congressosp.fipecafi.org>.
- Almeida, R. F. (2022b). The use of Deferred Tax Assets as earnings management for banks listed at the Central Bank of Brazil. Paper presented at the XLVI ANPAD Meeting – *EnANPAD 2022 (online): Author*, September 21 to 23, 2022. Retrieved on October, 10, 2022, at <http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/a34e1ddb4d329167f50992ba59fe45a.pdf>.
- Almeida, R. F. (2022c). The use of Deferred Tax Assets as earnings management for banks listed at the Central Bank of Brazil. Paper presented at the XXV Seminars in Administration – *XXV SEMEAD (online): Author*, November 8th to 11th, 2022. Retrieved on December 20th, 2022, at <https://submissao.semead.com.br/25semead/trabalho-enviados.php>.

LISTA DE SIGLAS

AFD - Ativos Fiscais Diferidos
BACEN - Banco Central do Brasil
BaFin - *Federal Financial Supervisory Authority*
BCBS - *Basel Committee on Banking Supervision*
BR GAAP - *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNSP - Conselho de Seguros Privados
COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC 32 - Comitê de Pronunciamento Contábil 32
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DREs - Demonstrações de Resultados dos Exercícios
ERC - *Earning Response Coefficient*
FASB - *Financial Accounting Standards Board*
GAAP - *Generally Accepted Accounting Principles*
GFB - Governo Federal do Brasil
IAS 12 - *International Accounting Standard* nº 12
IASB - *International Accounting Standards Board*
IFRS - *International Financial Reporting Standards*
IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
LAIR - Lucro antes de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
LL - Lucro Líquido
LPLP - Lucro ou Prejuízo Líquido do Período
PCLD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
PFD - Passivos Fiscais Diferidos
RFB - Receita Federal do Brasil
RIF - Receitas de Intermediações Financeiras
RLP - Resultado Líquido do Período
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SFAS 109 - *Statement of Financial Accounting Standards* nº 109
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Quantidade de bancos utilizados na amostra e separados por tamanhos grande, médio e pequeno porte de 2017 a 2021	23
QUADRO 2 - Quantidade de bancos da amostra	44
QUADRO 3 - Quantidade de bancos utilizados na amostra e separados por tamanhos grande, médio e pequeno porte de 2017 a 2021	45
QUADRO 4 - Resumo das variáveis da H1, H2, H3 e H4	53
QUADRO 5 - Quantidade de bancos da amostra	96
QUADRO 6 - Quantidade de bancos utilizados na amostra e separados por tamanhos grande, médio e pequeno porte de 2017 a 2021	96
QUADRO 7 - Resumo das variáveis da H5, H6 e H7	104
QUADRO 8 - Marcos normativos dos AFD	161
QUADRO 9 - Principais diferenças entre os reconhecimentos e mensurações dos AFD pelos padrões contábeis COSIF e IFRS	169
QUADRO 10 - Quantidade de bancos utilizados na amostra e separados por tamanhos grande, médio e pequeno porte de 2017 a 2021	171

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Somatório de valores dos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a 2021	25
GRÁFICO 2 - Média dos indicadores financeiros dos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a 2021	26
GRÁFICO 3 - Uso dos AFD dos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a 2021	27
GRÁFICO 4 - Apresentações dos grandes, médios e pequenos bancos em consonância à Resolução 4.842/2020	28
GRÁFICO 5 - Origem dos AFD divulgados pelos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a 2021	29
GRÁFICO 6 - Médias de AFD e PCLD e tendências médias dos grandes bancos do período de 2017 a 2021, sendo coletados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN	60
GRÁFICO 7 - Médias de AFD e PCLD e tendências médias dos médios bancos do período de 2017 a 2021, sendo coletados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN	61
GRÁFICO 8 - Médias de AFD e PCLD e tendências médias dos pequenos bancos do período de 2017 a 2021, sendo coletados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN	62
GRÁFICO 9 - Evolução financeira dos bancos de grande porte de 2017 a 2021	173
GRÁFICO 10 - Indicadores financeiros dos bancos de grande porte 2017 a 2021	174
GRÁFICO 11 - Evolução financeira dos bancos de médio porte de 2017 a 2021	175
GRÁFICO 12 - Indicadores financeiros dos bancos de médio porte de 2017 a 2021	177
GRÁFICO 13 - Evolução financeira dos bancos de pequeno porte de 2017 a 2021	178
GRÁFICO 14 - Indicadores financeiros dos bancos de pequeno porte de 2017 a 2021	179
GRÁFICO 15 - Somatório de valores dos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a 2021	180
GRÁFICO 16 - Média dos indicadores financeiros dos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a 2021	181
GRÁFICO 17 - Uso dos AFD dos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a	

2021	182
GRÁFICO 18 - Apresentações dos grandes, médios e pequenos bancos em consonância à Resolução 4.842/2020	183
GRÁFICO 19 – Origem dos AFD divulgados pelos grandes, médios e pequenos bancos de 2017 a 2021	184

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estatística Descritiva	55
TABELA 2 - AFD como métrica de gerenciamento de resultados dos bancos	63
TABELA 3 - AFD como métrica de gerenciamento de resultados dos grandes, médios e pequenos bancos	68
TABELA 4 - Estatística Descritiva	107
TABELA 5 - AFD como métrica de qualidade de lucros dos bancos	116
TABELA 6 - AFD com métrica de qualidade de lucros dos grandes, médios e pequenos bancos	121
TABELA 7 - AFD são incrementalmente úteis para medidas de gerenciamento de resultados do período de 2017 a 2021, sendo coletados do BACEN e Bloomberg	189
TABELA 8 - Matriz de Correlação de Pearson (H1)	194
TABELA 9 - Matriz de Correlação de Pearson (H1 para grandes, médios e pequenos bancos)	195
TABELA 10 - Matriz de Correlação de Pearson (H5)	196
TABELA 11 - Matriz de Correlação de Pearson (H6)	197
TABELA 12 - Matriz de Correlação de Pearson (H6 para grandes, médios e pequenos bancos)	198
TABELA 13 - Matriz de Correlação de Pearson (H7)	199

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS: UMA ANÁLISE DE SUAVIZAÇÕES DE RESULTADOS EM GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS	17
2.1 INTRODUÇÃO.....	18
2.2 DISCUSSÃO TÉCNICA.....	19
2.3 DESIGN DE IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO.....	22
2.4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.....	24
2.5 DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES DAS SOLUÇÕES.....	30
3 O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DOS BANCOS	33
3.1 INTRODUÇÃO.....	34
3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	37
3.2.1 Marcos regulatórios dos AFD	37
3.2.2 AFD e gerenciamento de resultados	39
3.3 METODOLOGIA.....	43
3.3.1 Hipóteses	45
3.4 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE UNIVARIADA.....	55
3.4.1 Resultados empíricos	63
3.4.1.1 Gerenciamento de resultados por PCLD (H1).....	63
3.4.1.2 Gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros (H2).....	65
3.4.1.3 Gerenciamento de resultados para evitar perdas (H3).....	65
3.4.1.4 Gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas (H4).....	66
3.4.1.5 Gerenciamento de resultados dos grandes, médios e pequenos bancos.....	67
3.4.2 Contribuição teórico-prática	71
3.5 CONCLUSÕES.....	73
4 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS: UMA PERSPECTIVA DE QUALIDADE DE LUCROS E SEUS EFEITOS NOS RESULTADOS DOS BANCOS	77
4.1 INTRODUÇÃO.....	78
4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	81

4.2.1 Qualidade de lucros	81
4.2.2 Persistência de lucros	83
4.2.3 Alisamento de lucros	85
4.2.4 ERC	88
4.2.5 AFD	90
4.3 METODOLOGIA	95
4.3.1 Hipóteses	97
4.4 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE UNIVARIADA	107
4.4.1 Resultados Empíricos	115
4.4.1.1 Persistência de lucros (H5).....	115
4.4.1.2 Alisamento de lucros (H6).....	117
4.4.1.3 Lucros inesperados pelo ERC (H7).....	118
4.4.1.4 Qualidade de lucros dos grandes, médios e pequenos bancos.....	119
4.4.2 Contribuição teórico-prática	126
4.5 CONCLUSÕES	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE A - Artigo expandido do Capítulo 2.....	158
APÊNDICE B - Teste de Diferenciações de Médias	189
APÊNDICE C - Matriz de Correlação de Pearson (H1).....	194
APÊNDICE D - Matriz de Correlação de Pearson (H1 para grandes, médios e pequenos bancos).....	195
APÊNDICE E - Matriz de Correlação de Pearson (H5).....	196
APÊNDICE F - Matriz de Correlação de Pearson (H6).....	197
APÊNDICE G - Matriz de Correlação de Pearson (H6 para grandes, médios e pequenos bancos).....	198
APÊNDICE H - Matriz de Correlação de Pearson (H7).....	199

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

A crise econômica iniciada com a pandemia do covid-19 no Brasil suscita o intenso debate sobre a associação entre o uso dos AFD para a suavização de resultados, gerenciamento de resultados e qualidade de lucros no setor bancário brasileiro (Almeida, 2022a). Sendo os AFD de bancos reconhecidos pelas deduções temporárias, prejuízos fiscais e compensações futuras de créditos fiscais não utilizados, regulamentos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) que, através da publicação da Resolução 4.842/2020, possibilitou aos bancos autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a continuidade da mensuração e o reconhecimento dos AFD em seus demonstrativos financeiros.

O que se percebe é que, os bancos utilizam de um instrumento legal para suavizar, porém não identificando e reportando os AFD de acordo com a resolução, ou gerenciar os seus resultados, entretanto, podem estar inflando o Resultado Líquido do Período (RLP), não por operações de intermediações financeiras, e sim, pelo uso discricionário legal dos AFD, tornando-os poluidores na qualidade de lucros (Aguiar, 2014).

Diante disso, o Capítulo 2 realizou um estudo tecnológico, com os objetivos de identificar as possíveis suavizações de resultados em bancos pelo uso dos AFD e, elaborar recomendações técnicas para os bancos identificarem e reportarem o uso desses ativos. Já o Capítulo 3, foi apresentada a avaliação do uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados dos bancos do SFN sob quatro metas: gerenciamento de resultados por PCLD (H1), para evitar declínio dos

lucros (H2), evitar perdas (H3) e, evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4) e, por tamanhos de bancos, foram exibidos os resultados do gerenciamento de resultados por PCLD para os grandes, médios e pequenos bancos.

O Capítulo 4, exibiu o estudo dos efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros dos bancos do SFN sob três *proxies*: persistência de lucros (H5), alisamento de lucros (H6) e a captura de lucros inesperados pelo ERC (H7). Sendo exibidos os resultados para os grandes, médios e pequenos bancos do uso dos AFD para a persistência e o alisamento de lucros.

Para a realização dos testes empíricos dos Capítulos 2, 3 e 4 foram utilizados os dados dos relatórios financeiros semestrais dos bancos múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa atuantes no mercado financeiro brasileiro, entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021 e, também, dados do BACEN, Bloomberg e Economatica®.

Já no final dessa tese, são apresentados os Apêndice A que, representa o Capítulo 2 de forma expandida, para melhor detalhar as relações das suavizações de resultados com os AFD por tamanhos de bancos, Apêndice B que, apresenta o Teste de Diferenciações de Médias das H2, H3 e H4 e, os Apêndice C, D, E, F, G e H, exibindo as Matrizes de Correlação de Pearson para H1, H1 por tamanhos de bancos, H5, H6 e H6 por tamanhos de bancos e, H7.

Capítulo 2

2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS: UMA ANÁLISE DE SUAVIZAÇÕES DE RESULTADOS EM GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS

RESUMO

A apresentação dos ADF nos relatórios financeiros dos bancos deve seguir a Resolução CMN 4.842/2020, obedecendo ao Princípio da Oportunidade Contábil, porém o que se observa, é que um número representativo de bancos não apresenta todas as informações relevantes. E os bancos podem estar tendo suavizados os seus resultados de forma discricionária legal pelo uso dos AFD, entretanto, as informações necessárias para identificação desses ativos nos relatórios financeiros podem não estar sendo divulgados. Este estudo tem por objetivos identificar as possíveis suavizações de resultados em bancos pelo uso dos AFD e, elaborar recomendações técnicas para os bancos identificarem e reportarem o uso desses ativos. A amostra foi composta por bancos classificados como múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimentos e caixa, durante o período de 2017 a 2021. Utilizando-se dos valores totais publicados pelos relatórios financeiros dos bancos e BACEN e, médias de indicadores financeiros, percebeu-se que, os bancos apresentaram impactos financeiros e, os AFD utilizados, suavizaram favoravelmente os resultados dos bancos, com as reduções de recolhimentos dos tributos sobre o lucro e aumento da lucratividade, principalmente para os médios e os grandes bancos que, apresentaram os melhores indicadores financeiros. Porém, os resultados dos usos dos AFD não foram apresentados por um número representativo do total de médios e pequenos bancos, não atendendo a Resolução CMN 4.842/2020. Portanto, torna-se importante a elaboração de recomendações técnicas, como, uma lei federal tornando obrigatória a publicação das origens dos AFD dos últimos 05 anos e os seus usos futuros dos próximos 05 anos e, a criação de uma Reserva de AFD advinda dos estoques desses ativos, utilizada no caso de recuperação judicial ou falência, como garantia de compensações de tributos.

Palavras-chave: bancos, Ativos Fiscais Diferidos, suavizações de resultados,

tributos.

2.1 INTRODUÇÃO

A Resolução do CMN 4.842/2020, que entrou em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2021, objetivou os critérios para a manutenção e o reconhecimento dos AFD das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, indo ao encontro das necessidades dos bancos em reduzir os possíveis momentos financeiros desvaráveis que ocorreram, ou ainda, podem ocorrer em decorrência da pandemia covid-19. Porém, a apresentação dos AFD nos relatórios financeiros dos bancos não está atendendo a resolução, quanto à identificação e apresentação desses ativos, não obedecendo o Princípio da Oportunidade Contábil.

Em consequência do uso discricionário dos AFD, os bancos podem estar tendo suavizados os seus resultados que, a partir de combinações de contas patrimoniais, pode-se identificar se o uso desses ativos gerou melhores resultados, principalmente em momentos menos favoráveis aos bancos (Guia & Dantas, 2020). Sendo assim, os objetivos desse estudo foram identificar as possíveis suavizações de resultados em bancos pelo uso dos AFD e, elaborar recomendações técnicas para os bancos melhor identificarem e reportarem o uso desses ativos.

O que se percebe por esse estudo, é que os AFD podem estar sendo utilizados, de forma discricionária e legal, como suavizadores de resultados, porém, um número representativo de bancos não está atendendo a Resolução CMN 4.842/2020 quanto à identificação e apresentação desses ativos, sendo necessária a recomendação técnica de elaboração de uma lei federal específica, disciplinando essas aplicações.

E os estoques de AFD aumentam a cada período semestral, mesmo com a Lei nº 14.467/2022 sancionada, espera-se ainda que, esses ativos continuam a se tornar

uma fonte eterna de aplicações na base de cálculo dos tributos sobre o lucro. Portanto, torna-se necessária a segunda recomendação técnica de um Fundo de Solvência para o uso desses ativos em situação de recuperação judicial ou falência dos bancos, podendo ao mesmo tempo, atender a redução dos estoques de AFD e utilizá-los em momentos desfavoráveis aos bancos.

Por fim, o que se espera, é que o LL reportado pelos bancos contenham valores de intermediações financeiras, e não suavizados parcialmente, ou totalmente, com operações discricionárias no uso dos AFD, beneficiando aqueles bancos, sejam grandes, médios e pequenos que, contenham altos volumes de estoque desses ativos e favorecendo os seus resultados reportados e que, as informações das identificações e apresentações dos usos dos AFD possam ser alinhados a todos os bancos, tornando mais transparente a utilização desses ativos.

2.2 DISCUSSÃO TÉCNICA

Os AFD representam o valor de ajuste da base de cálculo dos tributos sobre o lucro, relacionados às compensações futuras de prejuízos e créditos fiscais futuros e, diferenças temporárias dedutíveis (Dantas, 2012, Merler, 2015). Ademais, são produzidos estoques desse ativo, através das diferenças temporárias dedutíveis e, não havendo resultado tributável futuro que possa reduzir os créditos fiscais, os AFD serão reconhecidos como créditos de prejuízo fiscal (Edwards, 2018)

Os questionamentos quanto aos possíveis benefícios gerados para os bancos, tornam os AFD ainda mais complexos em torno de sua existência, principalmente, por suavizar os resultados sem mesmo gerar Receitas de Intermediações Financeiras (RIF), e sim, o ajuste realizado na base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que podem

impactar o lucro bancário (Guia & Dantas, 2020). Esses impactos nos lucros, resultantes de suavizações de resultados podem ocorrer com maior frequência quando os bancos disponibilizam mais créditos para o mercado, aumentando a possibilidade de geração de estoques de PCLD e, em consequência, o aumento dos AFD quando não recebidos esses créditos em seus vencimentos (Skinner, 2008). Entretanto, o aumento na inadimplência dos créditos concedidos, podem gerar uma redução de investimento de capital estrangeiro, pois, a partir do momento da apresentação de resultados suavizados nos resultados por AFD, os investidores tendenciam a reconhecer riscos e possíveis fragilidades na estrutura do patrimônio desses bancos, além de certa desconfiança na publicação de seus indicadores financeiros (Ayers, 1998, Edwards, 2018).

Esses ativos são normatizados pelas principais entidades internacionais de regulação contábil: *International Accounting Standard* nº 12 (IAS 12), *Statement of Financial Accounting Standards* nº 109 (SFAS 109) e Comitê de Pronunciamento Contábil 32 (CPC 32) (Guia & Dantas, 2019, Almeida & Stefanelli, 2021a). As diferenças técnicas-conceituais entre as entidades são mínimas, o que pode ser diferenciada é, a capacidade de geração de futuros créditos a serem utilizados na base de cálculo tributário, pois, em diferentes países, suas legislações permitem essas compensações, entretanto, em determinadas legislações, os bancos não podem realizar compensações em prejuízos fiscais e são limitados quanto aos valores permitidos de ajustes fiscais na apuração de tributos sobre o lucro (Goulart, 2007, Skinner, 2008, IASB, 1996, FASB, 1996, CPC, 2009).

Em se tratando das instituições financeiras brasileiras, essas acompanham as regulações internacionais, porém, são reguladas pelas resoluções do SFN que, controla a emissão e circulação de moeda no país além, de fiscalizar e regulamentar

todas as atividades de crédito do mercado financeiro (Aguiar, 2014), possui um órgão deliberativo máximo, o CMN que, tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país (Aguia, 2014) e, o BACEN, responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, o seu órgão executor (Corrêa & Szuster, 2014). O CMN iniciou o reconhecimento e manutenção dos AFD, através da Resolução 3.059/2002 e, atualmente, a Resolução 4.842/2020. A apresentação das demonstrações financeiras devem ser publicadas no padrão *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles* (BR GAAP), de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei 11.941/2009, bem como em observação aos CPC, às normas do CMN, BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho de Seguros Privados (CNSP) e, deverão seguir o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), originado com a edição da Circular nº 1.273/1987 do BACEN (Dantas, Medeiros, Galdi, & Costa, 2013, Silva, 2013, Oliveira, 2017, Cinegaglia, 2019, Feltes, 2021).

Desde a sua regulamentação, os AFD são questionados quanto à sua existência ser vinculada na geração de créditos que, poderão ser compensados em momentos futuros, sendo caracterizados como benefícios econômico ou financeiro aos bancos, sejam grandes, médios ou pequenos (Helpe, 2017). Em determinado momento, caso esses bancos, apresentarem prejuízos fiscais, um benefício econômico é gerado, pois, os estoques de AFD serão aumentados, pelos créditos fiscais reconhecidos por esses prejuízos e, quando são aproveitados, reduzindo a base de cálculo dos tributos sobre vendas, os benefícios se tornarão financeiros, impactando o seu resultado (Ayers, 1998, Guia & Dantas, 2020).

2.3 DESIGN DE IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

A suavização de lucro bancário pode ser determinante para a publicação de um resultado pois, podem evidenciar posições conflituosas quanto ao valor divulgado, gerando oportunidade para o banco, porém, incertezas para os seus investidores (Guia & Dantas, 2019, Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel, & Koval, 2020). E o que se espera é a melhor maneira de divulgação de resultados, podendo ser suavizado ou não, mas, que torne estruturado, aceitável e confiante.

Diante disso, os AFD que é uma conta de ajuste fiscal, através de suas deduções temporárias, prejuízos fiscais e compensações futuras são utilizadas para suavizar resultados, entretanto, o uso desses ativos não torna claro o suficiente de quanto, quando e como foi gerado e usado em determinado período. Para isso, inicialmente, foram gerados gráficos com intuito de entender a relação do uso dos AFD com as principais contas que podem identificar a suavização de lucro.

Para fundamentar a análise do uso dos AFD no setor bancário, foram levantados os dados entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021, dos relatórios financeiros semestrais pelo COSIF e dados coletados no BACEN, sendo que, do total de 343 bancos apresentados pelo BACEN, 222 não apresentaram estoques de AFD, portanto representando a amostra para esse estudo, 121 bancos entre grandes, médios e pequenos (Quadro 1), classificados como múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa.

QUADRO 1: QUANTIDADE DE BANCOS UTILIZADOS NA AMOSTRA E SEPARADOS POR TAMANHOS GRANDE, MÉDIO E PEQUENO PORTE DE 2017 A 2021

Banco	2017/	2017/	2018/	2018/	2019/	2019/	2020/	2020/	2021/	2021/
Grande	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Médio	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
Pequen	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99
Total	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As classificações de tamanho dos bancos seguem as orientações do BACEN, relacionando-se a participação relativa do total de ativo separadamente por banco, com a soma dos ativos totais de todos os bancos (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012). Após, toma-se a amostra de todos os bancos e, são classificados em ordem decrescente de suas participações individuais no total dos ativos da amostra e, acumula-se essas participações, proporcionando cortes quando esse acumulado atinge 70%, 95% e 100% dos ativos (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012, Instituto ASSAF, 2012).

Os bancos que compõe a faixa de até 70%, inclusive, do montante de participação acumulada, são consideradas de grande porte; as que compõem a faixa acima de 70% até 95%, de médio porte e, as que compõem a faixa acima de 95% até 100% são consideradas de pequeno porte (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012).

Para identificar possíveis suavizações de resultados nos bancos pelo uso dos AFD, foram levantadas as contas patrimoniais que possam mensurar possíveis movimentações de suavizações, como: PCLD, RIF, Lucro antes de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (LAIR), Lucro ou Prejuízo Líquido do Período (LPLP) e os tributos sobre o lucro: IRPJ e CSLL (Dantas, Medeiros, Galdi, & Costa, 2013).

Quando se trata por tamanho de banco, estudos anteriores apresentaram que, quanto maior o banco, maior o lucro suavizado e maior o número de informações publicadas de acordo com as recomendações das resoluções do CMN (Martinez, 2008). E para identificar essas informações, faz-se necessária a coleta de dados qualitativos das origens e dos usos futuros dos AFD, constantes nos relatórios financeiros, para que, possíveis recomendações técnicas, em atendimento especial a

Resolução do CMN 4.842/2020, possam tornar os AFD um componente discricionário legal de suavizações de lucros de acordo com o Princípio da Oportunidade Contábil.

2.4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

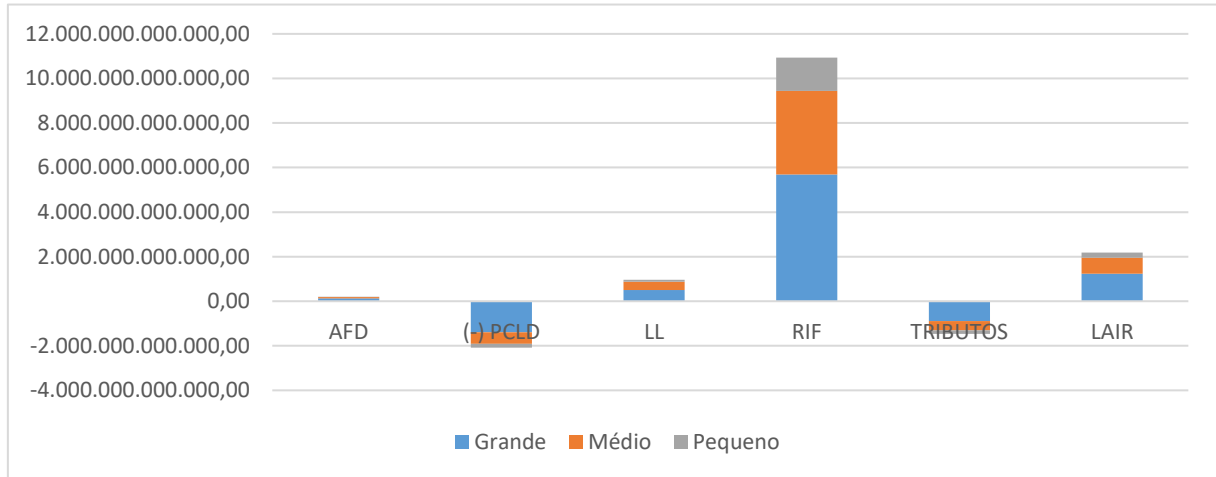
Inicialmente, para a identificação dos principais impactos dos AFD diante dos relatórios financeiros publicados pelos grandes, médios e pequenos bancos e, posteriormente, subsidiar as recomendações técnicas para reduzir os impactos nos resultados financeiros, foi necessária a apresentação e análise dos resultados através de gráficos comparativos entre os bancos.

Os grandes bancos representaram 52% do somatório das RIF de todos os bancos da amostra, os médios (34%) e pequenos bancos (14%). Para o LAIR, os grandes bancos aumentaram a participação para 56% e, os médios e pequenos bancos reduziram (33% e 11%), significando que a capacidade de geração de LAIR para os grandes bancos é suficientemente superior aos médios e pequenos, principalmente pelo gerenciamento das despesas operacionais e não operacionais que reduzem o lucro (Gráfico 1).

Os tributos sobre o lucro para os grandes bancos representaram 61% do somatório dos tributos sobre o lucro, médios (28%) e pequenos bancos (11%), a PCLD representou 67% para os grandes bancos, 25% médios e 8% para pequenos bancos. Significando que a capacidade de geração de estoques dessa provisão para os grandes bancos pode ter sido suficientemente discricionária para a suavização de resultados por AFD, tanto comprovado que a participação de AFD dos grandes bancos representou 63%, médios (28%) e pequenos bancos (9%), porém, o que somatório de LL exibiu foi uma redução na participação dos grandes bancos, comparando LAIR com LL, ficando com 52%, assim como, os pequenos que apresentaram 9%. E os

médios bancos exibiram um aumento na participação totalizando 39%.

GRÁFICO 1: SOMATÓRIO DE VALORES DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021
Em Reais



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

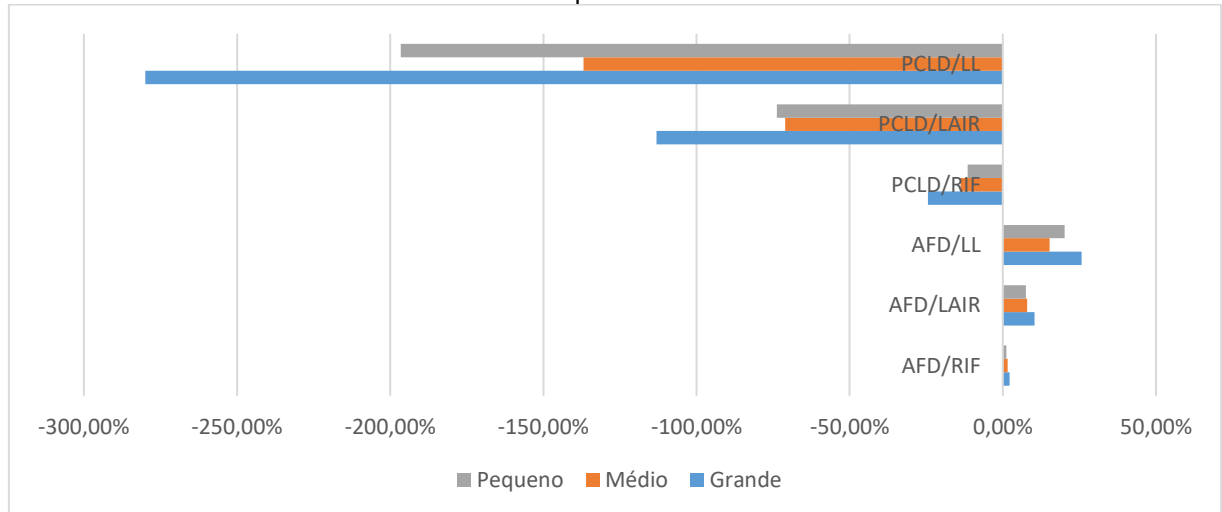
O Gráfico (2) exibe a média dos indicadores financeiros, utilizados no mercado bancário, dos grandes, médios e pequenos bancos. Os grandes bancos apresentaram os melhores indicadores de PCLD/RIF (-24%), PCLD/LAIR (-113%) e PCLD/LL (-280%), significando alta concentração de créditos concedidos, como consequência, o aumento da possibilidade de inadimplência além, do aumento do estoque e uso dos AFD, podendo ser observado nos indicadores AFD/RIF, AFD/LAIR e AFD/LL, em que, os grandes bancos, também, apresentaram os maiores indicadores (2,25%, 10% e 26%).

Os médios bancos apresentaram os indicadores PCLD/RIF (-14%), PCLD/LAIR (-71%) e PCLD/LL (-137%), e para os AFD, foram AFD/RIF (1,55%), AFD/LAIR (8%) e AFD/LL (15%). Os pequenos bancos PCLD/RIF (-11%), PCLD/LAIR (-74%) e PCLD/LL (-197%) e, os indicadores com AFD foram AFD/RIF (1,18%), AFD/LAIR (8%) e AFD/LL (20%), significando que, enquanto os médios bancos apresentaram os indicadores PCLD/RIF e AFD/RIF maiores que os pequenos, as provisões e os AFD tiveram uma maior participação no LL para pequenos bancos, ou seja, o esforço para

suavizar o resultado pelos pequenos bancos foi maior do que os médios bancos.

GRÁFICO 2: MÉDIA DOS INDICADORES FINANCEIROS DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021

Em percentual

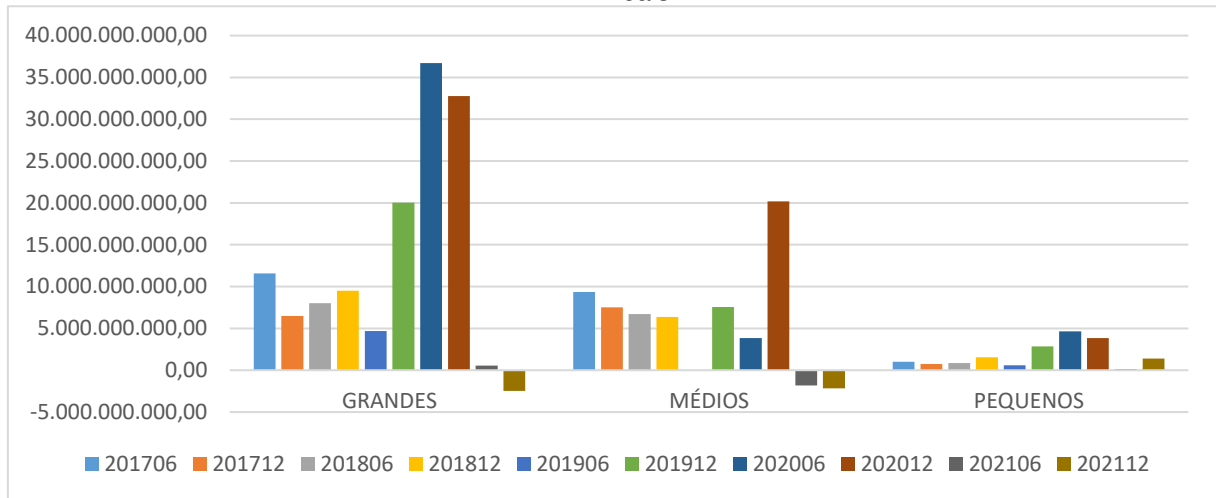


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em valores de usos dos AFD, percebe-se que os grandes, médios e pequenos bancos concentraram no período do segundo semestre de 2019 ao segundo semestre de 2020, os maiores valores para reduzirem a base de cálculo do IRPJ e CSLL. Os grandes bancos usaram 15,66% do total de AFD do período amostral no segundo semestre de 2019, 28,73% primeiro semestre de 2020 e 25,63% no segundo semestre de 2020, conforme exibido no Gráfico (3).

Já os médios bancos, usaram 13,14% no segundo semestre de 2019, 6,71% no primeiro semestre de 2020 e 35,04% no segundo semestre de 2020 e, os pequenos bancos, 16,20% no segundo semestre de 2019, 26,39% no primeiro semestre de 2020 e 21,74% no segundo semestre de 2020, significando que os créditos concedidos em períodos anteriores ou nesses períodos, não foram recebidos dentro dos vencimentos, e os bancos que apresentaram resultados negativos utilizaram de forma discricionária a legislação pertinente aos AFD e, como consequência, suavizaram os seus resultados.

GRÁFICO 3: USO DOS AFD DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021
Em Reais



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

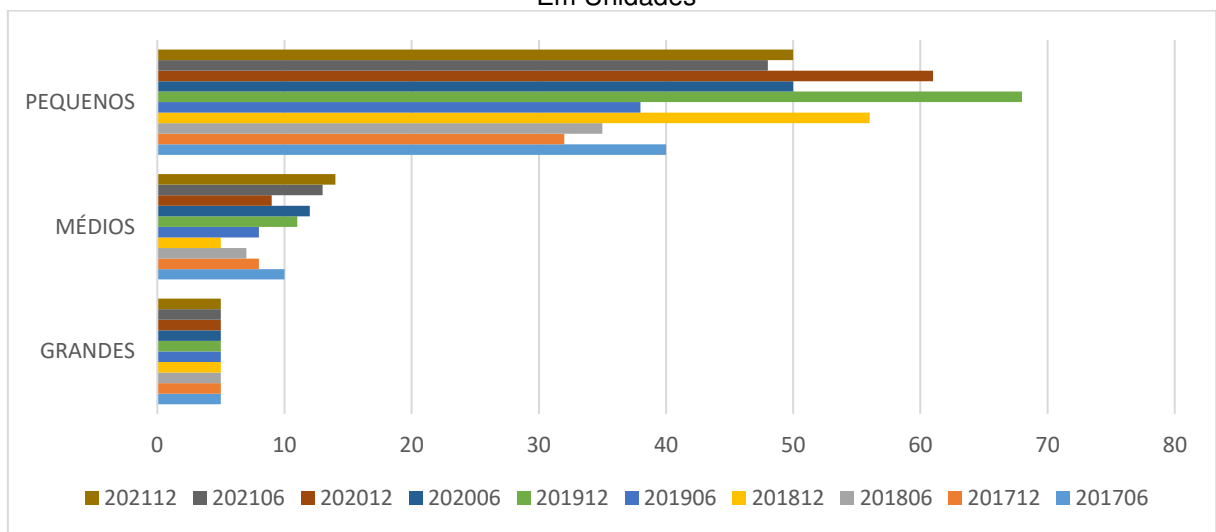
Já os médios bancos, usaram 13,14% no segundo semestre de 2019, 6,71% no primeiro semestre de 2020 e 35,04% no segundo semestre de 2020 e, os pequenos bancos, 16,20% no segundo semestre de 2019, 26,39% no primeiro semestre de 2020 e 21,74% no segundo semestre de 2020, significando que os créditos concedidos em períodos anteriores ou nesses períodos, não foram recebidos dentro dos vencimentos, e os bancos que apresentaram resultados negativos utilizaram de forma discricionária a legislação pertinente aos AFD e, como consequência, suavizaram os seus resultados.

Após a análise dos dados, percebe-se que, os AFD são componentes discricionários legal de suavizações de lucros e, para o atendimento ao Princípio da Oportunidade Contábil, que se refere à tempestividade e integridade do registro do patrimônio e de suas mutações, recomendações técnicas foram elaboradas com o intuito não de reduzir ou aumentar a importância dos AFD em suavizações de lucros e, sim, torná-los como um componente gerencial que possa ser analisado com as informações legais e operacionais de um grande, médio e pequeno banco.

A Resolução do CMN 4.842/2020 esclarece que todos os bancos devem

divulgar as origens dos AFD e suas utilizações previstas para os próximos 05 anos. De acordo com o Gráfico (4), os 05 grandes bancos apresentaram as informações adequadas à resolução, mesmo até antes de sua publicação, durante o período amostral. Enquanto, dos 17 médios bancos, em média 09 bancos já apresentavam as informações adequadas antes da resolução e, após a sua publicação, 13 bancos apresentaram no primeiro semestre de 2021 e 14 no segundo semestre de 2021 e, dos 99 pequenos bancos, 47 já apresentavam as informações e, após sua publicação, 48 apresentaram no primeiro semestre e 50 no segundo semestre de 2021 as informações das origens dos AFD e suas utilizações.

GRÁFICO 4: APRESENTAÇÕES DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS EM CONSONÂNCIA À RESOLUÇÃO DO CMN 4.842/2020
Em Unidades



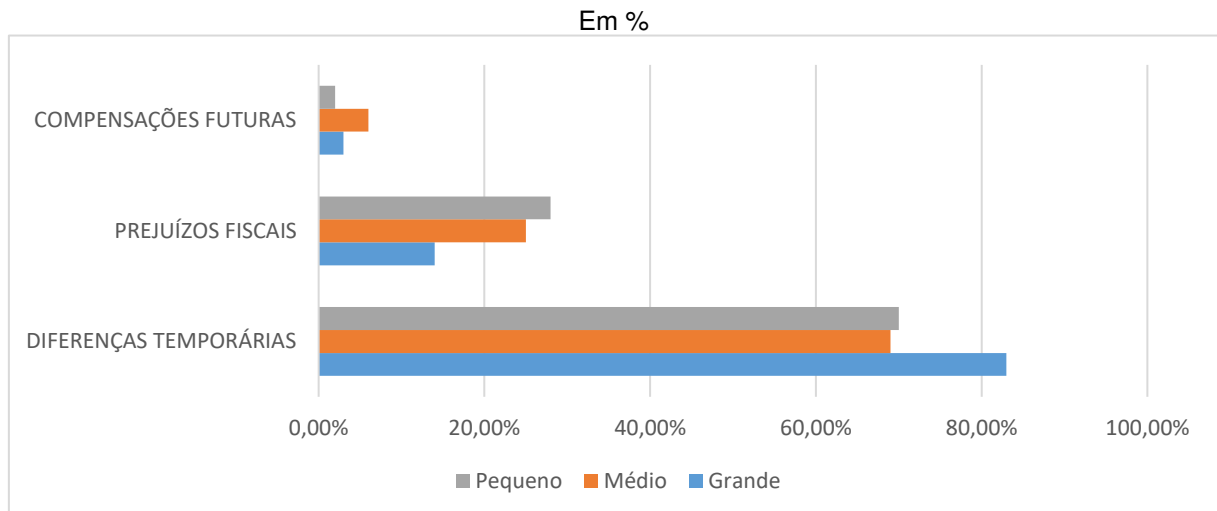
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Ou seja, mesmo com a Resolução do CMN 4.842/2020, um número representativo de médios e pequenos bancos não atenderam o Princípio da Oportunidade Contábil, sendo a recomendação técnica, a criação de uma lei federal específica para as instituições financeiras, tendo como objetivo a elaboração e publicação de um histórico dos AFD a ser apresentado nas Notas Explicativas, junto aos demonstrativos financeiros publicados semestralmente pelo COSIF, detalhando os últimos cinco anos de suas utilizações e, as expectativas dos próximos cinco anos,

com o intuito de um melhor entendimento dos usos desses ativos e as possíveis consequências em seus futuros resultados.

O Gráfico (5) apresenta os percentuais das origens dos AFD dos bancos que identificaram e publicaram em seus relatórios, de acordo com a Resolução CMN 4.842/2020. As diferenças temporárias exibiram as maiores participações nos AFD, com 83% para os grandes, 69% para os médios e 70% para os pequenos bancos. Os prejuízos fiscais apresentaram as participações nos AFD em grandes bancos, com 14%, 25% para os médios e 28% para os pequenos. E as compensações futuras, 3% para os grandes, 6% para os médios e 2% para os pequenos.

GRÁFICO 5: ORIGEM DOS AFD DIVULGADOS PELOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os AFD são ativos que não se esgotam, são originados principalmente pela PCLD, sendo sua participação nas diferenças temporárias com 78% para os grandes bancos, 67% para os médios e 71% para os pequenos, podendo tornar o seu uso contínuo *ad aeternum*. Com essa prerrogativa, foi publicada a Lei nº 14.467/2022 que, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. E o que se espera, é que, a partir

de 2025, os bancos reconheçam as perdas no recebimento de créditos tributários de acordo com o *International Financial Reporting Standards* nº 9 (IFRS 9), já regulamentada pela Resolução CMN nº 4.966/2021, gerando a expectativa de redução, mesmo sendo mínima, do estoque de AFD.

Entretanto, a Lei nº 14.467/2022 não dispõe do uso dos AFD para nos casos de recuperação judicial ou falência, podendo ser considerada como outra recomendação técnica, em que um Fundo de Solvência, assim como ocorre nas seguradoras alemãs reguladas pelo *Federal Financial Supervisory Authority* (BaFin) constituído por parte dos AFD, seria normatizado pelo CMN, através de uma reserva, que seria denominada de Reserva de AFD, de 5% do estoque desses ativos, reconhecido no Ativo Não-Circulante, durante o período de 10 anos. A cada período prescricional, seria baixado da reserva e reconhecido como despesa indedutível na conta de resultado. E em caso de recuperação judicial ou falência, poderia utilizar o montante dessa reserva para compensar os tributos de operação financeira e de lucros.

2.5 DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES DAS SOLUÇÕES

Os AFD dos bancos foram analisados na possibilidade de terem os seus resultados favorecidos com o uso desses ativos, sendo caracterizados nesse estudo, como suavizadores de resultados. O que se percebe é que, foram gerados resultados positivo e negativo para os bancos, positivo, quando geram melhores resultados de LL, principalmente para os médios bancos. E negativo, quando o LL é aumentado, em decorrência da aplicação da legislação fiscal e, não, resultante de operação de intermediação financeira (Merler, 2015, Mear, Bradbury, & Hooks, 2021, Feltes, 2021).

Os grandes bancos apresentaram os melhores indicadores de PCLD/RIF,

PCLD/LAIR, PCLD/LL, AFD/RIF, AFD/LAIR e AFD/LL, porém, os pequenos apresentaram uma alta participação dos AFD sobre o LL, sendo que 20% do LL é formado pelo uso dos AFD. E do valor total do uso dos AFD (R\$ 203.049.091.067,95), 27,96% foi no período do segundo semestre de 2020, 22,28% no primeiro semestre de 2020 e 22,28% no segundo semestre de 2019, sendo no mesmo período da pandemia covid-19, que gerou uma crise econômica e financeira no cenário mundial.

É antiga a discussão com relação ao uso dos AFD, tanto na legislação quanto a sua compreensibilidade para os bancos. Em 2011, publicou-se que os cinco maiores bancos, que compõem a lista dos grandes bancos, possuíam um estoque de R\$ 87.700.000.000,00 em AFD, e que o volume foi produzido, em boa parte, para compensar as provisões contra risco de inadimplência nas operações de crédito (JusBrasil, 2011). Situação não diferente como a encontrada no período de 2017 a 2021.

Em um cenário internacional, os AFD vêm sendo discutidos, de modo que se possa torna-los menos competitivo com relação aos seus estoques, ou seja, reduzir a relação de quanto maior o estoque maior a suavização de resultados. Essa discussão iniciou no bloco europeu a partir de 2015, sendo destacado que os 19 países participantes do bloco possuíam um estoque de AFD no valor de 105.600.000.000,00 de euros nesse período (Merler, 2015).

Os Estados Unidos também vêm discutindo os AFD de forma que possam ser utilizados e reduzidos os seus estoques ao longo dos anos, principalmente com o impacto da redução do imposto corporativo. Como o maior banco detentor de estoque de AFD é o Citigroup Inc., com 46.000.000.000,00 de dólares, esperava-se reduzir inicialmente 17.000.000.000,00 dólares com a redução tributária (SP Global, 2022).

O uso dos AFD como componentes discricionários legal de suavizações de

lucros foram realizados pelos grandes, médios e pequenos bancos, entretanto, uma parcela dos médios e pequenos bancos não identificaram e apresentaram o uso desses ativos, de acordo com a Resolução 4.842/2020, sendo necessária a elaboração de uma lei federal específica, disciplinando essas aplicações.

E os estoques de AFD aumentam a cada período semestral, mesmo com a Lei nº 14.467/2022 sancionada, espera-se ainda que, esses ativos continuam a se tornar uma fonte eterna de aplicações na base de cálculo dos tributos sobre o lucro. Portanto, torna-se necessária a recomendação técnica de criação de uma Reserva de AFD para o uso desses ativos em situação de recuperação judicial ou falência dos bancos, podendo ao mesmo tempo, atender a redução dos estoques de AFD e utilizá-los em momentos desfavoráveis aos bancos.

Por fim, percebeu-se que os AFD podem estar sendo utilizados como suavizadores de resultados bancários e, as recomendações técnicas sugeridas, deveriam ser discutidas e elencadas no cenário empresarial e político, principalmente, pelo fato dos estoques desses ativos aumentarem a cada período que passa e, não tendo a todos bancos, as principais informações das movimentações dos usos desses ativos, não atendendo a Resolução CMN 4.842/2020 e desobedecendo ao Princípio da Oportunidade Contábil, tornando menos relevante as informações dos relatórios financeiros desses bancos.

Capítulo 3

3 O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DOS BANCOS

RESUMO

Os AFD representam valores de ajuste na apuração de IRPJ e CSLL que, podem estar sendo utilizados como gerenciamento para contornar períodos não favoráveis financeiramente, principalmente os bancos, por apresentarem volumes de estoques consideráveis desses ativos. Estudos sobre gerenciamento de resultados em bancos evidenciaram os usos discricionários da PCLD e dos AFD, porém, poucos estudos exibiram o uso dos AFD como medida de gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros, evitar uma perda e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas. Este estudo tem por objetivo avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados por PCLD (H1), em evitar um declínio dos lucros (H2), evitar uma perda (H3) e, também, evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4). Os testes empíricos tiveram por base as informações dos relatórios financeiros dos bancos, do BACEN e Bloomberg, classificados como múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa econômica em atuação no mercado brasileiros, entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021, sendo estimados por dados em painel. Os resultados empíricos dos pequenos bancos foram comparados com os dos médios e grandes, utilizando-se de estatística descritiva e regressão linear. Para responder as hipóteses, utilizou-se dados em painel e, para H2, H3 e H4, estimou-se o modelo de regressão *probit*. Testes revelaram que os AFD podem estar sendo utilizados para o gerenciamento de resultados, sendo que, quanto maior o valor do uso desses ativos, maior o gerenciamento por PCLD e menor a probabilidade de gerenciamento para evitar um declínio nos lucros e evitar perdas. A consistência dos resultados evidencia a validação dos modelos propostos, proporcionando não somente a associação desses ativos e o gerenciamento de resultados, mas, também, a contribuição teórico-prática do uso dos AFD para contornarem períodos não favoráveis financeiramente para os bancos que nesse estudo, foi exibido que essa

prática é mais relevante nos pequenos bancos.

Palavras-chave: bancos, Ativos Fiscais Diferidos, gerenciamento de resultados, tributos.

3.1 INTRODUÇÃO

Para o melhor entendimento conceitual dos AFD, desde o seu tratamento legal, fiscal e contábil, inicialmente, deve-se destacar a sua representatividade na base de cálculo para apuração dos tributos sobre o lucro, sendo um ajuste fiscal, normatizado pelas compensações futuras de prejuízos e créditos fiscais não utilizados, além, das diferenças temporárias dedutíveis (FASB, 1996, Sibim, 2017). A partir de sua regulamentação, os estoques de AFD vem aumentando a cada ano, principalmente dos bancos, possibilitando, ainda mais, o uso desses ativos como gerenciamento de resultados (Bruce, Behn, & Jan, 1998).

Sabe-se que os estoques de AFD podem ser avaliados de forma negativa, principalmente para os investidores, pois, não geram rentabilidade, não podem ser ajustados ao valor presente, gerando um certo risco na avaliação da estrutura patrimonial (Skinner, 2008). Por outro lado, os investidores podem interpretar de forma positiva os AFD, como sendo, despesas pagas antecipadamente, gerando benefícios financeiros futuros (Ahmed, Takeda, & Thomas, 1999).

Como visto, os AFD podem ser utilizados como gerenciamento de resultados, principalmente pelo volume de estoques apresentados que, em momentos de resultados financeiros favoráveis ou desfavoráveis, podem beneficiar positivamente o RLP, porém, não sendo gerada RIF, e sim, uma consequência do uso discricionário da lei (Goncharov & Zimmermann, 2007). Diante disso, o objetivo desse estudo foi avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de

resultados dos grandes, médios e pequenos bancos do SFN sob quatro metas: gerenciar resultados por PCLD, evitar um declínio dos lucros, evitar uma perda e, também, evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

Esse estudo vai ao encontro da pesquisa exibida por Phillips, Pincus e Rego (2003) que, exibiram o uso dos AFD como métrica para gerenciamento de resultados, identificando uma maior discricionariedade nas regras contábeis em relação às tributárias. Ainda os autores, relataram que esses ativos podem refletir os impactos fiscais nas diferenças entre o resultado contábil, divulgado para os investidores e, a receita tributável, relatada para as autoridades fiscais que, são acrescidos, tanto para o resultado quanto para a receita, em diferentes momentos contábeis (Phillips, Pincus, & Rego, 2003).

A motivação em relação ao tema, justifica-se, também, pela importância de os AFD serem ajustes reconhecidos em momentos não favoráveis para os resultados dos bancos, podendo influenciar a base de cálculo de apuração de IRPJ e CSLL e, em consequência, evitar um declínio dos lucros e perdas (Ayers, 1998, Ferreira, 2021). As entidades internacionais (IAS 12, SFAS 109 e CPC 32) publicaram as normas que reconhecem e mensuram os AFD, buscando uma harmonização e maior transparência do uso desses ativos e, suas consequências que, possam ser geradas nos resultados e indicadores financeiros, além, da estrutura patrimonial dos bancos (Guia & Dantas, 2019, Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel, & Koval, 2020).

Para alcançar o objetivo desse estudo, foram desenvolvidos modelos econométricos que capturam o uso discricionário dos AFD como métrica para identificação de gerenciamento de resultados por PCLD, para evitar declínio dos lucros, perdas e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas. Para a realização dos testes empíricos foram utilizados os dados dos

relatórios financeiros semestrais dos bancos múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa atuantes no mercado financeiro brasileiro, entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021, disponíveis no BACEN e Bloomberg.

Os resultados com os testes empíricos sugerem que os AFD podem estar sendo utilizados para o gerenciamento de resultados, sendo que, quanto maior o valor do uso desses ativos, maior o gerenciamento por PCLD, menor a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros e evitar perdas. Quanto aos tamanhos dos bancos, foi identificado que os pequenos são significativos no uso dos AFD, sendo que, quanto maior o uso dos AFD para os pequenos bancos, maior será o gerenciamento de resultados por PCLD.

Os estudos apresentados por Beatty e Liao (2013) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013) exibiram significâncias no gerenciamento de resultados por PCLD para instituições financeiras, e como contribuição ao avanço da literatura, esse presente estudo proporcionou o uso discricionário dos AFD para o gerenciamento de resultados por PCLD em instituições financeiras. Assim também, os resultados apresentados por Phillips, Pincus e Rego (2003) que, indicaram significância no uso dos AFD para evitar declínios dos lucros e das perdas, porém, não sendo utilizados para instituições financeiras, sendo o avanço desse estudo para a literatura.

Estudos anteriores, como Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Dantas (2012), Ariff, Fah e Ni (2013), Zhou (2016) e Ahnan e Murwaningsari (2019), apresentaram evidências de gerenciamento de resultados por PCLD nas instituições bancárias, mas, não associaram o uso dos AFD como uma métrica para o gerenciamento de resultados por tamanhos de bancos. Skinner (2008) exibiu resultados de gerenciamento de resultados utilizando os AFD como métrica por

tamanhos de bancos, porém, não sendo o gerenciamento por PCLD.

Sendo assim, o avanço da literatura proporcionado por esse estudo, encontra-se no uso discricionário dos AFD para o gerenciamento de resultados por PCLD por tamanhos de bancos e, a partir dos resultados exibidos, é possível identificar que os pequenos bancos apresentaram significâncias no uso dos AFD como um componente discricionário para o gerenciamento de resultados. E os AFD acabam por conferir mais benefícios para os pequenos bancos, por apresentarem maiores volumes de empréstimos concedidos e de saldos remanescentes de PCLD que, são um dos componentes de geração de estoques de AFD, possibilitando o uso desses ativos para contornarem períodos não favoráveis financeiramente aos bancos.

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.2.1 Marcos regulatórios dos AFD

Os reconhecimentos dos AFD foram regulamentados por entidades internacionais, como IAS 12, SFAS 109 e o CPC 32 que, publicaram normas de reconhecimento e mensuração desses ativos e, possíveis efeitos nos resultados e na estrutura patrimonial (Bushman & Williams, 2012), alterando a forma de tributação dos países, a maneira de reconhecimento e diferenciação entre os lucros tributário e contábil (Houqe, van Zijl, Dunstan, & Karim, 2012), podendo a qualidade de informações fiscais e contábeis serem aumentadas ou reduzidas, de acordo, com os impactos gerados desses ativos nos resultados financeiros (Christensen, Hail, & Leuz, 2013).

Para o IAS 12, os reconhecimentos dos AFD surgem das perdas e créditos fiscais não utilizados e, das diferenças temporárias dedutíveis que, possam ser

utilizadas, na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível (IASB, 1996, Skinner, 1998, CPC, 2009). O SFAS 109 publicou que o reconhecimento e mensuração contábil dos tributos geradores de lucros objetiva a apuração tributária a recolher ou a restituir no exercício contábil e, os AFD são utilizados em situações de ajuste na base de cálculo desses tributos (FASB, 1996, Miller & Skinner, 1998).

Já no CPC 32, o que se pode destacar é, o reconhecimento dos AFD nos registros de créditos fiscais e prejuízos fiscais não utilizados e que, podem ser utilizados, quando estiverem disponíveis lucros futuros tributáveis (CPC, 2009). Seja IAS 12, SFAS 109 ou CPC 32, os reconhecimentos dos AFD estão alinhados em seus conceitos técnicos, entretanto, nas instituições financeiras, surgem regulamentações diferenciadas em seus reconhecimentos (Guia & Dantas, 2020).

Os bancos brasileiros, ao longo do tempo, vêm sendo regidos por leis que regulamentam o uso dos AFD, como a Lei nº 9.249/1995, Lei 9.430/1996 e a Lei 12.838/2013. Atualmente, o CMN publicou a Resolução 4.842/2020, consolidando os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN (Belém, 2012, Silva, 2013, Silva, Niyama, Rodrigues, & Lourenço, 2018 e Salvagnin, 2021).

Diante da resolução, os bancos se tornaram geradores de créditos tributários, através dos AFD, o que tornou uma prática ainda mais comum, o uso desses ativos para gerenciarem os seus resultados, principalmente usando a PCLD como um componente discricionário para essa prática (Goncharov & Zimmermann, 2007).

3.2.2 AFD e gerenciamento de resultados

O conceito de gerenciamento de resultados não pode ser resumido como sendo um manipulador de lucros ou prejuízos, ele busca a manutenção ou, o aumento do valor representativo dos bancos, através de registros contábeis que possam gerar oportunidades, para equilibrar a solvência e, a minimização dos impactos negativos em determinados momentos, sejam, econômicos ou financeiros (Fields, Lys, & Vicent, 2001, Sibim, 2017). Os resultados poderão ser maximizados, apresentando um melhor desempenho financeiro, com possíveis modificações dos demonstrativos financeiros, dentro da obediência das legislações fiscais e contábeis (Watts & Zimmermann, 1990). Entretanto, essas modificações devem ser controladas para não distorcer uma possível realidade dos bancos, prejudicando-os, quanto aos investidores, ao realizar análises que possam comprometer o seu desempenho (Schipper, 1989).

Para Cornett, McNutt e Theranian (2009), os bancos podem utilizar o gerenciamento de resultados, mas, com cautela, pois, os seus efeitos poderão impactar na economia do país. E gerar um contraditório, a partir da apresentação de resultados favoráveis dos bancos, enquanto o país persiste na existência de uma crise econômica, gerando ainda mais dúvidas, sobre os resultados divulgados (Cheng, Warfield, & Ye, 2011).

Como visto, o gerenciamento de resultados deve gerar benefício para os investidores, quando resultados são maximizados, entretanto, poderá acarretar uma perda na qualidade das informações para os seus usuários, tornando-as pouco relevantes (Goncharov & Zimmermann, 2007). Para os bancos, a PCLD é usada como uma variável representativa de um gerenciamento de resultados e, sua discricionariedade pode estar relacionada em sua classificação conceitual, gerando possibilidades para o gerenciamento (Kanagaretnam, Lobo, & Mathieu, 2003).

Dantas (2012) e Cohen, Hoitash, Krishnamoorthy e Wright (2014) relataram que a PCLD é utilizada pelos bancos para fins de gerenciamento de resultados e, o capital é negativamente relacionado aos seus componentes discricionários, porém, quando há expectativa de fluxo de caixa futuro, os bancos aumentam suas expectativas para o uso discricionário da PCLD, sem levar em consideração os seus capitais. Também, foi relatado por Dantas (2012) e Macedo e Kelly (2016), o uso da PCLD para o gerenciamento de resultados pelos bancos, evidenciando resultados que minimizaram as possíveis oscilações nos resultados bancários.

Dantas (2012) e Jin, Kanagaretnam e Lobo (2018) divulgaram que os bancos utilizam a PCLD para o gerenciamento de resultados em períodos mais favoráveis em seus lucros, contabilizando, muito acima do mínimo permitido, valores de perdas, gerando um aumento nos estoques de AFD e a criação de uma reserva financeira a ser utilizada em momentos não favoráveis para os bancos. Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H1: Quanto maiores os AFD, maior o nível de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos.

A qualidade da informação contábil e financeira pode ser reduzida a partir do momento em que, os bancos utilizarem o gerenciamento de resultados para obterem melhores resultados em seus LL, de forma artificial, enquanto, o fluxo de caixa permanece inalterado, uma razão de descontrole financeiro, originado pelo gerenciamento da PCLD e dos AFD (Dechow & Dichev, 2002, Barros, Menezes, Colauto, & Teodoro, 2014, Mazzioni, 2015). Tucker e Zarowin (2006), Cappelleso, Rodrigues e Vieira (2017) e Tchebete (2017) divulgaram que o gerenciamento de resultados pode distorcer a qualidade de informações sobre os LL ou, pode também, melhorar a qualidade de informações de LL passados sobre os atuais e, a relação dos

LL com os fluxos de caixa futuros.

Martinez (2008) relata que, existem possibilidades de utilizações de componentes discricionários, entre eles os AFD, para gerenciar ou ainda manipular os resultados, sempre buscando uma melhor lucratividade, porém, podem ser utilizados de forma arbitrária, causando dúvidas aos investidores quanto na certeza das informações publicadas nos demonstrativos financeiros, sejam confiáveis. García-Ayuso e Zamora (2003) exibiram em seu estudo, a relação do uso dos AFD como gerenciamento de resultados para identificar o declínio de lucros. Os resultados apresentados indicaram grandes possibilidades do uso dos AFD como sendo um instrumento para apontar o gerenciamento de resultados na situação de declínio dos lucros e, tornaram esse gerenciamento de resultados como sendo mais um indicador financeiro para os investidores e analistas (García-Ayuso & Zamora, 2003, Silva, 2013). Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H2: Quanto maiores os AFD, maior a probabilidade de os bancos estarem gerenciando para evitar declínio dos lucros.

A partir do gerenciamento de resultados, os bancos publicam os seus demonstrativos financeiros reconhecendo que os lucros ou prejuízos apresentados podem influenciar nas decisões dos investidores, sendo respaldada a legalidade e os princípios contábeis (Souza, Flach, Borba, & Broietti, 2020). Marques, Amaral, Souza, Santos e Belo (2017) relacionam o gerenciamento de resultados como uma oportunidade de reduzir perdas, principalmente quando se trata da relação PCLD e os AFD e, os bancos podem aproveitar esse gerenciamento, para tornar úteis esses ativos e dar a razão para sua existência.

Para reduzir a divulgação de perdas, os bancos utilizam o gerenciamento de resultados, buscando componentes discricionários, como PCLD e AFD que, alcançam

essa redução, dado que o registro desses componentes reduzem o LL e, os reguladores dos bancos comerciais as veem como um tipo de capital que pode ser usado para absorver perdas (Cohen, Cornett, Marcus, & Tehranian, 2014, Joia & Nakao, 2014, Silva, Bonfim, Niyama, & Silva, 2017).

Os bancos têm incentivos para o gerenciamento de resultados, respondendo a estímulos do mercado de capitais, principalmente, para evitar perdas ou a variabilidade de seus resultados financeiros (Dantas, 2012, Oliveira, 2017, Martinez, 2001, Silva, 2017). E o mercado de capitais é motivado por notícias positivas dos bancos, mesmo sendo gerenciado os seus resultados, o que motiva ainda mais a sua prática (Healy & Wahlen, 1999, Schuh, Ribeiro, Simon, & Kronbauer, 2018).

As atividades operacionais dos bancos devem atender as legislações contábeis e fiscais e, quando se trata de gerenciamento de resultados, essas atividades podem modificar um cenário real para um cenário que atenda aos investidores, principalmente quando se trata na redução de perdas e, os AFD podem ser utilizados para alcançar esse cenário (Roychowdhury, 2006, Piccoli, Souza, & Silva, 2014, Teoh, Wong, & Rao, 1998). Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H3: Quanto maiores os AFD, maior a probabilidade de os bancos estarem gerenciando para evitar perdas.

Quando se trata de preços de ações, os analistas devem levar em consideração nas suas previsões, possíveis impactos que podem influenciar os resultados de um banco e, o gerenciamento de resultados pode ser relevante para alterar as previsões ou realizações nos preços das ações (Tucker & Zarowin, 2006). Em outros estudos Bartov, Givoly e Hayn (2002) e Kasznik e McNichols (2002) avaliaram se os bancos são incentivados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas e, exibiram que, o mercado de capitais gera recompensas para os bancos

que conseguem atender ou superar as previsões dos analistas, mesmo tendo gerenciado os seus resultados.

Os investidores fixam possíveis ganhos nos preços das ações e, as previsões de preços realizadas pelos analistas podem conter parcelas de componentes discricionários para o gerenciamento de resultados, como AFD e, em resposta, os ganhos dos investidores podem ser maiores ou menores mas, não totalmente em decorrência desse gerenciamento e, sim, pela própria reação do mercado de capitais (Sloan, 1996, Skinner, 2008, Brunozi, Kronbauer, Martinez, & Alves, 2018, Medeiros, Paulo, Melo, & Mota, 2019). Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H4: Quanto maiores os AFD, maior a probabilidade de os bancos estarem gerenciando para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

3.3 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, foram levantados os dados entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021, dos relatórios financeiros semestrais pelo COSIF publicados pelos bancos múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa econômica, sendo que, do total de 343 bancos apresentados pelo BACEN, 222 não apresentaram estoques de AFD, portanto representando a amostra para esse estudo, 121 bancos, conforme Quadro (2). Também, foram coletados dados do BACEN e da Bloomberg. Para verificar se o gerenciamento de resultados pode estar sendo utilizado no uso dos AFD para aqueles que possuem alta concentração de ativos, foi identificado o comportamento por tamanhos de bancos, apresentados no Quadro (3).

Total	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os bancos foram classificados em ordem decrescente de suas participações individuais no total dos ativos da amostra e, acumula-se essas participações, proporcionando cortes quando esse acumulado atinge 70%, 95% e 100% dos ativos (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012, Instituto ASSAF, 2012). Os bancos que compõem a faixa de até 70%, inclusive, do montante de participação acumulada, são consideradas de grande porte; as que compõem a faixa acima de 70% até 95%, de médio porte e, as que compõem a faixa acima de 95% até 100% são consideradas de pequeno porte (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012).

3.3.1 Hipóteses

No primeiro modelo de regressão, adaptado dos autores Liu e Ryan (2006), Bushman e Williams (2012) e Beatty e Liao (2013), representando H1, torna-se possível verificar se o aumento de AFD está associado ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos. A variável AFD_{t-1} é o componente discricionário, utilizado como métrica, para o gerenciamento de resultados pela $PCLD_{it}$, esperando um coeficiente positivo pois, os AFD do período t-1 podem apresentar valores utilizados na base de cálculo dos tributos sobre o lucro, originados de acúmulos de deduções temporárias, prejuízos fiscais e compensações futuras que, serão utilizadas de forma discricionária legal, desde que, comprovados futuros lucros para realizar as baixas dos ativos em um estudo técnico, tornando os bancos capazes de realizar possíveis gerenciamentos de resultados no período atual, podendo gerar um maior índice de lucratividade (Schrand & Wong, 2003), conforme a Equação (1):

$$PCLD_{it} = \beta_0 + \beta_1 AFD_{t-1} + \beta_2 \Delta CCI_{t-1} + \beta_3 \Delta CCI_{t-2} + \beta_4 \Delta PCLD_{t-1} + \beta_5 SIZE_{it} +$$

$$\begin{aligned} & \beta_6 \Delta PIB_t + \beta_7 SELIC_t + \beta_8 \Delta DESEMPREGO_t + \beta_9 EMPINICIAIS_{it} + \\ & \beta_{10} EMPRESTIMOS_{it} + \beta_{11} ECOMI_{it} + \beta_{12} EPFISICA_{it} + \\ & \beta_{13} EIMOB_{it} + \beta_{14} EAGRI_{it} + \beta_{15} EBGEST_{it} + \beta_{16} EINSTDEP_{it} + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (1)$$

Para capturar as informações passadas dos bancos sobre créditos concedidos inadimplentes que, podem ser mais oportunos e menos discricionários, foram incluídas no modelo as variáveis de controle ΔCC_{t-1} e ΔCC_{t-2} , sendo o sinal positivo esperado nos coeficientes (Bushman & Williams, 2012). Mudança em créditos concedidos inadimplentes (ΔCC_{t-1} e ΔCC_{t-2}) podem ter um efeito positivo sobre PCLD pois, o aumento da inadimplência, aumentará, como consequência, a PCLD (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010) e, a diferença entre os créditos recebidos, do período passado para o atual ($\Delta PCLD_{t-1}$), permite identificar, se o gerenciamento de resultados por PCLD é significativo pela mudança nos recebimentos desses empréstimos, sendo esperado o coeficiente positivo (Beaver & Engel, 1996).

O tamanho do banco ($SIZE_{it}$) é utilizado como variável de controle para identificar se níveis mais elevados de ativos podem significar uma maior possibilidade de gerenciamento de resultados, pois, quando os bancos aumentam as concessões de créditos, gera um aumento em seus ativos, possibilitando, também, um aumento nos estoques de AFD. O sinal esperado no coeficiente é o positivo (Anandarajan, Hasan, & McCarthy, 2007, Ozili, 2015).

Foram incluídas as variáveis de controle macroeconômicas: $SELIC_t$, $\Delta DESEMPREGO_t$ e ΔPIB_t , sendo esperado o sinal negativo para ΔPIB_t , pois, quanto maior for o crescimento do segmento bancário, maior será a disponibilidade de recursos para concessões de créditos, podendo aumentar a PCLD, em caso de inadimplemento e, ser um componente de controle para o gerenciamento de

resultados (Schrand & Wong, 2003). Para a variável $SELIC_t$, representada pela taxa SELIC para cada período, o sinal também é negativo, pois, poderá impactar o custo das concessões de créditos oferecidos pelos bancos, caso a taxa aumente de um período para outro, em consequência, haverá uma possível redução de volumes de demandas desses créditos (Laeven & Majnoni, 2003). A variável de controle $\Delta DESEMPREGO_t$ é representada pela variação da taxa de desemprego, sendo esperado o sinal positivo para o seu coeficiente, pois, quanto maior for a diferença positiva, maior será a capacidade de comprovações de rendas trabalhistas para as concessões de novos créditos desse segmento (Schrand & Wong, 2003).

A variável de controle dos empréstimos iniciais ($EMPINICIAIS_{it}$) sugere que, os níveis iniciais de créditos concedidos inadimplentes podem ser um indicador de possíveis problemas de recebimentos que, os bancos estão tendo e que possam ter ao longo do período amostral, podendo gerar aumento da PCLD e, possivelmente de AFD. Portanto, o coeficiente será positivo, pois, o equilíbrio inicial de créditos concedidos inadimplentes poderá ser positiva com a PCLD (Beatty & Liao, 2013). A variável de controle dos créditos concedidos no final de cada período ($EMPRESTIMOS_{it}$), caso tenha um nível alto de volumes concedidos, poderá gerar futuros aumentos de inadimplência que, serão reconhecidos em períodos futuros, podendo gerar uma redução na qualidade de concessões de créditos das carteiras dos bancos, portanto, espera-se o sinal negativo no coeficiente (Schrand & Wong, 2003).

Podem ser consideradas medidas de riscos em carteiras de créditos, os créditos concedidos com pouca qualidade, ou seja, aqueles em que os bancos terão mais dificuldades de recebimentos, diferentes daqueles, com alta liquidez nos recebimentos (Kanagaretnam, Lobo, & Yang, 2004). Para isso, foram incluídas, no

modelo, as variáveis de controle que, representam os segmentos de concessões de créditos diversificados: $ECOMI_{it}$ (empréstimos comerciais e industriais), $EPFISICA_{it}$ (empréstimos para pessoas físicas), $EIMOB_{it}$ (empréstimos imobiliários), $EAGRI_{it}$ (empréstimos agrícolas), $EBGEST_{it}$ (empréstimos para outros bancos e governos estrangeiros) e, $EINSTDEP_{it}$ (empréstimos a outras instituições depositárias).

As variáveis dos segmentos de empréstimos podem ser relacionadas com a PCLD quando a proporcionalidade de cada empréstimo, representado por cada banco, influenciar o aumento dessa provisão, ou seja, quanto maiores forem os volumes de empréstimos agrícolas, maiores serão os volumes de PCLD, mas, provavelmente, terão volumes de PCLD menores se comparados aos bancos que concederam empréstimos comerciais e para pessoas físicas. Portanto, o sinal positivo é esperado para cada variável de empréstimo segmentado (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010).

O próximo modelo representado pela Equação (2), adaptado de Phillips, Pincus e Rego (2003), torna-se possível verificar se o aumento de AFD está associado à probabilidade de os bancos estarem gerenciando os seus resultados para evitar declínio dos lucros, conforme H2, sendo estimado pela regressão modelada em *probit*:

$$\begin{aligned}
 EM1_{it} = & \beta_0 + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 SIZE_{it} + \beta_3 \Delta PCLD_{t-1} + \beta_4 LUCRO_{it} + \beta_5 ECOMI_{it} + \\
 & \beta_6 EPFISICA_{it} + \beta_7 EIMOB_{it} + \beta_8 EAGRI_{it} + \beta_9 EBGEST_{it} + \\
 & \beta_{10} EINSTDEP_{it} + \beta_{11} \Delta CCL_{t-1} + \beta_{12} \Delta CCL_{t-2} + \beta_{13} \Delta PIB_t + \varepsilon_{it} \quad (2)
 \end{aligned}$$

$EM1_{it}$ é igual a 1 (0) se a banco i relatar uma mudança de LL no ano $t-1$ para t maior ou igual a 0 e menor que 0,02 (maior ou igual a -0,02 e menor que 0) escalonada pelos ativos totais do início do período (Burgstahler & Dichev, 1997). Não serão consideradas para essa análise, os valores com ganhos em mudanças de escala

maiores ou iguais a 0,02 e menores que -0,02 do valor de mercado de patrimônio líquido (Burgstahler & Dichev, 1997, Almeida, 2022b).

A variável de interesse para a resposta da H2 é a AFD_{it} , sendo previsto o coeficiente positivo e significativo, sugerindo que, a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar relatar um declínio dos lucros aumenta com AFD (Phillips, Pincus, & Rego, 2003). O tamanho do banco ($SIZE_{it}$) foi incluído para dimensionar a capacidade de gerenciamento de resultados pelos ativos totais, sendo esperado o coeficiente positivo, pois, quanto maiores forem os bancos, maior a probabilidade de evitar relatar um declínio dos lucros (Bushman & Williams, 2012).

A PCLD ($\Delta PCLD_{t-1}$) reflete um aumento ou redução da lucratividade bancária, esperando um coeficiente positivo, pois, quando o banco concede crédito, sua lucratividade é realizada através do recebimento dos empréstimos acrescidos de juros porém, quando há um aumento de PCLD significa que o lucro será provisionado em período futuro, sendo uma variável gerencial para sinalizar a redução atual do lucro (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010). $LUCRO_{it}$ é a variável de controle explicativa da lucratividade do banco e, é esperado um coeficiente positivo (Healy & Wahlen, 1999).

Foram incluídas seis variáveis de controle: $ECOMI_{it}$, $EPFISICA_{it}$, $EIMOB_{it}$, $EAGRI_{it}$, $EBGEST_{it}$ e $EINSTDEP_{it}$, para controlar as diferenças nos segmentos das concessões de créditos dos bancos que, provavelmente contribuem para diferenças de riscos (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010) e, assim, um maior gerenciamento para evitar relatar um declínio dos lucros, ou seja, quanto maior for o volume de empréstimos, maior serão os lucros dos bancos, devido ao recebimento de juros (Ariff, Fah, & Ni, 2013). Portanto, espera-se um coeficiente positivo para cada variável adicional (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010, Passamani, 2011).

As variáveis de controle ΔCCh_{t-1} e ΔCCh_{t-2} foram incluídas no modelo para identificar a possibilidade de alguns bancos usarem informações passadas sobre os créditos concedidos inadimplentes na estimativa da PCLD, sendo o sinal positivo esperado nos coeficientes dessas variáveis (Kinney & Libby, 2002, Liu & Ryan, 2006). Para a variável de controle macroeconômica (ΔPIB_t), espera-se o sinal negativo, pois, quanto maior for o crescimento do segmento bancário, maior será a disponibilidade de recursos para concessões de créditos no mercado, podendo aumentar a lucratividade dos bancos com os recebimentos de juros (Schrand & Wong, 2003).

Para o cenário de evitar uma perda, inicialmente, os bancos foram comparados através dos níveis de ganhos em escala zero ou ligeiramente positivos, com os bancos com níveis de ganhos em escala ligeiramente negativos, sendo o modelo representado pela Equação (3), adaptado de Phillips, Pincus e Rego (2003), o que torna possível verificar, se o aumento de AFD está associado à probabilidade dos bancos estarem gerenciando os seus resultados para evitar perdas, conforme H3, sendo estimado pela regressão modelada em *probit*:

$$EM2_{it} = \beta_0 + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 SIZE_{it} + \beta_3 PCLD_{it} + \beta_4 \Delta LUCRO_{it} + \\ \beta_5 ECOMI_{it} + \beta_6 EPFISICA_{it} + \beta_7 EIMOB_{it} + \beta_8 EAGRI_{it} + \\ \beta_9 EBGEST_{it} + \beta_{10} EINSTDEP_{it} + \beta_{11} \Delta PIB_t + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

A variável dependente $EM2_{it}$ é igual a 1 se o LL do banco i no ano t dividido pelo valor dos ativos totais do início do período for maior ou igual a 0 e menor que 0,02 e 0 se maior ou igual a -0,02 e menor que 0 (Burgstahler & Dichev 1997).

A variável de interesse para a resposta da H3 é AFD_{it} , sendo previsto o coeficiente positivo e significativo, indicando que a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar perdas aumenta com AFD (Phillips, Pincus, & Rego, 2003,

Paulo, Martins, & Corrar, 2007). O tamanho do banco ($SIZE_{it}$) foi incluído para dimensionar a capacidade de gerenciamento de resultados pelos ativos totais ajustados, sendo esperado o coeficiente positivo, pois, quanto maiores forem os bancos, maior a probabilidade de evitar perdas (Bartov, Givoly, & Hayn, 2002).

A PCLD ($PCLD_{it}$) reflete o nível de risco do crédito, sendo esperado o coeficiente negativo, afinal, reduzindo a PCLD, os bancos apresentarão melhores resultados em sua lucratividade, reduzindo assim as perdas (Ahnan & Murwaningsari, 2019). $\Delta LUCRO_{it}$ é a variável de controle explicativa da mudança de lucratividade das operações contínuas dos bancos. Espera-se um coeficiente negativo (Healy & Wahlen, 1999).

As variáveis de composições de empréstimos ($ECOMI_{it}$, $EPFSICA_{it}$, $EIMOB_{it}$, $EAGRI_{it}$, $EBGEST_{it}$ e $EINSTDEP_{it}$) foram para controlar as diferenças de riscos (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010), e assim um maior gerenciamento para evitar perdas, ou seja, quanto maior for o volume de empréstimos, maior serão os riscos de recebimentos das parcelas e, como consequência, os bancos não recebem os juros que fazem parte de sua receita, aumentando assim a possibilidade de divulgação de perdas (Ahnan & Murwaningsari, 2019). Portanto, espera-se um coeficiente negativo para cada variável das composições de empréstimos (Kronbauer, Souza, Webber, & Ott, 2012).

A variável ΔPIB_t é representada pelo indicador de crescimento ou redução da economia brasileira, sendo esperado o sinal negativo em seu coeficiente, pois, quanto maior for o crescimento do setor bancário, possivelmente, maior será a disponibilidade de recursos para as concessões de créditos no mercado, aumentando assim a possibilidade de evitar perdas, desde que não haja aumento de PCLD nesse período ou período futuro (Schrand & Wong, 2003).

O último modelo representado pela Equação (4), adaptado de Phillips, Pincus e Rego (2003), torna-se possível verificar se o aumento de AFD está associado à probabilidade dos bancos estarem gerenciando os seus resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas, conforme H4, sendo estimado pela regressão modelada em *probit*:

$$\begin{aligned}
 EM3_{it} = & \beta_0 + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 SIZE_{it} + \beta_3 PCLD_{it} + \beta_4 \Delta LUCRO_{it} + \\
 & \beta_5 ECOMI_{it} + \beta_6 EPFISICA_{it} + \beta_7 EIMOB_{it} + \beta_8 EAGRI_{it} + \\
 & \beta_9 EBGEST_{it} + \beta_{10} EINSTDEP_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned} \tag{4}$$

$EM3_{it}$ é a variável dependente igual a 1 se o erro de previsão de ganhos dos analistas do ano t do banco i for $<1\%$ por ação, e 0 se for $>1\%$ por ação, sendo coletados os dados da Bloomberg (Phillips, Pincus, & Rego, 2003). A variável de interesse para a resposta da H4 é a AFD_{it} , sendo previsto o coeficiente positivo e significativo, indicando que a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas aumenta com os AFD (Skinner, 2008, Almeida & Stefanelli, 2021b).

O tamanho do banco ($SIZE_{it}$) foi incluído para dimensionar a capacidade de gerenciamento de resultados pelos ativos totais, sendo esperado o coeficiente positivo, pois, quanto maiores forem os bancos, maior a probabilidade de evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (Zhou, 2016).

A PCLD ($PCLD_{it}$) reflete o nível de risco do crédito que, poderá reduzir o impacto da lucratividade dos bancos, portanto, espera-se o coeficiente negativo, (Ahnan & Murwaningsari, 2019). $\Delta LUCRO_{it}$ é a variável de controle que explica a mudança da lucratividade do banco, sendo esperado o coeficiente negativo, pois, os erros de previsões dos analistas podem representar lucros inesperados, quando

essas mudanças não forem identificadas pelas previsões (Zhou, 2016).

Foram incluídas as variáveis de controle das diferenças nas composições dos empréstimos ($ECOMI_{it}$, $EPFISICA_{it}$, $EIMOB_{it}$, $EAGRI_{it}$, $EBGEST_{it}$ e $EINSTDEP_{it}$) que, provavelmente contribuem para diferenças de riscos (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010), e assim, um maior gerenciamento para atender H4, ou seja, quanto maior for o volume de empréstimos, maiores serão os lucros dos bancos, devido ao recebimento de juros (Ariff, Fah, & Ni, 2013), portanto, espera-se um coeficiente positivo para cada variável das composições de empréstimos (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010).

QUADRO 4: RESUMO DAS VARIÁVEIS DA H1, H2, H3 E H4

Variável	Descrição	Sinal esperado	Fonte
$PCLD_{it}$	Variável dependente que representa o valor da PCLD escalonado pelos ativos totais do início do período.	(-)	Liu e Ryan (2006), Bushman e Williams (2012), Beatty e Liao (2013) e Ahnan e Murwaningsari (2019)
AFD_{t-1}	Variável discricionária que representa o valor absoluto dos AFD do período t-1 escalonado pelos ativos totais do início do período.	(+)	Schrand (2003), Phillips, Pincus e Rego (2003) e Skinner (2008)
$EMPINICIAIS_{it}$	Variável de controle dos empréstimos iniciais escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Beatty e Liao (2013)
ΔCCI_{t-1}	Variável de controle da mudança em empréstimos escalonada pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kinney e Libby (2002) e Bushman e Williams (2012)
$\Delta PCLD_{t-1}$	Variável de controle da mudança na PCLD escalonada pelos ativos totais do início do período.	(+)	Beaver e Engel (1996)
$EMPRESTIMOS_{it}$	Variável de controle do total de empréstimos escalonado pelos ativos totais do início do período.	(-)	Schrand e Wong (2003)
ΔPIB_t	Variável de controle macroeconômica de desenvolvimento industrial do país.	(-)	Schrand e Wong (2003)
$SIZE_{it}$	Variável de controle que representa o logaritmo natural dos ativos totais ajustados.	(+)	Bartov, Givoly e Hayn (2002), Bushman e Williams (2012), Dantas (2012), Dantas, Medeiros, Galdi

			e Costa (2013), Ozili (2015) e Zhou (2016)
$ECOMI_{it}$	Variável de controle dos empréstimos gerais escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004) e Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010)
$EPFISICA_{it}$	Variável de controle dos empréstimos de infraestrutura e desenvolvimento escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012)
$EIMOB_{it}$	Variável de controle dos empréstimos imobiliários escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010) e Dantas (2012)
$EAGRI_{it}$	Variável de controle dos empréstimos agrícolas escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	e Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010) e Dantas (2012)
$EBGEST_{it}$	Variável de controle dos empréstimos de títulos e valores mobiliários e operações de crédito vinculadas a cessão escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004)
$EINSTDEP_{it}$	Variável de controle dos empréstimos e direitos creditórios descontados escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004)
AFD_{it}	Variável discricionária que representa o valor absoluto dos AFD escalonado pelos ativos totais do início do período.	(+)	Schrand (2003), Phillips, Pincus e Rego (2003) e Skinner (2008)
$SELIC_t$	Variável de controle macroeconômica que representa a taxa SELIC para cada período.	(-)	Laeven e Majnoni (2003)
ΔCCI_{t-2}	Variável de controle que representa a mudança em empréstimos de períodos anteriores para o período atual escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Liu e Ryan (2006) e Bushman e Williams (2012)
$\Delta DESEMPREGO$	Variável de controle que representa a variação da taxa de desemprego ao longo do período.	(+)	Schrand e Wong (2003)
$EM1_{it}$	Variável dependente sendo 1 se a mudança no LL do banco i no período $t-1$ para t dividido pelos ativos totais do início do período for ≥ 0 e $< 0,02$, e 0 se a mudança no lucro for $\geq -0,02$ e < 0 .	(+/-)	Phillips, Pincus e Rego (2003)
$LUCRO_{it}$	Variável de controle que representa o LL do banco i período t escalonado pelos ativos totais do início do período.	(+)	Healy e Wahlen (1999) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013)
$EM2_{it}$	Variável dependente sendo 1 se o LL do banco i no ano t dividido pelos ativos totais do início do período for ≥ 0 e $< 0,02$, e 0 se for $\geq -0,02$ e < 0 .	(+/-)	Burgstahler e Dichev (1997)

$\Delta LUCRO_{it}$	Variável de controle que representa a mudança do LL escalonada pelos ativos totais do início do período.	(-)	Healy e Wahlen (1999) e Zhou (2016)
$EM3_{it}$	Variável dependente sendo 1 se o erro de previsão de ganhos dos analistas do ano t do banco i for <1% por ação, e 0 se for >1% por ação.	(+/-)	Phillips, Pincus e Rego (2003)
ε_{it}	Representa o termo do erro.	(+/-)	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

3.4 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE UNIVARIADA

A Tabela (1) apresenta os resultados da estatística descritiva das principais variáveis que compõem os modelos que fornecem evidências de gerenciamento de resultados, dos bancos listados no BACEN, por PCLD (H1), para evitar declínio dos lucros (H2), evitar perdas (H3) e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4).

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Esta tabela apresenta estatísticas descritivas no Painel A da variável dependente de H1, discricionárias e de controle de H1, H2 e H3, sendo os valores escalonados pelos ativos totais do início do período, exceto os indicadores absolutos de $SIZE_{it}$, $\Delta DESEMPREGO$ e ΔPIB . A amostra é identificada por 121 bancos do SFN, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021. O Painel B apresenta a estatística descritiva das variáveis discricionária e de controle de H4, sendo os valores escalonados pelos ativos totais do início do período, exceto os indicadores absolutos de $SIZE_{it}$. A amostra é identificada por 46 bancos do SFN, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos, do BACEN e da Bloomberg, referente ao período de 2017 a 2021. Foram realizados Testes de Diferenciações de Médias para H2, H3 e H4, utilizando os AFD, $\Delta PCLD_{t-1}$ e $PCLD_{it}$ como variáveis comparativas, exibindo diferenças de médias para as variáveis, rejeitando assim a hipótese nula de igualdade de médias (Apêndice B).

Painel A: Estatística Descritiva de H1, H2 E H3

	Mean	Std. dev.	Min	Max
$\Delta PCLD_{t-1}$	0.0007	0.0147	-0.4732	0.1014
$EMPINICIAIS_{it}$	0.1075	0.1729	0.0000	3.3178
ΔCC_{t-1}	-0.0088	0.1281	-3.0794	0.4822
$EMPRESTIMOS_{it}$	0.1186	0.2102	0.0000	3.3147
$SIZE_{it}$	23.9216	2.4449	17.1410	30.616
$ECOMI_{it}$	0.0516	0.1481	0.0000	2.1316
$EPFISICA_{it}$	0.0008	0.0056	0.0000	0.0997
$EIMOB_{it}$	0.0040	0.0203	0.0000	0.2744
$EAGRI_{it}$	0.0079	0.0296	0.0000	0.2203
$EBGEST_{it}$	0.0001	0.0001	0.0000	0.0002
$EINSTDEP_{it}$	0.0614	0.1171	0.0000	1.5158
AFD_{it}	0.0004	0.0347	-0.3698	0.3910
$LUCRO_{it}$	0.0043	0.0142	-0.0705	0.2188

$PCLD_{it}$	-0.0083	0.0290	-0.4869	0.0000
ΔCCL_{t-2}	-0.0186	0.2018	-3.9124	0.5636
$\Delta LUCRO_{it}$	0.0001	0.0160	-0.1998	0.2098
$\Delta DESEMPREGO$	0.0023	0.0093	-0.0060	0.0250
ΔPIB_t	-0.8282	0.9312	-2.6550	0.5650
$SELIC_t$	0.0477	0.0238	0.0136	0.0953
AFD_{t-1}	0.0005	0.0372	-0.3698	0.3910
Number of observation	1.210			

Painel B: Estatística Descritiva de H4

	Mean	Std. dev.	Min	Max
$SIZE_{it}$	24.8777	2.3486	19.3210	29.9470
$ECOM_{it}$	0.0198	0.0444	0.0000	0.2868
$EPFISICA_{it}$	0.0004	0.0020	0.0000	0.0163
$EIMOB_{it}$	0.0070	0.0301	0.0000	0.2744
$EAGR_{it}$	0.0084	0.0286	0.0000	0.2203
$EBGEST_{it}$	3.93e-06	0.0001	0.0000	0.0002
$EINSTDEP_{it}$	0.0646	0.1079	0.0000	1.3295
AFD_{it}	0.0006	0.0080	-0.1053	0.1108
$PCLD_{it}$	-0.0051	0.0129	-0.1106	0.0000
$\Delta LUCRO_{it}$	-0.0002	0.0095	-0.0893	0.1034
Number of observation	460			

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Com relação às variáveis exibidas no Painel A, $\Delta PCLD_{t-1}$, que representa a diferença de PCLD de um período para o outro, houve uma redução na média (0.0007) e um alto desvio-padrão (0.0147), podendo significar que os bancos vem reduzindo a inadimplência de seus créditos mas, pelo desvio-padrão, percebe-se que existem bancos concentradores de PCLD que, seria os mais propícios para o gerenciamento de resultados pela provisão. O resultado apresentado é consistente com Beaver e Engel (1996), Kinney e Libby (2002), Schrand e Wong (2003) e Beatty e Liao (2013).

Para as variáveis que representam as operações de concessões de créditos, os empréstimos vêm apresentando um aumento em suas concessões, exibidas pelas variáveis $EMPINICIAIS_{it}$ que, apresentou 0.1075 de média e 0.1729 de desvio-padrão, enquanto $EMPRESTIMOS_{it}$, 0.1186 e 0.2102. As variáveis de mudanças em empréstimos ΔCCL_{t-1} e ΔCCL_{t-2} , também, aumentaram período após período, tendo suas médias (-0.0088 e -0.0186), podendo indicar que o aumento nas concessões de

créditos podem gerar possíveis aumentos de estoques futuros de AFD, caso, esses recebimentos não venham acontecer, gerando inadimplência e aumento da PCLD, consistentes com os resultados apresentados por Kinney e Libby (2002), Schrand e Wong (2003), Liu e Ryan (2006).

As variáveis que representam os segmentos de empréstimos são destacadas por suas médias, $EINSTDEP_{it}$ (0.0614), $ECOMI_{it}$ (0.0516), $EAGRI_{it}$ (0.0079), $EIMOB_{it}$ (0.0040), $EPFISICA_{it}$ (0.0008) e $EBGEST_{it}$ (0.0001), sugerindo que os bancos realizam concessões de créditos diretos para os seus correntistas, de maneira diversificada, o que pode gerar riscos diversificados para os seus recebimentos e, possíveis aumentos de PCLD, entretanto, poderão se tornar componentes discricionários para o gerenciamento de resultados. Os resultados apresentados foram consistentes com Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004).

O aumento de PCLD pode gerar o aumento de AFD e, esse exibiu 0.0004 de média e 0.0347 de desvio-padrão. A relação do gerenciamento de resultados por AFD, principalmente para evitar declínio dos lucros e evitar perdas, com a PCLD, está na base de cálculo de apuração dos tributos sobre o lucro. Os AFD do período t-1 apresentaram a média 0.0005 e desvio-padrão de 0.0372, ou seja, o uso dos AFDt-1, foi em média mais utilizado se comparado ao período atual. Podendo sugerir que, o gerenciamento de resultados da PCLD atual utilizando como métrica os AFD do período t-1 pode refletir o aumento de RIFt-1, em decorrência dos juros recebidos pelos créditos concedidos que, estavam inadimplentes. Portanto, por um lado, reduzindo a PCLD, haverá aumento de operação de intermediação financeira, por outro lado, aumentando a PCLD, haverá aumento de AFD para ser utilizado como um possível aumento de LL, caracterizando ainda mais, a PCLD e AFD como componentes discricionários para o gerenciamento de resultados, sendo consistente

com os resultados apresentados por Phillips, Pincus e Rego (2003) e Brunozi, Kronbauer, Martinez, & Alves (2018).

Os LL ($LUCRO_{it}$) exibiram uma média positiva de 0.0043 e, um desvio-padrão de 0.0142, porém, a mudança de lucro de um período para o outro ($\Delta LUCRO_{it}$) apresentou uma redução significativa na média (0.0001) e, uma alta dispersão no desvio-padrão (0.0160), podendo representar que há uma tendência de redução de lucratividade no setor bancário e, possivelmente, uma maior necessidade do uso do gerenciamento para evitar esse resultado não favorável aos bancos. $SIZE_{it}$ apresentou uma alta concentração de ativos totais se comparada a média (23.9216) com o desvio-padrão (2.4449), ou seja, os grandes, médios e pequenos bancos apresentaram ativos totais que variaram de 17.1410, para valor mínimo e, 30.616 para valor máximo, mas, não podendo inferir que esses valores tendenciaram o mínimo para o pequeno e máximo para o grande banco e, que, o gerenciamento de resultados poderia ocorrer para quem tem mais concentração de ativos. Os resultados apresentados foram consistentes com Healy e Wahlen (1999) e Bushman e Williams (2012).

As variáveis de controle de desemprego ($\Delta DESEMPREGO$), de desenvolvimento industrial (ΔPIB_t) e da taxa SELIC ($SELIC_t$) apresentaram uma média positiva para $\Delta DESEMPREGO$ (0.0023), ou seja, a taxa de desemprego foi diminuindo de um período para o outro; uma média negativa para ΔPIB_t (-0.8282), sugerindo que o desenvolvimento industrial pode ter aumentado de um período para o outro e, uma média positiva para a taxa SELIC (0.0477). Significando que ao longo do período amostral, a taxa SELIC foi aumentando, podendo ser observado pelo valor mínimo (0.0136) e valor máximo (0.0953), encarecendo ainda mais o custo de concessão de empréstimos, podendo interferir positivamente no aumento de PCLD, devido às taxas de juros embutidas nos empréstimos que, tornaram ainda maiores com as

alavancagens da taxa SELIC, sendo consistentes com os resultados exibidos por Schrand e Wong (2003) e Laeven e Majnoni (2003).

Com relação às variáveis do Painel B, as que representam os segmentos de empréstimos são destacadas por suas médias, $EINSTDEP_{it}$ (0.0646), $ECOMI_{it}$ (0.0198), $EAGR_{it}$ (0.0084), $EIMOB_{it}$ (0.0070), $EPFISICA_{it}$ (0.0004) e $EBGEST_{it}$ (3.93e-06), sugerindo que os bancos, dessa amostra, realizam concessões de créditos diretos para os seus correntistas, de maneira diversificada, o que pode gerar riscos diversificados para os seus recebimentos e, possíveis aumentos de PCLD. Entretanto, poderão se tornar componentes discricionários para o gerenciamento de resultados que, nessa amostra, apresentou a média de -0.0051 e alto-desvio padrão (0.0129), caracterizando uma possível concentração de provisões em alguns bancos, o que poderia gerar maior uso de gerenciamento de resultados, sendo consistentes com os resultados exibidos por Ahnan e Murwaningsari (2019) e Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004).

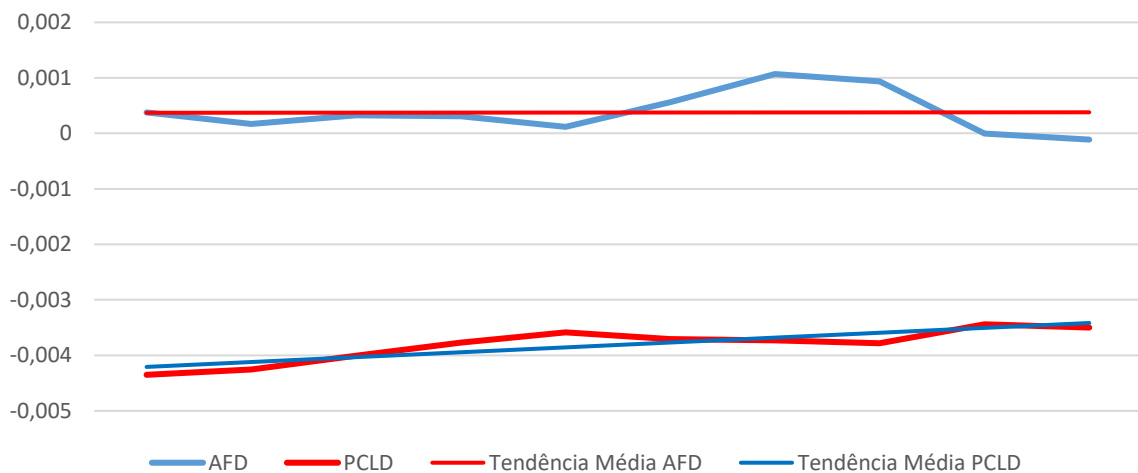
O aumento de PCLD pode gerar o aumento de AFD e, esse exibiu 0.0006 de média e, um alto desvio-padrão (0.0080), significando que a dispersão entre o uso dos AFD pelos bancos, dessa amostra, pode estar direcionado para o gerenciamento de resultados em evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas, pois, aumentando as concessões de créditos, os bancos aumentarão suas RIF's com os juros recebidos e, possivelmente, os LL serão aumentados, criando maior valor nos preços das ações. Os resultados são consistentes com Phillips, Pincus e Rego (2003).

Os bancos apresentaram uma média negativa (-0.0002) na mudança do lucro de um período para o outro ($\Delta LUCRO_{it}$) e, uma alta dispersão no desvio-padrão (0.0095), podendo representar que, há uma tendência de aumento de lucratividade dos bancos da amostra de H4. O tamanho do banco ($SIZE_{it}$) exibiu uma média de

24.8778 e, uma baixa dispersão de 2.3486 de desvio-padrão, sugerindo que, existe uma alta concentração de ativos totais dos bancos da amostra, sendo consistestes com os resultados apresentados por Healy e Wahlen (1999) e Bushman e Williams (2012).

Para os tamanhos dos bancos, os grandes bancos apresentaram uma média de AFD de 0.0004 e de PCLD -0.0038, porém, o que se observa no Gráfico (6) é um aumento médio de uso dos AFD no período do segundo semestre de 2019 ao segundo semestre de 2020, significando que os grandes bancos podem ter utilizados os AFD, de maneira discricionária, para o gerenciamento de resultados em períodos desfavoráveis (Riberi, 2021). E uma linha média tendencia para o aumento de PCLD durante todo o período, sugerindo que os bancos concederam mais empréstimos, porém com dificuldades para o seu recebimento, aumentando assim o índice de inadimplência.

GRÁFICO 6: MÉDIAS DE AFD E PCLD E TENDÊNCIAS MÉDIAS DOS GRANDES BANCOS DO PERÍODO DE 2017 A 2021, SENDO COLETADOS DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DOS BANCOS E DO BACEN

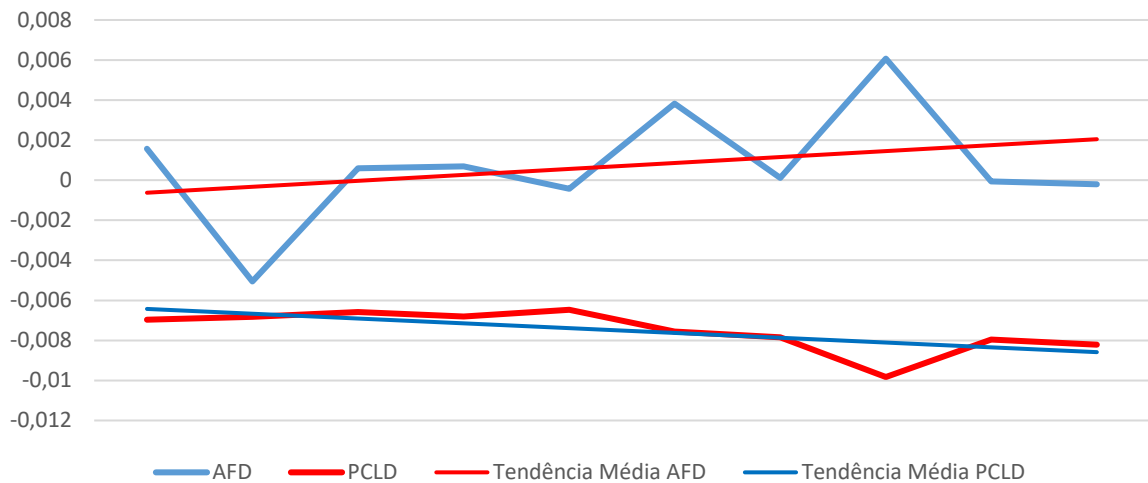


Os valores apresentados pelas variáveis foram escalonados pelos ativos totais do início do período.
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No Gráfico (7) são apresentados os valores médios de AFD e PCLD dos médios bancos. Para os AFD, a média apresentada foi 0.0007, sendo o seu maior uso no

período do segundo semestre de 2019 (0.0038), momento esse, desfavorável financeiramente para os médios bancos, devido à crise da pandemia covid-19. A média de PCLD foi de -0.0075, bem abaixo dos grandes bancos (-0.0038), sugerindo que os volumes médios de empréstimos concedidos pelos médios bancos foram inferiores se comparados aos grandes bancos, tendo um índice menor de inadimplência, representado pela PCLD.

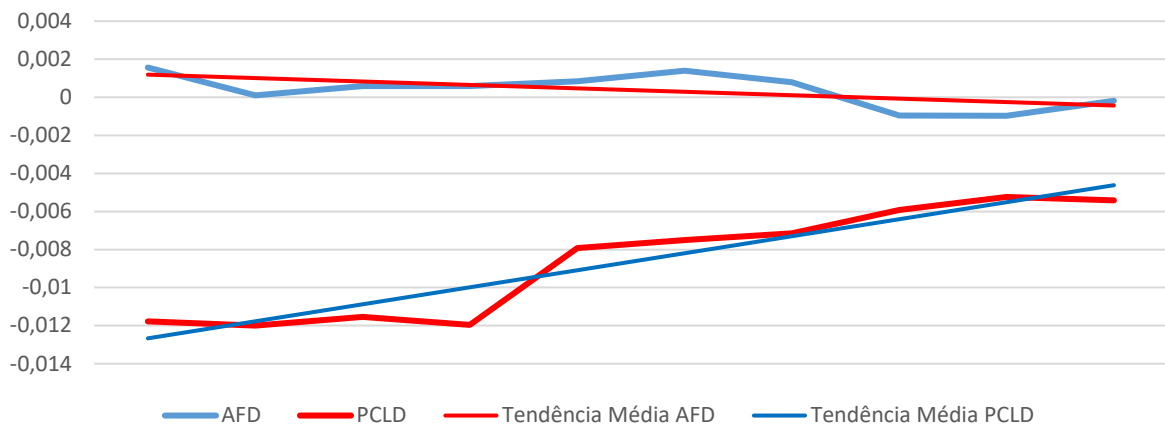
GRÁFICO 7: MÉDIAS DE AFD E PCLD E TENDÊNCIAS MÉDIAS DOS MÉDIOS BANCOS DO PERÍODO DE 2017 A 2021, SENDO COLETADOS DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DOS BANCOS E DO BACEN



Os valores apresentados pelas variáveis foram escalonados pelos ativos totais do início do período.
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os valores médios apresentados pelos pequenos bancos foram 0.0004 para AFD e -0.0086 para PCLD, sendo representados pelo Gráfico (8), sugerindo que os pequenos bancos exibiram a menor média de inadimplência, possivelmente pela menor dificuldade nos recebimentos dos empréstimos concedidos, observando-se também, que mesmo tendenciando para o aumento significativo de 2017 a 2021 da curva de PCLD, a linha de AFD tendencia a um decréscimo ao longo do período amostral. Os resultados apresentados foram consistentes com Skinner (2008).

GRÁFICO 8: MÉDIAS DE AFD E PCLD E TENDÊNCIAS MÉDIAS DOS PEQUENOS BANCOS DO PERÍODO DE 2017 A 2021, SENDO COLETADOS DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DOS BANCOS E DO BACEN



Os valores apresentados pelas variáveis foram escalonados pelos ativos totais do início do período.
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os painéis A e B exibiram resultados que tendenciam ao aumento de concessões de créditos aos seus correntistas, de forma sensível aos seus recebimentos, gerando um futuro aumento de PCLD e, como consequência, o aumento de estoque de AFD, principalmente para os grandes bancos. O aumento de PCLD gera um aumento na receita de juros, quando os empréstimos são recebidos, tornando os lucros maiores, reduzindo perdas e aumentando o valor acionário, possibilitando, essas medidas, serem utilizadas como fonte de gerenciamento de resultados para os bancos.

3.4.1 Resultados empíricos

Os resultados empíricos são apresentados na Tabela (2), sendo o primeiro conjunto mostrado na coluna à esquerda com a variável dependente $PCLD_{it}$ (Liu & Ryan, 2006, Bushman & Williams, 2012, Beatty & Liao, 2013), sendo possível verificar se o aumento de AFD está associado ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos (H1).

Os conjuntos intermediários de colunas, das variáveis $EM1_{it}$ (Phillips, Pincus, & Rego, 2003) $EM2_{it}$ (Dechow & Dichev, 2002) e $EM3_{it}$ (Phillips, Pincus, & Rego, 2003)

tornam-se possíveis verificar se o aumento de AFD estão associados ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros (H2), evitar perdas (H3) e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4).

3.4.1.1 Gerenciamento de resultados por PCLD (H1)

Para o primeiro conjunto de resultados ($PCLD_{it}$), o coeficiente no AFD_{t-1} foi positivo (0.1493) e, significativo a 5% ($p > 0.000$), sugerindo que o aumento do nível de gerenciamento de resultados por PCLD pode estar relacionado com o aumento dos AFD do período t-1, assim como, para as variáveis ΔCCI_{t-2} , $\Delta DESEMPREGO_t$, ΔPIB_t , $ECOMI_{it}$, $EAGRI_{it}$ e $EINSTDEP_{it}$ que apresentaram coeficientes positivos (0.0174, 0.3963, 0.0027, 0.0502, 0.0543 e 0.0260) e significativos a 5% ($p > 0.000$, $p > 0.008$, $p > 0.035$, $p > 0.000$, $p > 0.021$ e $p > 0.004$).

TABELA 2: AFD COMO MÉTRICA DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DOS BANCOS

Esta tabela apresenta os resultados das regressões de H1, H2, H3 e H4. A regressão linear dos dados em painel de H1 possibilitou identificar o gerenciamento de resultados usando como métrica os AFD. Enquanto H2, H3 e H4 foram rodados os dados em painel pelo *probit*, para a identificação do gerenciamento de resultados por AFD para evitar reduzir lucros (H2), perdas (H3) e deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4). Foram considerados os testes de Chow, de Hausman e LM de BreuschPagan, sendo o mais adequado para H1, H2, H3 e H4 o efeito fixo. O teste de Correlação de Pearson foi realizado entre as variáveis $PCLD_{it}$ e AFD_{it} e, o resultado exibiu baixa correlação para H1 (Apêndice C).

	$PCLD_{it}$		$EM1_{it}$		$EM2_{it}$		$EM3_{it}$	
	F(16,1193) = 50.33 R-squared = 0.4030 Prob>F = 0.0000		LR chi2(13) = 66.60 Pseudo R2 = 0.0399 Prob>chi2 = 0.0000		LR chi2(11) = 132.28 Pseudo R2 = 0.1110 Prob>chi2 = 0.0000		LR chi2(10) = 14.60 Pseudo R2 = 0.0229 Prob>chi2 = 0.1472	
	Coeff.	P-Value	Coeff.	P-Value	Coeff.	P-Value	Coeff.	P-Value
AFD_{t-1}	0.1493	***(0.000)						
AFD_{it}			-2.4644	**(0.044)	-2.7226	**(0.046)	5.1687	(0.551)
$SELIC_t$	0.0473	(0.275)						
$SIZE_{it}$	0.0005	*(0.075)	-0.0189	(0.236)	0.1092	***(0.000)	-0.0026	(0.928)
$LUCRO_{it}$			-24.3140	***(0.000)				
ΔCC_{t-1}	-0.0013	(0.845)	-0.7265	(0.317)				
ΔCC_{t-2}	0.0174	***(0.000)	0.8946	(0.160)				
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.0753	(0.105)	7.5703	(0.311)				
ΔPIB_t	0.0027	**(0.035)	0.0077	(0.846)	0.0565	(0.229)		
$\Delta DESEMPREGO_t$	0.3963	***(0.008)						
$EMPINICIAIS_{it}$	-0.0816	***(0.000)						
$EMPRESTIMOS_{it}$	-0.0406	***(0.000)						
$ECOMI_{it}$	0.0502	***(0.000)	0.3830	(0.207)	2.2934	***(0.000)	-1.1218	(0.545)
$EPFISICA_{it}$	0.0517	(0.664)	3.0736	(0.639)	12.1034	(0.322)	16.9859	***(0.004)
$EIMOB_{it}$	0.0342	(0.407)	2.7848	(0.245)	8.3960	***(0.007)	-1.8213	(0.767)
$EAGR_{it}$	0.0543	**(0.021)	-0.1213	(0.924)	3.0394	(0.109)	-7.6446	*(0.082)
$EBGEST_{it}$	-7.2904	(0.191)	4.3638	(0.165)	-8.0137	***(0.008)	1.8247	(0.651)
$EINSTDEP_{it}$	0.0260	***(0.004)	0.1444	(0.715)	-2.1153	***(0.000)	1.4318	(0.161)
$PCLD_{it}$					-0.6690	(0.709)	4.1392	(0.798)
$\Delta LUCRO_{it}$			-0.7997	(0.761)	-13.7537	***(0.000)	4.5990	(0.471)
Number of observation	1.210		1.210		1.210		460	

Os dados dos modelos foram rodados em painel com significância a 5%. Níveis de significância: ***(1%), **(5%) e *(10%).

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

As variáveis $EMPINICIAIS_{it}$, e $EMPRESTIMOS_{it}$ apresentaram coeficientes negativos (-0.0816 e -0.0406) e significativos a 5% ($p > 0.000$ e $p > 0.000$), sugerindo que, os valores dessas variáveis sendo aumentados, menores serão os valores das PCLDs para gerenciarem os resultados. $SELIC_{it}$, $SIZE_{it}$, ΔCCI_{t-1} , $\Delta PCLD_{t-1}$, $EPFISICA_{it}$, $EIMOB_{it}$ e $EBGEST_{it}$ exibiram resultados não significados no modelo, sendo consistentes com os resultados apresentados por Schrand e Wong (2003), Liu e Ryan (2006), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Bushman e Williams (2012) e Beatty e Liao (2013).

3.4.1.2 Gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros (H2)

Com relação ao segundo conjunto de resultados ($EM1_{it}$) da estimativa dos efeitos marginais do modelo de regressão *probit*, o coeficiente no AFD_{it} foi negativo (-2.4644) e, significativo a 5% ($p > 0.044$), sugerindo que a probabilidade em detectar gerenciamento de resultados pelos AFD, para evitar declínio dos lucros, diminui em 246,44%, assim como a variável $LUCRO_{it}$ apresentou coeficiente negativo (-24.3140) e significativos a 5% ($p > 0.000$).

As demais variáveis ($SIZE_{it}$, ΔCCI_{t-1} , ΔCCI_{t-2} , $\Delta PCLD_{t-1}$, ΔPIB_{it} , $ECOMI_{it}$, $EPFISICA_{it}$, $EIMOB_{it}$, $EAGRI_{it}$, $EBGEST_{it}$, $EINSTDEP_{it}$ e $\Delta LUCRO_{it}$) exibiram resultados não significativos no modelo. Os resultados apresentados são consistentes com Burgstahler e Dichev (1997), Healy e Wahlen (1999), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Bushman e Williams (2012), Ariff, Fah e Ni (2013) e Ahnan e Murwaningsari (2019).

3.4.1.3 Gerenciamento de resultados para evitar perdas (H3)

Para o terceiro conjunto de resultados ($EM2_{it}$) da estimativa dos efeitos marginais do modelo de regressão *probit*, o coeficiente no AFD_{it} foi negativo (-2.7226) e, significativo a 5% ($p > 0.046$), sugerindo que a probabilidade em detectar gerenciamento de resultados pelos AFD, para evitar perdas, reduz em 272,26%, assim como as variáveis $EBGEST_{it}$, $EINSTDEP_{it}$ e $\Delta LUCRO_{it}$ apresentaram coeficientes negativos (-8.0137, -2.1153 e -13.7537) e significativos a 5% ($p > 0.008$, $p > 0.000$ e $p > 0.000$).

As variáveis $SIZE_{it}$, $ECOMI_{it}$ e $EIMOB_{it}$ apresentaram coeficientes positivos (0.1092, 2.2934 e 8.3960) e significativos a 5% ($p > 0.000$, $p > 0.000$ e $p > 0.007$), sugerindo que a probabilidade em detectar gerenciamento de resultados por essas variáveis aumentam para evitar perdas. As demais variáveis (ΔPIB_t , $EPFISICA_{it}$, $EAGRI_{it}$ e $PCLD_{it}$) exibiram resultados não significativos no modelo.

Os resultados apresentados são consistentes com Burgstahler e Dichev (1997), Healy e Wahlen (1999), Bartov, Givoly e Hayn (2002), Dechow e Dichev (2002), Phillips, Pincus e Rego (2003), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012) e Ahnan e Murwaningsari (2019).

3.4.1.4 Gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas (H4)

O último conjunto de resultados ($EM3_{it}$) da estimativa dos efeitos marginais do modelo de regressão *probit*, exibiu o coeficiente no AFD_{it} positivo (5.1687) e, não significativo a 5% ($p > 0.551$), assim como as variáveis FGB_{it} , $EINSTDEP_{it}$, $PCLD_{it}$ e $\Delta LUCRO_{it}$ que, apresentaram coeficientes positivos (1.8247, 1.4318, 4.1392 e 4.5990) e não significativos a 5% ($p > 0.651$, $p > 0.161$, $p > 0.798$ e $p > 0.471$).

A variável $EPFISICA_{it}$ foi a única que exibiu coeficiente positivo (16.9859) e

significativo a 5% ($p > 0.004$) no modelo. As demais variáveis $SIZE_{it}$, $ECOMI_{it}$, $EIMOB_{it}$ e $EAGRI_{it}$ apresentaram coeficientes negativos e não significativos a 5%. Os resultados apresentados são consistentes com Phillips, Pincus e Rego (2003), Skinner (2008), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Ariff, Fah e Ni (2013), Zhou (2016) e Ahnan e Murwaningsari (2019).

Os resultados empíricos apresentados na Tabela (2) sugerem que os AFD podem estar sendo utilizados para fins de gerenciamento de resultados por PCLD (H1), para evitar um declínio dos lucros (H2) e evitar perdas (H3), porém, não para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4). Conjuntamente, os resultados sugerem que os estoques bancários de AFD estão sendo utilizados de maneira discricionária e os gestores podem estar gerenciando os seus resultados de forma a obter benefícios financeiros próprios, ou seja, para melhorar a lucratividade, reduzindo a base de cálculo de IRPJ e CSLL com os AFD, ou ainda evitar reduções de lucros ou aumentos de prejuízos.

Por um lado, os AFD gerenciados para obter vantagens financeiras geram resultados favoráveis aos bancos, porém, por outro lado, os resultados podem ser questionados pelos acionistas por não representarem valores de intermediações financeiras próprias. Sendo que, os resultados reportados podem não ocorrer de maneira persistente, apenas, nos períodos gerenciados para obter essas vantagens, e os benefícios gerados pelo gerenciamento de resultados, utilizando os AFD como métrica, podem estar beneficiando tamanhos de bancos (grandes, médios ou pequenos), principalmente, aqueles que detinham altos volumes de AFD durante o período amostral.

3.4.1.5 Gerenciamento de resultados dos grandes, médios e pequenos

bancos

Os resultados apresentados na Tabela (3) sugerem que os AFD podem estar sendo utilizados pelos grandes, médios e pequenos bancos para fins de gerenciamento de resultados por PCLD (H1).

O primeiro conjunto de resultados é mostrado na coluna à esquerda com a variável dependente $PCLD_{it}$ (Liu & Ryan, 2006, Bushman & Williams, 2012, Beatty & Liao, 2013), representando grandes bancos e, os conjuntos intermediários de colunas representam os médios e pequenos bancos, sendo possível verificar se o aumento de AFD está associado ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos.

TABELA 3: AFD COMO MÉTRICA DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS

Esta tabela apresenta os resultados das regressões dos grandes, médios e pequenos bancos, seguindo a classificação do BACEN. A regressão linear dos dados em painel de H1 possibilitou identificar o gerenciamento de resultados usando como métrica os AFD por tamanhos de bancos. Foram considerados os testes de Chow, de Hausman e LM de BreuschPagan, sendo o mais adequado para H1 o efeito fixo. O teste de Correlação de Pearson foi realizado entre as variáveis $PCLD_{it}$ e AFD_{it} e, o resultado exibiu baixa correlação para os grandes e pequenos bancos, para os médios bancos, foi exibida uma moderada correlação (Apêndice D).

	Grandes bancos		Médios bancos		Pequenos bancos	
	$PCLD_{it}$		$PCLD_{it}$		$PCLD_{it}$	
	F(16,33) = 63.73 Prob>F = 0.0000	R-squared = 0.9687	F(16,153) = 2911.1 Prob>F = 0.0000	R-squared = 0.9967	F(15, 974) = 39.28 Prob>F = 0.0000	R-squared = 0.3769
	Coefficient	P-Value	Coefficient	P-Value	Coefficient	P-Value
AFD_{t-1}	-0.1066	(0.187)	-0.0058	(0.580)	0.1519	***(0.000)
$SELIC_t$	0.0104	** (0.013)	-0.0042	(0.494)	0.0558	(0.289)
$SIZE_{it}$	-0.0011	*** (0.002)	0.0004	*** (0.002)	0.0012	*** (0.008)
ΔCCL_{t-1}	-0.0353	** (0.015)	-0.0020	(0.774)	-0.0016	(0.837)
ΔCCL_{t-2}	0.0459	*** (0.000)	-0.0040	(0.250)	0.0173	*** (0.001)
$\Delta PCLD_{t-1}$	0.2855	** (0.033)	-0.0264	(0.437)	-0.0798	(0.119)
ΔPIB_t	0.0004	*** (0.004)	-0.0001	(0.441)	0.0033	** (0.035)
$\Delta DESEMPREGO_t$	0.0660	*** (0.002)	-0.0208	(0.330)	0.4861	*** (0.007)
$EMPINICIAIS_{it}$	-0.0382	(0.271)	0.0199	*** (0.012)	-0.0806	*** (0.000)
$EMPRESTIMOS_{it}$	0.8084	*** (0.000)	0.7685	*** (0.000)	-0.0409	*** (0.000)
$ECOMI_{it}$	-0.8104	*** (0.000)	-0.8227	*** (0.000)	0.0503	*** (0.000)
$EPFISICA_{it}$	-1.1623	*** (0.001)	-0.8426	*** (0.000)	0.0624	(0.637)

$EIMOB_{it}$	-0.7015	***(0.000)	-0.9418	***(0.000)	0.2008	**(0.030)
$EAGR_{it}$	-0.7052	***(0.000)	-0.7360	***(0.000)	0.0492	*(0.060)
$EBGEST_{it}$	1.7104	(0.424)	-4.3414	(0.188)	-6.8210	(0.195)
$EINSTDEP_{it}$	-0.8839	***(0.000)	-0.7779	***(0.000)	0.0247	**(0.013)
Number of observation	50		170		990	

Os dados dos modelos foram rodados em painel com significância a 5%. Níveis de significância: ***(1%), **(5%) e *(10%).

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Os resultados iniciais por tamanhos de bancos exibiram o coeficiente no AFD_{t-1} como significativo a 5% nos pequenos bancos ($p > 0.000$) e, coeficiente positivo (0.1519), sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento dos AFD no período t-1, haverá um aumento de R\$ 0,15 de PCLD para o gerenciamento de resultados.

Assim como as variáveis ΔCCI_{t-2} , ΔPIB_t e $\Delta DESEMPREGO_t$ apresentaram significâncias a 5% para os grandes ($p > 0.000$, $p > 0.004$ e $p > 0.002$) e pequenos bancos ($p > 0.001$, $p > 0.035$ e $p > 0.007$) e coeficientes positivos para os grandes bancos (0.0459, 0.0004 e 0.0660) e os pequenos (0.0173, 0.0033 e 0.4861), sugerindo que a cada aumento das mudanças nos empréstimos de períodos anteriores para os períodos atuais (ΔCCI_{t-2}) aumenta o valor da PCLD em 4,59% (grandes bancos) e 1,73% no uso do gerenciamento de resultados. E o aumento das variações da taxa de desemprego ($\Delta DESEMPREGO_t$) e do desenvolvimento industrial (ΔPIB_t) aumenta em 6,60% e 0,04% (grandes bancos), 48,61% e 0,03% (pequenos bancos) os níveis de gerenciamento de resultados por PCLD.

As variáveis $SELIC_t$, ΔCCI_{t-1} e $\Delta PCLD_{t-1}$ exibiram resultados significativos a 5% para os grandes bancos ($p > 0.013$, $p > 0.015$ e $p > 0.033$), coeficientes positivos para $SELIC_t$ e $\Delta PCLD_{t-1}$ (0.0104 e 0.2855) e negativo para ΔCCI_{t-1} . Sugerindo que, enquanto o aumento da variável SELIC ($SELIC_t$) e da mudança da PCLD de um semestre para o outro ($\Delta PCLD_{t-1}$) aumentará o nível de gerenciamento de resultados por PCLD; o aumento da mudança nos empréstimos de um semestre para o outro,

reduzirá a PCLD em 3,53% para o uso do gerenciamento de resultados.

As variáveis $EPFISICA_{it}$ e $EAGRI_{it}$ exibiram resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.001$ e $p > 0.000$) e médios bancos ($p > 0.000$ e $p > 0.000$), sendo os coeficientes negativos para os grandes (-1.1623 e -0.7052) e médios bancos (-0.8426 e -0.7360). E variável $EINSTDEP_{it}$ apresentou resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.000$), médios ($p > 0.000$) e pequenos bancos ($p > 0.013$) e coeficientes negativos para os grandes (-0.8839) e médios bancos (-0.7779), para os pequenos bancos coeficiente positivo (0.0247). Sugerindo que, os níveis de gerenciamentos de resultados por PCLD reduzem quando aumentam os empréstimos de infraestrutura e desenvolvimento e, agrícolas dos grandes e médios bancos. E a variável de $EINSTDEP_{it}$ reduzem os níveis de gerenciamento de resultados por PCLD, quando aumentam os empréstimos de direitos creditórios descontados para os grandes e médios, porém, aumenta o nível de gerenciamento de resultados para os pequenos bancos.

A variável dos empréstimos iniciais ($EMPINICIAIS_{it}$) foi significativa a 5% para os médios ($p > 0.012$) e pequenos bancos ($p > 0.000$), porém, o coeficiente foi positivo (0.0199) para os médios bancos e negativo (-0.0806) para os pequenos bancos, significando que, para os médios bancos, o nível de gerenciamento de resultados por PCLD aumenta com os empréstimos iniciais do período e, o contrário ocorre com os pequenos bancos, em que, o aumento dos empréstimos iniciais reduz em 8,06% o nível de gerenciamento de resultados por PCLD.

As variáveis $SIZE_{it}$, $EMPRESTIMOS_{it}$, $ECOMI_{it}$ e $EIMOB_{it}$ apresentaram significância a 5% para os grandes ($p > 0.002$, $p > 0.000$, $p > 0.000$ e $p > 0.000$), médios ($p > 0.002$, $p > 0.000$, $p > 0.000$ e $p > 0.000$) e pequenos bancos ($p > 0.008$, $p > 0.000$, $p > 0.000$ e $p > 0.030$). Os grandes bancos apresentaram coeficientes negativos para

$SIZE_{it}$ (-0.0011), $ECOMI_{it}$ (-0.8104) e $EIMOB_{it}$ (-0.7015), sugerindo que, o aumento do tamanho dos ativos totais, dos empréstimos gerais e imobiliários reduzem os níveis de gerenciamento de resultados por PCLD. A variável $EMPRESTIMOS_{it}$ exibiu coeficiente positivo (0.8084), significando que o aumento dos empréstimos totais resultará no aumento do nível de gerenciamento de resultados por PCLD.

Os médios bancos apresentaram coeficientes positivos para $SIZE_{it}$ (0.0004) e $EMPRESTIMOS_{it}$ (0.7685), sugerindo que o aumento das variáveis resultará no aumento da PCLD para o uso do gerenciamento de resultados. Enquanto as variáveis $ECOMI_{it}$ e $EIMOB_{it}$ apresentaram coeficientes negativos (-0.8227 e -0.9418), significando que, no aumento das variáveis, o nível de gerenciamento de resultados reduzirá por PCLD. Os pequenos bancos apresentaram coeficientes positivos para $SIZE_{it}$ (0.0012), $ECOMI_{it}$ (0.0503) e $EIMOB_{it}$ (0.2008), sugerindo que o aumento do tamanho dos ativos totais, dos empréstimos gerais e imobiliários, resultará no aumento da PCLD para o uso do gerenciamento de resultados.

A variável $EMPRESTIMOS_{it}$ apresentou o coeficiente negativo (-0.0409), sugerindo que o aumento dessa variável, reduzirá em 4,09% a PCLD em seu nível de gerenciamento de resultados e, $EBGEST_{it}$ não apresentou resultados significativos a 5% para os grandes, médios e pequenos bancos.

3.4.2 Contribuição teórico-prática

A contribuição teórico-prática em H1, foi proporcionar o uso discricionário dos AFD para o gerenciamento de resultados por PCLD em bancos, sendo diferenciado do estudo apresentado por Beatty e Liao (2013) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013), que exibiu significância no gerenciamento de resultados por PCLD para instituições financeiras, porém, sem o uso dos AFD. Em H2 e H3, os resultados

exibidos indicando significância no uso dos AFD para evitar declínio dos lucros e perdas para instituições financeiras, diferenciam-se do estudo apresentado por Phillips, Pincus e Rego (2003), que indicaram significância no uso dos AFD para evitar declínio dos lucros e perdas em instituições não financeiras, sendo um avanço desse estudo para a literatura bancária.

Outra contribuição teórico-prática apresentada nesse estudo encontra-se no uso discricionário dos AFD para o gerenciamento de resultados por PCLD por tamanhos de bancos. Sendo que, estudos anteriores, como Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Dantas (2012), Ariff, Fah e Ni (2013), Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013), Zhou (2016) e Ahnan e Murwaningsari (2019), apresentaram evidências de gerenciamento de resultados por PCLD nas instituições bancárias, mas não associaram o uso dos AFD como uma variável para o gerenciamento de resultados por tamanhos de bancos. Skinner (2008) exibiu resultados de gerenciamento de resultados usando os AFD por tamanhos de bancos, porém não sendo o gerenciamento por PCLD.

Os resultados por tamanhos de bancos possibilitaram identificar que, os pequenos bancos apresentaram significâncias no uso dos AFD como um componente discricionário para gerenciamento de resultados das instituições bancárias. Os resultados apresentados pelos pequenos bancos os beneficiam quanto aos volumes de empréstimos concedidos e de saldos remanescentes de PCLD, que são um dos componentes de geração de estoques de AFD, sendo utilizados em determinado momento na base de cálculo tributário, podendo aumentar o LL bancário.

O que se percebe é que os resultados apresentados nesse estudo reforçam o uso discricionário legal dos AFD como uma medida de gerenciamento de resultados para detectar a redução de lucros (H2) e perdas (H3). Entretanto, há o que se observar

que, o uso desses ativos não é operacional e, sim, em circunstâncias do uso de leis que o regem, gerando uma dúvida aos sócios, acionistas, investidores ou outros interessados sobre os LL reportados pelos bancos, como sendo um dado de geração de resultado próprio.

Os aumentos dos LL são derivados dos aumentos de concessões de créditos realizados pelos bancos e, os riscos de não recebimentos (PLCD), tornam um fator gerador de AFD, conforme exibido nos resultados em H1. Ou seja, por um lado os bancos aumentam os LL por intermediações financeiras e, por outro, aumentam os LL pelo aumento dos AFD decorrentes dos aumentos de PCLD.

Isso torna ainda mais evidente um contraditório legal quando os resultados dos bancos se tornam negativos, o que gera também estoques de AFD. Isso é, esses ativos são gerados por situações adversas, seja por inadimplência ou resultados negativos, tornando os bancos, que não apresentarem essas situações, competitivos no mercado financeiro apenas pelos resultados de intermediações financeiras, sem interferência dos AFD.

Diante disso, deve-se considerar uma reavaliação sobre a legislação dos AFD, para que os bancos possam identificar e publicar as informações do uso dos AFD, para atender ao Princípio da Oportunidade Contábil, tornando ainda mais transparente as movimentações desses ativos ao longo dos períodos dos exercícios. Ou ainda, na constituição de uma Reserva de AFD, representada por uma parte dos estoques de AFD, pois, em caso de recuperação judicial ou falência, poderia ser usado o fundo para a garantia de compensações de tributos de outras naturezas, como operações financeiras e contribuições sociais.

3.5 CONCLUSÕES

Os critérios para a realização do gerenciamento de resultados devem seguir as legislações contábeis e fiscais e, para os bancos, as principais regulamentações, além, das normas internacionais (IAS 12, SFAS 109 e CPC 32), partem do CMN e do BACEN que, reconhecem e mensuram os AFD, podendo esses ativos, serem utilizados como métrica para o gerenciamento. Os LL dos bancos quando são favorecidos com o gerenciamento de resultados, esses podem ser em decorrência do uso adequado das métricas utilizadas, como PCLD e AFD, porém, quando não são favorecidos, o gerenciamento pode ocorrer para garantir melhores resultados futuros, para evitar prejuízos ou, ainda, evitar que as previsões de lucros realizadas pelos analistas não sejam atendidas.

Construindo a partir dos ensaios teóricos de Healy e Wahlen (1999), Laeven e Majnoni (2003), Phillips, Pincus e Rego (2003), Schrand e Wong (2003), Liu e Ryan (2006), Anandarajan, Hasan e McCarthy (2007), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Bushman e Williams (2012) e Beatty e Liao (2013), investigou-se avaliar o uso dos AFD como uma medida de identificação para o gerenciamento de resultados dos bancos do SFN sob quatro metas: por PCLD, para evitar declínio dos lucros, das perdas e deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

Esse estudo vem ao encontro com a pesquisa exibida por Beatty e Liao (2013) que, avaliaram o gerenciamento de resultados dos bancos por PCLD, cujos resultados apontaram significância para o gerenciamento e, também no estudo de Phillips, Pincus e Rego (2003) que, exibiram o uso dos AFD para o gerenciamento de resultados, sendo os resultados incrementalmente úteis no uso desse ativo para evitar um declínio de lucros e perdas, entretando, não se mostrou significativo para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas.

Os resultados apresentados nesse estudo, sugerem que os AFD podem estar

sendo utilizados, com a finalidade de gerenciamento de resultados, sendo que, quanto maior o valor do uso desses ativos, maior o gerenciamento por PCLD (H1), menor a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros (H2) e evitar relatar perdas (H3), porém, não foi encontrada significância para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas (H4). Percebe-se, ainda, que os bancos não têm controle sobre o uso dos AFD, e sim, cumpridores de determinações legais, que nem sempre geram resultados significativos para o gerenciamento de resultados a todos os bancos. Como nesse estudo, apresentou resultado significativo para gerenciamento de resultados no uso dos AFD para os pequenos bancos, sendo que, quanto maior o uso dos AFD maior será o gerenciamento de resultados por PCLD.

Portanto, sejam grandes, médios e pequenos bancos possuem elevados estoques desses ativos, sem valor econômico, apenas como uma conta de ajuste de resultado que, através de alterações legais, poderiam utilizar os AFD como geradores de recursos financeiros, tornando-os bens econômicos e, os bancos poderiam ser mais competitivos não somente pelos valores inflados dos LL pelos AFD, mas apresentando resultados pelas próprias operações de intermediações financeiras.

Como limitações, o estudo se restringe a algumas, que podem ser destacadas: (i) o modelo de gerenciamento de resultados foi desenvolvido considerando as especificidades dos bancos, não podendo ser automaticamente utilizado em outras instituições não financeiras, (ii) ao período em que os bancos digitais iniciaram suas atividades após 2017, portanto, não podendo participar dessa amostragem, (iii) aos bancos que não apresentaram valores de AFD, reduzindo assim a população de 343 bancos para a amostra de 121 bancos, (iiii) o estudo não tem como objetivo tornar superior o modelo proposto relacionado a outros publicados na academia e, a não

realização de teste nesse sentido, justifica-se pelo argumento de que há poucos modelos de gerenciamento de resultados usando os AFD como métrica para bancos e, com variáveis explicativas diversificadas, não sendo recomendadas para realizar possíveis comparações de resultados (Dantas, Medeiros, Galdi, & Costa, 2013).

Por fim, pesquisas futuras também poderão considerar: (i) modelagem de gerenciamento de resultados em AFD para os bancos optantes pelo Lucro Real trimestral em comparação ao Lucro Real anual, (ii) modelagem no uso dos AFD como uma métrica para gerenciamento de resultados dos bancos digitais, (iii) modelagem no uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados para os bancos digitais em comparação aos bancos não digitais.

Capítulo 4

4 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS: UMA PERSPECTIVA DE QUALIDADE DE LUCROS E SEUS EFEITOS NOS RESULTADOS DOS BANCOS

RESUMO

A qualidade de lucros fornece informações que são relevantes sobre os desempenhos econômico e financeiro de um banco, para uma tomada de decisão e, os lucros podem conter uma parcela não discricionária de suas operações. Os AFD podem tornar a qualidade de lucros poluídos pelo seu uso, pois, os lucros apresentados estarão inflados por esses ativos, sendo decisões resultantes de operações financeiras discricionárias. Os modelos propostos em estudos para a qualidade de lucros em bancos são a persistência de lucros, alisamentos de lucros e o ERC, porém, poucos estudos utilizaram os AFD como medida de qualidade de lucros. Este estudo tem como objetivo identificar os efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros dos bancos. As *proxies* utilizadas para identificar a qualidade de lucros foram persistência de lucros (H5), alisamento de lucros (H6) e o ERC (H7). Os testes empíricos tiveram por base as informações dos relatórios financeiros dos bancos, do BACEN, Bloomberg e Economatica®, classificados como múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa econômica em atuação no mercado brasileiros, entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021, sendo estimados por dados em painel. Os resultados dos pequenos bancos foram comparados com os médios e grandes, utilizando-se de estatística descritiva e regressão linear. Os resultados sugerem que quanto maiores os AFD, maiores serão a persistência de lucros e os lucros inesperados pelo ERC, e menor será o alisamento de lucros. A perspectiva de qualidade de lucros exibida nos resultados evidencia a validação dos modelos propostos, contribuindo não somente para o tema AFD e a qualidade de lucros, mas, também, a associação do uso discricionário desses ativos como geradores de resultados poluidores dos bancos, sendo constatados, nesse estudo que, os médios apresentaram significância no uso dos AFD para a persistência de lucros, e os pequenos para a persistência e o alisamento de lucros, sendo beneficiados quanto às movimentações de empréstimos concedidos e de estoques de

AFD, tornando-os mais persistentes e alisados ao longo do período amostral.

Palavras-chave: bancos, Ativos Fiscais Diferidos, qualidade de lucros, tributos.

4.1 INTRODUÇÃO

A crise econômica iniciada com a pandemia da covid-19 no Brasil suscita o intenso debate sobre a associação entre o uso dos AFD para a qualidade de lucros do setor bancário brasileiro (Cumming, Tingle, & Zhan, 2021). Por um lado, os AFD impactam diretamente os resultados bancários, poluindo a qualidade de lucros publicados em seus demonstrativos financeiros, não existindo a materialidade econômica e, sim, o uso discricionário das leis que regem esses ativos (Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel, & Koval, 2020). Por outro lado, dúvidas são geradas a partir do controle do uso dos AFD para atender a uma persistência de lucros futuros, ou o alisamento de lucros, para manter os lucros divulgados em um mesmo patamar, gerando benefícios específicos no curto prazo e, ainda, para capturar lucros inesperados do mercado financeiro, pois, os resultados apresentados não são de origem de intermediações financeiras, comprometendo ainda mais o princípio da confiabilidade dos resultados reportados (Faria & Amaral, 2015, Zanon & Dantas, 2020, Ferreira, 2021).

A motivação ao tema pode ser justificada pela discricionariedade dos AFD com a possível geração de recursos influenciadores de resultados dos bancos, sem mesmo criar RIF e, os benefícios financeiros poderão inflar os LL (Skinner, 2008). A qualidade de lucros pode ser aumentada ou diminuída pelo uso discricionário dos AFD e, quando os tamanhos de bancos (grandes, médios ou pequenos) são destacados, a capacidade de persistência e alisamento de lucros, usando os AFD como métrica, podem ser influenciados por esses benefícios (Dechow & Ge, 2006).

Não está claro, entretanto, o papel desempenhado pelos AFD sobre a qualidade do lucro no setor bancário. Diante desse cenário, esse presente artigo teve como objetivo identificar os efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros dos bancos do SFN. O benefício de estudar o setor bancário é que o foco em uma única indústria homogênea remove os desafios de definir o mercado onde uma empresa compete, excluindo assim, o viés potencial de empresas que são definidas de forma excessivamente ampla ou indevidamente restrita (Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel, & Koval, 2020).

Para o alcance do objetivo desse estudo, a partir das bases de dados estimados, foram desenvolvidos modelos econométricos, sendo o primeiro apresentado para capturar a capacidade incremental dos AFD como persistência de lucros, utilizando de variáveis que tornaram possíveis obter os resultados. Posteriormente, o modelo de alisamento de lucros e lucros inesperados pelo ERC, sendo os três modelos utilizados como *proxies* para a qualidade de lucros no setor bancário. Na realização dos testes empíricos foram utilizados os dados dos relatórios financeiros semestrais dos bancos múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa em atuação no mercado financeiro brasileiro, entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021, também, dados do BACEN, Bloomberg e Economatica®.

Sob a perspectiva do uso dos AFD para a persistência de lucros, esses ativos podem aumentar ou diminuir a persistência de lucros futuros, de acordo com o volume de AFD apresentado pelos bancos, sendo que quanto maior o estoque, menor é a persistência de lucros (Hanlon, 2005, Wijayanti, 2006). Pela perspectiva para o alisamento de lucros, os AFD podem se tornar uma prática, ainda mais comum, pois, trata-se de valores resultantes das próprias operações financeiras dos bancos, como

concessões de créditos não recebidos ou prejuízos fiscais, podendo qualquer banco gerar os estoques desses ativos, caso estejam nessas situações (Liu & Ryan, 2006). Na perspectiva para capturar lucros inesperados pelo ERC, Lee e Choi (2016) e Jin, Kanagaretnam e Lobo (2018) revelaram que os AFD podem ser usados como uma medida para a qualidade de lucros do setor bancário e, a sua flexibilidade poderia capturar lucros inesperados (Ismail, 2017).

Os resultados dos testes empíricos sugerem que, quanto maiores os AFD maiores serão a persistência de lucros e os lucros inesperados pelo ERC e, menor será o alisamento de lucros. Quanto aos tamanhos dos bancos, os pequenos apresentaram melhores benefícios no uso dos AFD e, quanto maior o uso desses ativos e lucros reportados conjuntamente, maior será a persistência e menor o alisamento de lucros e, para os médios bancos, maior será a persistência de lucros. A consistência dos resultados permite indicar que os AFD podem tornar a qualidade de lucros poluída pelo seu uso, pois, inflam os resultados dos bancos com decisões de operações financeiras discricionárias.

Estudos anteriores, como Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Dantas (2012), Beatty e Liao (2014), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014) e Batten e Vo (2019) apresentaram evidências de persistência de lucros nas instituições bancárias, mas não associaram o uso dos AFD como uma métrica para a persistência por tamanhos de bancos. Atwood, Drake e Myers (2010) exibiram resultados de persistência de lucros relacionando o tamanho da empresa como sendo significativo para os lucros persistirem, porém não usaram os AFD como métrica para a sua persistência.

Ozili (2017) apresentou evidências de alisamento de lucros nas instituições bancárias, mas não associou uso dos AFD como uma métrica para o alisamento por tamanhos de bancos. Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004) exibiram resultados de

alisamento de lucros relacionando os tamanhos dos bancos sendo significativos para os lucros serem alisados por PCLD, porém, não usaram os AFD como métrica para o seu alisamento.

O avanço da literatura proporcionado por esse estudo se encontra no uso discricionário dos AFD para a persistência e alisamento de lucros por tamanhos de bancos sendo que, a partir dos resultados apresentados, torna-se possível identificar que, os pequenos bancos foram significativos para o uso dos AFD como componente de qualidade de lucros para a persistência e alisamento de lucros e, os médios para a persistência de lucros. Esses ativos, entretanto, podem gerar mais benefícios para os pequenos bancos por apresentarem resultados significativos, portanto favoráveis, quanto às movimentações de empréstimos concedidos e de estoques de AFD que, são componentes para a identificação de lucros persistentes e alisados, no entanto, a associação do uso discricionário desses ativos, como persistentes e alisadores, podem estar poluindo os lucros dos pequenos bancos.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.2.1 Qualidade de lucros

A qualidade de lucros pode fornecer informações sobre características do desempenho financeiro e econômico de um banco, relevantes para uma decisão estratégica feita por um tomador de decisão estratégica (Manzon & Plesko, 2002, Dantas, 2012, Seidler, 2015, Oliveira, 2017, Silva, Bonfim, Niyama, & Silva, 2017). Características são observadas sobre a definição de qualidade de lucros: condicionamento à relevância da informação para a decisão, informativo sobre o desempenho financeiro da empresa e, determinação em conjunto pela relevância dos

resultados financeiros subjacente à tomada de decisão, tendo o sistema contábil a capacidade de reconhecer e medir esse desempenho (Gao, Gao, & Wang, 2017).

Para qualidade de lucros, Dechow, Ge e Schrand (2010) descrevem persistência, *accruals*, suavidade, oportunidade, redução de perdas, responsabilidade do investidor e indicadores externos como sendo medidas para indicar a qualidade de aprendizado nos ganhos, sendo função de desempenho fundamental da firma. Já Schipper e Vincent (2003) definem a qualidade de lucros como a extensão em que os ganhos relatados representam fielmente renda *hicksiana*, onde fidelidade representacional significa acordo entre uma medida e, o fenômeno que ela pretende representar.

Ewert e Wagenhofer (2005) relatam que a maior qualidade de lucros poderia ser alcançada com a implementação de normas contábeis que restringem as escolhas contábeis e regulam o tratamento contábil de forma distinta. Hui, Nelson e Yeung (2016) elecam que ela pode ser avaliada no que diz respeito à decisão que será tomada que, dependa de informações de resultados financeiros, não restringindo a qualidade para questioná-la, em um contexto de avaliação de decisões de capital. O aumento do desempenho da qualidade de lucros, refletidos no crescimento da RIF ou dos ativos líquidos operacionais pode sinalizar baixa persistência de lucros (Cumming, Tingle, & Zhan, 2021).

As *proxies* para qualidade de lucros que envolvem ganhos, ou seja, propriedades como persistência, alisamento e detecção de lucros inesperados, têm em seu núcleo os ganhos baseados na competência dos números relatados (Dechow, Ge, & Schrand, 2010). E essas *proxies* são afetadas pelo desempenho fundamental do banco e pela medição de seu desempenho (Burks, Cuny, Gerakos, & Granja, 2018).

4.2.2 Persistência de lucros

A definição de persistência de lucros é uma mudança nos lucros que são esperados no futuro e, implícitos pela inovação de lucro do ano em curso, de modo que, pode ser vista a partir de inovação de lucro para o ano associada às mudanças nos preços das ações (Scott, 2009). Revela a natureza não transitorizada dos lucros que, é um atributo útil para usuários de demonstrações financeiras, tanto interna quanto externamente, gestão, conselho de administração, investidores, credores e partes interessadas ou outros interesses (Hogan & Evans, 2015, Souza, Flach, Borba, & Broietti, 2020). O lucro é útil para a decisão na medida em que melhora os resultados da avaliação patrimonial e, são normalmente dimensionados por ativos, embora alguns pesquisadores examinem a escala por vendas ou escala por número de ações (Mueller, 1986).

A persistência de lucros é medida como uma *proxy* para a qualidade de lucros, e fornecem informações sobre os recursos de desempenho financeiro da empresa que são relevantes para o valor e, a extensão comum é decompor os ganhos totais em componentes e determinar se tal decomposição ajuda a prever essa persistência (Penman & Zhang, 2002, Seidler, 2015, Silva, Bonfim, Niyama, & Silva, 2017). Com relação ao setor bancário, o papel da persistência de lucros é reforçado e, esta característica da qualidade da informação contábil pode ser relevante para a manutenção e estabilidade do sistema financeiro (Koerich, 2004, Hung, Jiang, Liu, & Tu, 2018, Feltes, 2021).

Estudos contábeis sugerem implicitamente que a persistência descreve a qualidade de lucros de uma empresa e mostra como pode o lucro se manter de tempo a tempo (Martinez, Souza, & Monte-Mor, 2016). Quando a empresa não consegue

aumentar os lucros, ou o lucro obtido pela empresa tende a diminuir a persistência, torna-se uma notícia desfavorável aos investidores, porque o lucro real é menor que as expectativas da empresa e, como consequência, reduz a atratividade de investidores (Aguguom & Salawu, 2019). No setor bancário, a persistência de lucros desempenha um papel importante na estabilidade de todo o sistema financeiro e, tem atraído um crescente debate sobre os fatores que impulsionam tal fenômeno (Beaver, Correia & McNichols, 2012, Gao & Zhang, 2015, Peterson, Schmardebeck, & Wilks, 2015, Hui, Nelson, & Yeung, 2016, Buchner, Mohamed, & Saadouni, 2017, Cinegaglia, 2019, Cumming, Tingle, & Zhan, 2021).

Economistas argumentam que a competição impacta diretamente na persistência de lucros, onde essa poderia corroer todos os retornos e perdas excessivas econômicas no longo prazo, sugerindo que o nível de lucratividade do mercado convergirá para um equilíbrio de tempo similar (Stigler, 1961). O lucro excessivo de uma empresa atrai novos concorrentes para entrar no mercado, oferecendo produtos semelhantes ou iguais com preços mais baixos, levando a quedas na margem de lucro (Goddard, Liu, Molyneux, & Wilson, 2011).

Existe uma relação entre atividades que são realizadas por gestores, através da qualidade de lucros, com ações por meio de gestão de vendas, redução de gastos discricionários, superprodução e lucro (prejuízo) obtido pela empresa com a venda de ativos fixos e o investimento do ano corrente que, podem mostrar desempenho reais no presente e no futuro (Fildzah, 2017). Evidências limitadas sobre a extensão em que a persistência do desempenho fundamental de uma empresa afeta a persistência de lucros relatada e, os ganhos relatados enfatiza que as propriedades de ganhos são determinados pelo desempenho fundamental e pelo sistema de contabilidade (Fairfield & Yohn, 2001).

Lev e Nissim (2004) associam persistência com tipo de produto ou serviço, competição no setor, intensidade de capital e tamanho da empresa. Graham, Dodd e Cottle (1934) reconhecem que a persistência provavelmente será conduzida em parte pelos negócios em que a empresa opera. Uma extensão adicional é determinar se outros elementos ou variáveis das demonstrações financeiras, além das declarações, por exemplo, divulgações das notas de rodapé, são incrementais sobre os ganhos atuais na previsão de ganhos futuros (Fairfield & Yohn, 2001).

Sloan (1996) e Silva Filho (2012) relatam que, os investidores não são plenamente cientes dos diferentes níveis de persistência dos componentes de acréscimo e fluxo de caixa dos lucros. Lucros mais persistentes produzirão uma maior avaliação do mercado de ações, podendo aumentar as estimativas de persistência que produzirão retornos positivos (contemporâneos) no mercado de ações (Kormendi & Lipe, 1987, Collins & Kothari, 1989, Easton & Zmijewski, 1989, Silva, 2012, Melo, 2017).

4.2.3 Alisamento de lucros

O alisamento de lucros objetiva a manutenção dos lucros reportados em um mesmo nível proposto pelo banco, evitando flutuações excessivas dos resultados, gerando benefícios de curto prazo para os investidores (Fernandes & Ferreira, 2007, Faria & Amaral, 2015). Proporciona, também, uma visão mais estável dos fluxos de resultados futuros, reduzindo a percepção de um banco volátil, elevando os preços de suas ações, contribuindo para que os investidores tenham uma visão reduzida do risco sistemático (Hunt, Moyer & Shevlin, 1996, Francis, Maydew, & Sparks, 1999, Martinez, 2001, Thomas & Zhang, 2002, Jorion, Shi, & Zhang, 2005, Mckee, 2005, Faria & Amaral, 2015).

Essa prática é adotada diante a eventos adversos, que geram variabilidades nos lucros, mas, não necessariamente impactam no desempenho operacional e financeiro da empresa, sendo que, para evitar uma percepção de risco mais elevada, os bancos promovem uma estabilização dos resultados durante a ocorrência desses eventos, gerando um lucro equilibrado, após, a realização dos efeitos adversos (Comiskey & Mulford, 2002, Thomas & Zhang, 2002, Faria & Amaral, 2015).

Entretanto, a prática de alisamento de lucros gera modificações das informações reportadas nos demonstrativos financeiros dos bancos, podendo superestimar os preços das ações e os retornos das carteiras de investimentos, causando certa cautela e desconfiança aos investidores, quanto a esses resultados alisados apresentados por esses bancos, não sabendo se eles são momentâneos, o que geralmente pode ocorrer (Barth, Landsman, & Wahlen, 1995). Entretanto, a quem diga que, o alisamento de lucros pode ser eficiente nas publicações de seus resultados financeiros, quando apresentadas, as expectativas futuras do banco, podendo gerar confiança e maior investimento, principalmente nos preços das ações (Barth, Landsman, & Wahlen, 1995, Michelson, Jordan-Wagner, & Wootton, 2000).

Os gestores no alisamento de resultados relatam lucros que são maiores, em algumas vezes, do que os ganhos econômicos e, às vezes, menores, não existindo uma regra de reportar somente aumento nos lucros com o alisamento (Beidleman, 1973, Lev & Kunitzky, 1974, Ronen & Sadan, 1981, Hand, 1989, Fudenberg & Tirole, 1995, Goel & Thakor, 2003, Barth, Landsman, & Lang, 2008, Bouwman, 2014). Schrand e Zechman (2012) exibiram que os gestores que, divulgaram lucros incorretamente tendem a ser otimistas sobre o desempenho dos bancos e, podem seguir baixas variações, inicialmente, não intencionais, com variações intencionadas se as expectativas otimistas não forem atendidas. O alisamento de lucros neutraliza

os efeitos transitórios da lucratividade ou, elimina os desempenhos não favoráveis dos bancos, sustentando um crescimento constante ao longo do curto prazo (Faria & Amaral, 2015).

Copeland (1968), Dantas (2012), Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013) e Silva (2013) em seus estudos, divulgaram que o alisamento de lucros gera uma seleção repetitiva de mensuração contábil financeira ou, de uma regra de divulgação específica, resultando em uma divulgação de fluxos de lucros com variações menores do que seria mostrado de outra maneira. Martinez (2013), Faria e Amaral (2015) e Rodrigues, Melo e Paulo (2019) detectaram a presença do alisamento de lucros e, descreveram que a redução da variabilidade pode ocorrer através das contas de despesas de depreciações, provisões, atividades não operacionais, reconhecimento de perdas produtivas e considerações de ágios e deságios nos valores contábeis.

Anandarajan, Hasan e McCarthy (2007) compararam o comportamento de alisamento de lucros baseado em PCLD de bancos listados e não listados na bolsa de valores da Austrália e, encontraram evidências de que os bancos listados usam PCLD para alisar os lucros, por razões de mercado financeiro, mais do que os não listados (Koerich, 2004, Cinegaglia, 2019). A questão quanto ao fato de os bancos usarem PCLD para manipular os lucros reportados é examinada por uma grande literatura empírica e as conclusões apresentadas foram mistas (Ahmed, Takeda, & Thomas, 1999, Lobo & Yang, 2001, Bikker & Metzmakers, 2005, Anandarajan, Hasan, & McCarthy, 2007, Fonseca & Gonzalez, 2008, Abou El Sood, 2012, Ozili, 2017).

Eckel (1981), Pereira e Nakamura (2014) e Magalhães (2020) exibiram um método para detecção do alisamento artificial, objetivando a comparação entre o coeficiente de variabilidade das receitas com o coeficiente de variabilidade do lucro e,

sendo o lucro uma função linear das receitas, o custo variável unitário se mantém constante no tempo, os custos fixos não diminuem e as receitas brutas não podem ser alisadas de forma artificial. E caso o coeficiente de variabilidade do lucro for menor que o das receitas, o banco provavelmente realizou algum tipo de ação visando reduzir a variabilidade do lucro, demonstrando um comportamento alisador (Eckel, 1981, Pereira & Nakamura, 2014).

4.2.4 ERC

Já o ERC é utilizado como uma *proxy* para a identificação de lucros inesperados do mercado financeiro, geralmente sendo medido pela inclinação do coeficiente do retorno anormal e regressão de lucros inesperados, avaliando a qualidade de lucros com base na reação do mercado às informações publicadas sobre os lucros (Cho & Jung, 1991). A capacidade de resposta do investidor aos lucros, comumente medidos por ERC, tem sido usada para testar uma variedade de previsões sobre os determinantes da informatividade dos lucros, incluindo os efeitos dos métodos contábeis (Dechow, Ge, & Schrand, 2010, Mazzioni, 2015). A lógica é que os investidores não observam a qualidade de lucros existentes e, devem contar com uma avaliação subjetiva do contexto de ganhos para formar expectativas e, empresas de alto incentivo levam a uma maior percepção de incerteza de ganhos e maior combinação de informações, não só entre banco e os investidores, mas, também, entre os investidores (Diether, Malloy, & Scherbina, 2002, Bhattacharya, Daouk, & Welker, 2003, Johnson, 2009, Mazzioni, 2015).

Como o setor bancário é mais regulamentado do que o não bancário, o comportamento dos investidores em reavaliar os preços das ações com base em notícias de lucros neste setor é importante, e tem chamado a atenção em pesquisas

atuais (Ariff & Cheng, 2011). A receita da maioria dos bancos consiste em receitas de juros e não financeiras, como itens desagregados, enquanto as receitas não bancárias são mais complexas, e as respostas dos preços das ações às notícias de lucros são medidas como o ERC (Rose, 1989, Coelho, 2020).

ERC é mais baixo para empresas com perdas, o que é consistente, com as perdas que não são informativas sobre os fluxos de caixa futuros. Essa previsão segue porque os bancos têm uma opção de abandono e, não devem continuar a se envolver em atividades que geram perdas (Hayn, 1995). Embora esta relação seja consistente com ERC como *proxy* para a identificação de lucros inesperados, evidências em Li e Zheng (2010) concluem que, os investidores tendem a sobrepor as perdas, gesticulando que eles esperam uma reversão mais rápida do que realmente fazem e, a persistência de lucros é uma característica firme associada aos fundamentos e evidências indiretas sobre ERC como identificador de lucros inesperados (Imhoff Jr, 1992).

Liu e Thomas (2000) e Mazzioni (2015) fornecem evidências mais diretas sobre o ERC e, exibem que são positivamente relacionadas à persistência de lucros, sendo que, os ganhos mais persistentes têm maiores implicações para os futuros recursos financeiros previstos que, podem ser associados ao desempenho fundamental da empresa (Kormendi & Lipe, 1987). Dawar, (2014), Machado (2018) e Aguguom e Salawu (2019) relatam que, ao examinar a relação entre persistência de lucros e os preços das ações desenvolvidos, levando em consideração ao ERC, a persistência de lucros tem um efeito positivo ao ERC, como também foi apontado nas pesquisas de Jang, Sugiarto, e Siagian (2007) e Murwaningsari (2008), significando que, quanto maior for a persistência produzida pelo banco, maior será a qualidade e o crescimento dos lucros. E o ERC menor reflete uma relutância em negociar com base no sinal de

ganhos e um aumento no uso de outras fontes de informações, especialmente entre os menos informados (Easley & O'Hara, 2004, Barniv & Cao, 2009).

4.2.5 AFD

Os AFD relatados nas DREs são originados por diferenças temporárias entre as despesas de tributos sobre o lucro e tributos sobre o lucro a recolher (Ahnan & Murwaningsari, 2019). Diferenças temporárias são diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo no Balanço Patrimonial (BP) e sua base tributável e, resultam na insustentabilidade de lucros, porque esses lucros contêm itens transitórios que não se repetem no futuro (CPC, 2009, Blaylock, Shevlin, & Wilson, 2012, Pereira, 2017, Schuh, Ribeiro, Simon, & Kronbauer, 2018).

Ocorrem quando as regras contábeis e as leis tributárias reconhecem o mesmo número de transações, no entanto, diferem no que diz respeito ao momento desse reconhecimento (Sundvik, 2017, Edwards, 2018). Elas são causadas por diferenças nos métodos utilizados pelas regras contábeis e regras fiscais, em termos de competência e sua realização, depreciação e amortização, avaliação de estoque e cálculos de compensação (Jackson, 2015).

As diferenças permanentes surgem quando certas receitas e despesas são reconhecidas pelos princípios contábeis, mas, não com base em regulamentos fiscais e, geralmente aparecem porque as leis tributárias não aceitam determinadas transações que não poderão ser incluídas no cálculo do lucro tributável (Bruce, Behn, & Jan, 1998, Dantas, Medeiros, Galdi, & Costa, 2013, Sundvik, 2017, Ferreira, 2021). Os AFD fornecem informações úteis incrementais sobre a persistência de lucros e, a legislação tributária permite menos discricção nas escolhas contábeis do que os *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP), sendo que, grandes diferenças

positivas entre o lucro contábil e tributável são informativas sobre o gerenciamento de resultados (Phillips, Pincus, & Rego, 2003, Lev & Nissim, 2004, Formigoni, Antunes, & Paulo, 2009, Martinez, 2013, Pereira, 2017, Ávila, Costa, & Fávero, 2018, Brunozi, Kronbauer, Martinez, & Alves, 2018, França, 2018, Machado, 2018, Magalhães, 2020).

Os investidores reduzem suas expectativas de persistência de lucros na presença de AFD e são capazes de precificar eficientemente os ganhos e provisões para essas empresas, encontrando portfólio de retorno insignificante de hedge (Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel, & Koval, 2020). Collins e Kothari (1989) apresentaram em seus resultados uma significância na presença dos AFD, fazendo com que os investidores reduzam suas expectativas sobre persistência de lucros e, Sloan (1996) exibiu os resultados em sua pesquisa de que, em média, os investidores precificam corretamente a persistência de lucros para todas as empresas.

Hanlon (2005) e Pereira (2013) afirmaram que, existem vários fatores que suportam e mostram que, os AFD podem demonstrar informações sobre a qualidade de lucros e, apresentaram em seu estudos que, para empresas-anos com grandes diferenças de AFD, é menos persistente nos lucros futuros do que para empresas-anos com pequenas diferenças de AFD. Wijayanti (2006) e Mazzioni (2015) exibiram em seus estudos que, as empresas com alto volume (baixo volume) de estoque de AFD tem grande (pequeno) efeito na persistência de lucros e, pode ser utilizada como uma *proxy* para a qualidade de lucros.

O efeito dos AFD na persistência de lucros ocorre devido às diferenças de reconhecimento entre regras contábeis e regulamentações fiscais relacionadas a certas receitas e despesas e, surgem quando certas receitas e despesas reconhecidas pelos princípios contábeis não são baseadas nas regulamentações

fiscais (Martinez, Souza, & Monte-Mor, 2016). E essas diferenças podem detectar persistência de resultados, uma vez que podem separar a atividade de gerenciamento discricionária e não discricionária. Além disso, existe a suposição de que a empresa prefere administrar os lucros aumentando-os sem quaisquer consequências de aumento de impostos (Phillips, Pincus, & Rego, 2003, Beer, De Mooij, & Liu, 2020). Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H5: Quanto maiores (menores) os AFD, maior (menor) será a persistência de lucros.

Os AFD geralmente surgem porque existem transações contábeis que não são incluídas no cálculo do lucro tributável (Waluyo, 2016). Porém, o efeito dos AFD na qualidade de lucros ocorre quando as regras contábeis e as leis tributárias reconhecem o mesmo número de transações, no entanto, diferindo com relação ao tempo de reconhecimento (Sonnier, Hennig, Everett, & Raabe, 2012).

Jackson (2015) relata que, os componentes de AFD ainda representam uma área que é frequentemente usada como uma forma de aumentar a persistência de lucros de atividades reais. E são geralmente causadas por diferenças nos métodos utilizados pelas regras contábeis e regras fiscais, em termos de competência e realização, depreciação e amortização, avaliação de estoque e cálculo de compensação por perdas (Noor & Ali, 2015).

Os AFD podem ser utilizados como *proxy* para qualidade de lucros, e instruem as empresas a usar o regime de competência na preparação de suas demonstrações financeiras, registrando e reconhecendo as provisões quando ocorrerem, sem considerar o fluxo de caixa envolvido ou não (Dechow, Ge, & Schrand, 2010). São divulgadas nas demonstrações financeiras para reduzir a assimetria de informações (Penman & Reggiani, 2013), e aumentam a persistência de lucros em comparação

com os fluxos de caixa para empresas com provisões de grande porte mas, os *accruals* reduzem a persistência de lucros em comparação com os fluxos de caixa para empresas com *accruals* de pequeno porte (Dechow & Ge, 2006, Blaylock, Shevlin, & Wilson, 2012, Lima, Carvalho, Paulo, & Girão, 2015).

Para o alisamento de lucros, Imhoff Jr (1981), Castro (2008) e Dantas (2012) definiram, como sendo, um caso especial de divulgação inadequada de informações dos demonstrativos financeiros e, essa técnica, implica algum tipo de esforço deliberado para as divulgações dessas informações, com o intuito de reduzir artificialmente a variação dos fluxos de lucros. Sendo possível que o banco tenha um resultado financeiro estável, caso tenha atingido sua maturidade em seu desenvolvimento e, o ambiente econômico relevante da empresa possibilite um alisamento de lucros da variabilidade ao longo do tempo (Trueman & Titman, 1988, Castro, 2008, Faria & Amaral, 2015).

O alisamento de lucros é realizado de maneira artificial modificando a classificação ou o período de reconhecimento de receitas e despesas, em consequência o processo de valoração das empresas (Hunt, Moyer, & Shevlin, 1996, Faria & Amaral, 2015). Os AFD tornam-se o meio mais comum para alisar lucros bancários após o lançamento da SFAS 133, pois, exige que as empresas avaliem nos valores justos, tanto ativos, quanto passivos totais no BP (Liu & Ryan, 2006). Cheng e Warfield (2005), Cornett, McNutt e Tehranian (2009), Beatty e Liao (2014) e Cohen, Hoitash, Krishnamoorthy e Wright (2014) usaram o modelo de AFD para medir o alisamento de lucros dos bancos. Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H6: Quanto maiores (menores) os AFD, maior (menor) será o alisamento de lucros.

Burks, Cuny, Gerakos e Granja (2018) exibiram que, existe

uma relação positiva entre a concorrência e os AFD, o que não apoia o argumento de que o impacto da concorrência sobre os lucros dos bancos e a velocidade de ajuste passa indiretamente pelo canal de qualidade de lucros, porém, tamanho do banco, maior diversificação de produtos e serviços, maior eficiência gerencial e menor risco de inadimplência, implicam em menor impacto da concorrência na velocidade de ajuste dos ganhos bancários (Zanon & Dantas, 2020). Os lucros inesperados do período atual são informativos para os analistas na medida em que causam uma revisão de previsão, podendo tornar os lucros com maior qualidade e o melhor resultado para o ERC, sendo que o grau em que o ERC captura a utilidade da decisão é sensível ao grau de heterogeneidade na correlação entre lucros inesperados e revisões de previsão dentro da amostra (Collins & Kothari, 1989), tendo a dispersão da previsão do analista como uma medida de incerteza inerente associada com operações da empresa (Imhoff Jr & Lobo, 1992). Assim, operações mais incertas estão associadas a uma menor qualidade de lucros (Burgstahler, Jiambalvo, & Shevlin, 2002).

Plummer e Tse (1999) e Souza (2009) exibiram em sua pesquisa que, o ERC diminui à medida que o risco de inadimplência aumenta para os retornos das ações, mas, o resultado oposto é válido para os retornos dos títulos. Lee e Choi (2016) e Jin, Kanagaretnam e Lobo (2018) revelaram que, AFD é uma ferramenta usada como uma medida para a qualidade de lucros do setor bancário, e para determinar o valor dos AFD requer muita consideração da administração que, tende a ser subjetivo (Nicoletti, 2018) e, a sua flexibilidade poderia capturar lucros inesperados (Ismail, 2017).

Na perspectiva do uso dos AFD para capturar os lucros inesperados, Zeidi, Taheri e Farahabadi (2014) sugerem que, para mensurar os lucros inesperados do mercado financeiro, deve ser considerada a avaliação do ERC e, o investidor

apreciará mais as informações e produzirá ERC mais alto, significando que, o banco produz ganhos de alta qualidade mas, se o investidor presumir que o lucro contém menos informação, não apreciará a informação e produzirá ERC menor, o que significa que o banco produz resultados de baixa qualidade (Barron, Stanford, & Yu, 2009). Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H7: Quanto maiores (menores) os AFD, maior (menor) será o ERC.

4.3 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, foram levantados os dados entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de 2021 dos relatórios financeiros semestrais pelo COSIF publicados pelos bancos, classificados como: múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa econômica, sendo que, do total de 343 bancos apresentados pelo BACEN, 222 não apresentaram estoques de AFD, portanto representando a amostra para esse estudo, 121 bancos, conforme listado no Quadro (5), também dados coletados do BACEN, Bloomberg e Economatica[®]. Para verificar se a persistência e alisamento de lucros podem estar sendo utilizados no uso dos AFD para aqueles que possuem alta concentração de ativos, foi identificado o comportamento por tamanhos de bancos, conforme Quadro (6).

Os dados em painel foram rodados no Stata 17, sendo empregados os efeitos fixos e aleatórios. E para verificar o método mais eficiente a cada modelo, foram realizados os testes F de Chow, de Hausman e LM de Breusch-Pagan (Domingos, Ponte, Paulo, & Alencar, 2017).

QUADRO 5: QUANTIDADE DE BANCOS DA AMOSTRA

Hipótese	Ano	Bancos Múltiplos	Bancos Comerciais	Bancos de Investimentos	Bancos de Desenvolvimento	Caixa	Total
H5 e H6	2017	97	12	07	04	01	121
	2018	97	12	07	04	01	121

	2019	97	12	07	04	01	121
	2020	97	12	07	04	01	121
	2021	97	12	07	04	01	121
H7	2017	44	-	02	-	-	46
	2018	44	-	02	-	-	46
	2019	44	-	02	-	-	46
	2020	44	-	02	-	-	46
	2021	44	-	02	-	-	46

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O design empírico avalia a capacidade incremental dos AFD em três situações de presença de qualidade de lucros, por persistência e alisamento de lucros. E uma terceira situação, é analisando o mercado financeiro diante do uso dos AFD para obter lucros inesperados pelo ERC.

Para capturar as informações dos grandes, médios e pequenos bancos, as Equações (5) e (6) foram regredidas novamente com a base de dados separada pelas classificações dos bancos (Quadro 6), que seguem as orientações do BACEN, relacionando-se a participação relativa do ativo total de cada instituição com a soma dos ativos totais de todas as instituições consideradas (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012).

QUADRO 6: QUANTIDADE DE BANCOS UTILIZADOS NA AMOSTRA E SEPARADOS POR TAMANHOS GRANDE, MÉDIO E PEQUENO PORTE DE 2017 A 2021

Banco	2017/	2017/	2018/	2018/	2019/	2019/	2020/	2020/	2021/	2021/
Grande	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Médio	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
Pequen	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99
Total	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os bancos foram classificados em ordem decrescente de suas participações individuais no total dos ativos da amostra e, acumula-se essas participações, proporcionando cortes quando esse acumulado atinge 70%, 95% e 100% dos ativos (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012, Instituto ASSAF, 2012). Os bancos que compõe a faixa de até 70%, inclusive, do montante de

participação acumulada, são consideradas de grande porte; as que compõem a faixa acima de 70% até 95%, de médio porte e, as que compõem a faixa acima de 95% até 100% são consideradas de pequeno porte (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012).

4.3.1 Hipóteses

O modelo para a persistência de lucros é adaptado dos estudos de Atwood, Drake e Myers (2010), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Dantas (2012), Beatty e Liao (2014), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014) e Batten e Vo (2019) sendo usadas as variáveis dependente do lucro futuro para capturar o lucro no período persistente, discricionárias do lucro atual, do valor absoluto de AFD e a que representa a captura dos AFD como métrica discricionária para a persistência de lucros. As variáveis de controle apresentadas no modelo são: tamanho do empréstimo (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010), que são os ativos rentáveis; índice de inadimplência (Batten & Vo, 2019), considerado como o risco de redução dos lucros; índice de Patrimônio Líquido sobre ativos totais e depósitos de clientes sobre ativos totais (Beatty & Liao, 2014), representando reputação, estrutura financeira e risco de tolerância; índice de despesas operacionais (Atwood, Drake, Myers, & Myers, 2012), que é a eficácia da governança corporativa e, o PIB que, reflete condições macroeconômicas ou tendências do ciclo da economia (Kanagaretnam, Lim, & Lobo, 2014), sendo o modelo representado na Equação (5):

$$\begin{aligned}
 EARN_{t+1} = & \beta_0 + \beta_1 EARN_{it} + \beta_2 AFD_{it} + \beta_3 EARN_{it} * AFD_{it} + \\
 & \beta_4 LOGEMP_{it} + \beta_5 \Delta PCLD_{t-1} + \beta_6 CUSTOOP_{it} + \\
 & \beta_7 PATRIMONIO_{it} + \beta_8 DEPOSITOS_{it} + \beta_9 \Delta PIB_t + \varepsilon_{it}
 \end{aligned} \tag{5}$$

O modelo representado pela Equação (5), torna-se possível verificar se o aumento de AFD está associado à maior persistência de lucros, conforme H5, sendo a variável $EARN_{it} * AFD_{it}$ de interesse para a identificação do uso desses ativos no período t e o resultado do lucro futuro $t+1$, pois, caso o lucro futuro tenha sido inflado pelos AFD, o torna menos discricionário em suas operações financeiras, e sim, poluído pelo aumento desses ativos, esperando assim o coeficiente positivo (Schrand & Wong, 2003). A variável $EARN_{it}$ representa a lucratividade do banco no período atual e, é controlada para manter a persistência de lucros futuros, sendo esperado um coeficiente positivo (Atwood, Drake, Myers, & Myers, 2012).

As variáveis $LOGEMP_{it}$, $\Delta PCLD_{t-1}$, $CUSTOOP_{it}$, $PATRIMONIO_{it}$, $DEPOSITOS_{it}$ são variáveis incluídas no modelo para controlar o impacto de fatores específicos da rentabilidade do banco. Teoricamente, os valores dos empréstimos ($LOGEMP_{it}$) refletem os principais ativos rentáveis do banco, portanto, haverá uma relação positiva com os lucros persistentes (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010).

A PCLD ($\Delta PCLD_{t-1}$) reflete um aumento ou redução da lucratividade bancária, esperando um coeficiente positivo, pois, quando o banco concede crédito, sua lucratividade é realizada através do recebimento dos empréstimos acrescidos de juros, porém, quando há um aumento de PCLD significa que, o lucro será provisionado em período futuro, sendo uma variável gerencial para sinalizar a redução atual do lucro (Kanagaretnam, Krishnan, & Lobo, 2010). Enquanto o custo operacional ($CUSTOOP_{it}$), reflete a capacidade de gerenciamento de custos, reduzindo a rentabilidade dos bancos e, portanto, espera-se que o coeficiente seja negativo (Atwood, Drake, Myers, & Myers, 2012, Batten & Vo, 2019, Pereira & Tavares, 2021).

Um alto índice de Patrimônio Líquido em relação aos ativos totais ($PATRIMONIO_{it}$) indica forte solidez financeira e possivelmente melhor lucratividade.

No entanto, quando o índice de patrimônio é alto, o índice de endividamento é baixo e a capacidade de amplificar o resultado operacional reduz. Portanto, espera-se que o coeficiente seja negativo (Kanagaretnam, Lim, & Lobo, 2014, Pereira & Tavares, 2021).

A relação entre depósitos de clientes e ativos totais ($DEPOSITOS_{it}$) representa a capacidade de captação de recursos junto à população, ou seja, caso a capacidade de mobilização de uma população seja limitada, os bancos terão que usar capital alternativo do mercado interbancário com taxas de juros mais altas. Em outras palavras, se a relação entre depósitos de clientes e ativos totais for alta, significa que o banco possui uma boa gestão dos custos dos depósitos e maior lucratividade. Espera-se que o coeficiente seja positivo (Beatty & Liao, 2014, Santos, Lima, Freitas, & Lima, 2011).

E o ΔPIB_t reflete o ciclo de tendência da economia nacional e mudanças de fatores macroeconômicos que podem gerar alterações nos lucros em determinados momentos, sendo um evento não discricionário e, o que se espera, é um sinal negativo no coeficiente (Leaven & Majnoni, 2003, Bikker & Metzmakers, 2005).

Seguindo os modelos de Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004) e Ozili (2017), torna-se possível verificar se o aumento de AFD está associado ao aumento do alisamento de lucros, conforme H6, usando a $PCLD_{it}$ como *proxy* para a variável dependente, o lucro atual, os AFD como variáveis discricionárias e, a variável que captura os AFD como medida discricionária para o alisamento de lucros (H6). As variáveis de controle são apresentadas por: tamanho, empréstimos inadimplentes, crescimento de empréstimos, Capital Social do banco, lucro futuro e a taxa de crescimento do PIB, sendo o modelo representado pela Equação (6):

$$PCLD_{it} = \beta_0 + \beta_1 EARN_{it} + \beta_2 AFD_{it} + \beta_3 EARN_{it} * AFD_{it} + \beta_4 SIZE_{it} +$$

$$\beta_5 PCLDINICIAL_{it} + \beta_6 BAIXAEMPR_{it} + \beta_7 EINADIN_{t-1} + \beta_8 LOGEMP_{t-1} + \beta_9 CAPITAL_{it} + \beta_{10} \Delta LUCRO_{t+1} + \beta_{11} \Delta PIB_t + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

A variável de alisamento de lucros de interesse é $EARN_{it} * AFD_{it}$. Um sinal positivo no coeficiente é indicativo de alisamento de lucros do resultado bancário por meio de PCLD (Schrand & Wong, 2003, Dantas, 2012), pois, a relação que se espera é que, os AFD são diferenças realizadas pelos saldos iniciais e finais das PCLD e, quanto maiores valores de AFD para reduzir a base de cálculo dos tributos sobre o lucro, menor será o valor de estoque das PCLD, tornando-se o alisamento de lucros menos discricionários em suas operações financeiras, e sim, poluído pelo aumento desses ativos. A variável $EARN_{it}$ representa a lucratividade do banco no período atual e, é controlada para manter o alisamento de lucros, sendo esperado um coeficiente positivo (Atwood, Drake, Myers, & Myers, 2012).

A variável de controle $SIZE_{it}$, que representa o tamanho do banco pelo ativo total, pode sugerir que, os grandes bancos têm níveis mais elevados de atividade empresarial, com isso, podem constituir provisões mais elevadas para corresponder aos seus elevados níveis de atividades em relação aos bancos menores, sendo esperado o sinal positivo em seu coeficiente (Anandarajan, Hasan, & McCarthy, 2007, Kiliç, Kuzey, & Uyar, 2015, Ozili, 2015). A variável $PCLDINICIAL_{it}$ representa o saldo inicial de PCLD, sendo que, uma maior PCLD inicial, maior será a exigência de PCLD inferior no período atual, para que ocorra o alisamento de lucros (Ozili, 2017).

Os empréstimos inadimplentes capturam o risco da carteira de empréstimos bancários e, os encargos atuais dos empréstimos ($BAIXAEMPR_{it}$) podem fornecer informações sobre futuras inadimplências de empréstimos e, espera-se que sejam negativamente correlacionados com $PCLD_{it}$ que, por definição, contém informações sobre futuras inadimplências (Beaver & Engel, 1996). Porque níveis mais altos de

empréstimos inadimplentes iniciais ($EINADIN_{t-1}$) durante o período atual exigirão uma provisão maior no período atual e, espera-se que $EINADIN_{t-1}$ tenha uma relação negativa com $PCLD_{it}$.

O crescimento dos empréstimos é uma *proxy* para o risco de crédito contemporâneo (Laeven e Majnoni, 2003, Salvagnin, 2021). O tamanho da carteira de empréstimos relacionada com o total de ativos, pode variar entre os bancos, sendo aqueles, com mais ativos sob a forma de empréstimos no início do período deverão ter $LOGEMP_{t-1}$ superior. Além disso, $PCLD_{it}$ pode estar positiva ou negativamente relacionado à mudança no valor dos empréstimos durante o ano, dependendo do nível de risco de inadimplência associado a empréstimos incrementais e, a oferta de empréstimos aumenta devido às preocupações contemporâneas de risco de crédito. No entanto, Lobo e Yang (2001) apontam que uma relação negativa pode ser esperada se os bancos reduzirem as provisões devido à melhoria da qualidade dos empréstimos incrementais.

Foram controlados o uso da $PCLD_{it}$ para a gestão de Capital Social ($CAPITAL_{it}$) e variação do próximo período de LL ($\Delta LUCRO_{t+1}$), respectivamente. Os bancos com Capital Social mais baixo têm mais incentivos para aumentar a $PCLD_{it}$ para manter rácios de capital mínimo (Ahmed, Takeda, & Thomas, 1999, Sibim, 2017). Portanto, é esperado um coeficiente positivo sobre o capital e, na medida em que os bancos usam a $PCLD_{it}$ para sinalizar a lucratividade futura, espera-se que $PCLD_{it}$ seja positivamente relacionada à variável $\Delta LUCRO_{t+1}$ (Healy & Wahlen, 1999).

E finalmente a variável ΔPIB_t , tendo o crescimento do PIB, o controle do desenvolvimento do ciclo econômico (Laeven & Majnoni, 2003; Bikker & Metzmakers, 2005), podendo alterar a oferta de créditos bancários e, conseqüentemente, o índice de PCLD, portanto, é esperado o sinal negativo no

coeficiente.

Para a identificação do ERC, foram utilizados os modelos de Imhoff Jr e Lobo (1992) e Teoh e Wong (1993), tornando-se possíveis verificar se o aumento de AFD está associado ao aumento do ERC, conforme H7.

Utilizou-se como variável dependente UE_{it} , que representa os lucros inesperados para as ações do banco i , calculada pela diferença entre o preço da ação realizado com o preço da ação previsto pelos analistas, escalonado pelo preço da ação realizado. O preço da ação é previsto mensalmente, enquanto, o período amostral é de seis meses; para isso, foi calculada a média mensal das previsões dos preços da ação. O mesmo ocorreu com o preço da ação realizada, porém, esse ocorre diariamente; sendo necessária, a média diária das realizações dos preços da ação.

As variáveis discricionárias são representadas pelos lucros inesperados, pelos AFD e, também, pela variável que captura a associação dos AFD com o ERC. As variáveis de controle são representadas por: cotação do dólar, índice de mercado, empréstimos, índice de liquidez, mudança de inadimplência, risco de solvência e índice de desenvolvimento industrial, sendo o modelo representado pela Equação (7):

$$\begin{aligned}
 UE_{it} = & \beta_0 + \beta_1 LUCROSIN_{it} + \beta_2 AFD_{it} + \beta_3 LUCROSIN_{it} * AFD_{it} + \\
 & \beta_4 DOLAR_t + \beta_5 ACOES_t + \beta_6 EMDEP_{it} + \beta_7 RLIQ_{it} + \\
 & \beta_8 \Delta PCLD_{t-1} + \beta_9 RSOL_{it} + \beta_{10} BAIXAEMPR_{it} + \\
 & \beta_{11} EINADIN_{t-1} + \beta_{12} LOGEMP_{t-1} + \beta_{13} \Delta PIB_t + \varepsilon_{it}
 \end{aligned} \tag{7}$$

A variável $LUCROSIN_{it}$ representa os lucros inesperados do banco i , sendo calculada pela diferença entre os lucros realizados no final do período amostral, pelos lucros previstos pelos analistas do início desse período, sendo positivo o coeficiente esperado. $LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$ identifica a associação dos AFD com os lucros

inesperados e, o sinal positivo no coeficiente representa o aumento no ERC por meio dos lucros inesperados das ações (Imhoff Jr & Lobo, 1992, Ozili, 2017). A relação que se espera é que, os AFD compõem os lucros bancários, quanto maior essa composição, maior será o lucro inesperado. E como reação do mercado, os preços de suas ações terão uma tendência de alta, gerando um maior lucro inesperado em seus preços em comparação aos valores previstos (Teoh & Wong, 1993).

O aumento da taxa de câmbio ($DOLAR_t$) significa que, a valorização da moeda nacional tornaria as participações em moeda menos valiosas, portanto, prevê-se um efeito negativo nos preços das ações dos bancos, espera-se, portanto, um coeficiente negativo (Ariff, Fah, & Ni, 2013). E a volatilidade do mercado de ações ($ACOES_{it}$) aumenta o risco e o retorno das ações, como consequência, o sinal positivo é esperado no coeficiente em relação ao ERC (Ariff, Fah, & Ni, 2013).

Os próximos quatro fatores específicos do banco têm os seguintes efeitos: o risco de juros, sendo a relação empréstimos/depósitos ($EMDEP_{it}$). E quanto mais alta for essa relação, maior será a inadimplência, reduzindo assim, os preços das ações, e o coeficiente esperado é o negativo (Hapsari, 2011).

O segundo fator é o risco de liquidez ($RLIQ_{it}$), sendo esperado o sinal positivo no coeficiente, pois, quanto maior liquidez, menor será o risco para os bancos não obterem lucros inesperados nos preços das ações (Teoh & Wong, 1993). O terceiro fator é o risco de crédito ($\Delta PCLD_{t-1}$), sendo que, quanto maior a PCLD, menor o lucro, conseqüentemente, menor o preço das ações, sendo esperado o coeficiente negativo (Ozili, 2017). O último fator é o risco de solvência, tendo a relação, quanto maior a adequação de capital ($RSOL_{it}$), menor o risco e maiores serão os preços das ações, esperando um coeficiente positivo (Holthausen & Verrecchia, 1988).

Os lucros inesperados podem surgir de empréstimos inadimplentes, através de

juros recebidos desses empréstimos e os encargos atuais dos empréstimos e, a variável de controle $BAIXAEMPR_{it}$, pode fornecer informações sobre futuras inadimplências de empréstimos e, espera-se que sejam negativamente correlacionados com $PCLD_{it}$ (Beaver & Engel, 1996). Porque níveis mais altos de empréstimos inadimplentes iniciais ($EINADIN_{t-1}$) durante o período atual exigirão uma provisão maior no período atual. Espera-se que $EINADIN_{t-1}$ tenha uma relação negativa com $PCLD_{it}$.

O tamanho da carteira de empréstimos, relacionada com os totais dos ativos, pode variar entre os bancos, sendo aqueles, com volumes maiores de ativos sob a forma de empréstimos no início do período, deverão ter $LOGEMP_{t-1}$ superior, sendo relacionada de forma positiva ou negativa com $PCLD_{it}$, entretanto, Lobo e Yang (2001) apontam que uma relação negativa pode ser esperada se os bancos reduzirem as provisões devido à melhoria da qualidade dos empréstimos incrementais. E o ΔPIB_t reflete o ciclo de tendência da economia nacional e mudanças de fatores macroeconômicos que, podem gerar alterações nos lucros em determinados momentos, sendo um evento não discricionário (Leaven & Majnoni, 2003, Bikker & Metzmakers, 2005), esperando-se um sinal negativo no coeficiente.

QUADRO 7: RESUMO DAS VARIÁVEIS DA H5, H6 E H7

Variável	Descrição	Sinal esperado	Fonte
$EARN_{t+1}$	Variável dependente que representa o LL do banco i período t+1 escalonado pelos ativos totais do início do período.	(+)	Atwood, Drake e Myers (2010) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013)
$EARN_t$	Variável discricionária que representa o LL do banco i ano t escalonado pelos ativos totais do início do período.	(+)	Atwood, Drake e Myers (2010) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013)
AFD_t	Variável discricionária que representa o valor	(+)	Schrand e

	absoluto dos AFD escalonado pelos ativos totais do início do período.		Wong (2003)
$EARN_{it} * AFD_{it}$	Variável que representa a persistência de lucros por AFD do banco i ano t escalonada pelos ativos totais do início do período.	(+)	Atwood, Drake e Myers (2010) e Atwood, Drake, Myers e Myers (2012)
$\Delta PCLD_{t-1}$	Variável de controle que representa a mudança na PCLD escalonada pelos ativos totais do início do período.	(+)	Beaver e Engel (1996)
$LOGEMP_{it}$	Variável de controle que representa o logaritmo dos empréstimos a clientes do banco i período t .	(+)	Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010)
$CUSTOOP_{it}$	Variável de controle que representa a razão entre as despesas operacionais do banco i período t e os ativos totais do início do período.	(-)	Batten e Vo (2019)
$PATRIMONIO_{it}$	Variável de controle que representa a razão entre o patrimônio líquido do banco i período t e os ativos totais do início do período.	(-)	Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013) e Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014)
$DEPOSITOS_{it}$	Variável de controle que representa os depósitos de clientes do banco i período t escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Beatty e Liao (2014)
ΔPIB_t	Variável de controle macroeconômica de desenvolvimento industrial do país.	(-)	Bikker e Metzmakers (2005) e Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010)
$PCLD_{it}$	Variável dependente que representa o valor da PCLD escalonado pelos ativos totais do início do período.	(-)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004), Ozili (2017)
$SIZE_{it}$	Variável de controle que representa o logaritmo natural dos ativos totais do banco i período t .	(+)	Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013) e Kiliç, Kuzey e Uyar (2015)
$PCLDINICIAL_{it}$	Variável de controle que representa a PCLD inicial do banco i período t escalonada pelos ativos totais iniciais.	(-)	Ozili (2017)
$BAIXAEMPR_{it}$	Variável de controle que representa as baixas de empréstimos do banco i período t escalonadas pelos ativos totais iniciais.	(-)	Beaver e Engel (1996) e Miranda (2019)
$EINADIN_{t-1}$	Variável de controle que representa os empréstimos inadimplentes iniciais do banco i período $t-1$ escalonados pelos ativos totais iniciais.	(-)	Beaver e Engel (1996) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013)
$LOGEMP_{t-1}$	Variável de controle que representa o	(-)	Laeven e

	logaritmo dos empréstimos a clientes do banco i período $t-1$.		Majnoni (2003) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013)
$CAPITAL_{it}$	Variável de controle que representa o logaritmo natural do Capital Social do banco i período t .	(+)	Ahmed, Takeda e Thomas (1999) e Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013)
$\Delta LUCRO_{t+1}$	Variável de controle que representa a mudança de um semestre t para $t+1$ do LL do banco i escalonada por ativos totais iniciais.	(+)	Healy e Wahlen (1999)
UE_{it}	Variável dependente que representa os lucros inesperados acionário do banco i período t , sendo a diferença entre o preço da ação realizado (-) o preço da ação previsto pelos analistas, escalonado pelo preço da ação realizado.	(+)	Teoh e Wong (1993)
$LUCROSIN_{it}$	Variável discricionária que representa os lucros inesperados do banco i período t , sendo a diferença entre os lucros realizados (-) os lucros previstos pelos analistas escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Teoh e Wong (1993)
$LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$	Variável que representa a associação dos AFD com os lucros inesperados do banco i ano t escalonada pelos ativos totais do início do período.	(+)	Teoh e Wong (1993) e Ozili (2017)
$DOLAR_t$	Variável de controle que representa a cotação do dólar no período t .	(-)	Dalmácio, Rezende, Lima e Martins (2011) e Ariff, Fah e Ni (2013)
$ACOES_t$	Variável de controle que representa o índice de mercado do período t .	(+)	Dantas (2012) e Ariff, Fah e Ni (2013)
$EMDEP_{it}$	Variável de controle que representa o valor dos empréstimos escalonado pelos depósitos do banco i período t .	(-)	Dalmácio, Rezende, Lima e Martins (2011) e Hapsari (2011)
$RLIQ_{it}$	Variável de controle que representa o índice liquidez, sendo calculado pela divisão do ativo circulante total pelo ativo total do banco i período t .	(+)	Teoh e Wong (1993) e Miranda (2019)
$RSOL_{it}$	Variável de controle que representa o risco de solvência, sendo calculado pela divisão do Patrimônio Líquido pelo ativo total do banco i período t .	(+)	Holthausen e Verrecchia (1988) e Miranda (2019)
ε_{it}	Representa o termo do erro.	(+/-)	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

4.4 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE UNIVARIADA

A Tabela (4) apresenta os resultados da estatística descritiva das principais variáveis dos modelos que fornecem evidências da discricionariedade dos AFD como componentes de qualidade de lucros (persistência, alisamento e ERC) dos bancos.

TABELA 4: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Esta tabela apresenta estatísticas descritivas no Painel A das variáveis dependentes, discricionárias e de controle de H5 e H6, sendo os valores escalonados pelos ativos totais do início do período, exceto os indicadores absolutos de $LOGEMP_{it}$, $CAPITAL_{it}$, $SIZE_{it}$, $DOLAR_{it}$, $ACOES_{it}$ e ΔPIB_{it} . A amostra é identificada por 121 bancos do SFN, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021. O Painel B apresenta a estatística descritiva das variáveis dependente, discricionária e de controle de H7, sendo os valores escalonados pelos ativos totais do início do período, exceto os indicadores absolutos de $LOGEMP_{t-1}$, $DOLAR_{it}$, $ACOES_{it}$ e ΔPIB_{it} . A amostra é identificada por 46 bancos do SFN, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos, do BACEN, Bloomberg e Economatica®, referente ao período de 2017 a 2021.

Painel A: Estatística Descritiva para persistência de lucros (H5) e alisamento de lucros (H6)				
	Mean	Std. dev.	Min	Max
$EARN_{t+1}$	0.0043	0.0152	-0.1652	0.2188
AFD_{it}	0.0004	0.0347	-0.3698	0.3910
$EARN_{it}$	0.0043	0.0152	-0.1652	0.2188
$EARN_{it} * AFD_{it}$	-0.0001	0.0018	-0.0401	0.0142
$LOGEMP_{it}$	20.9541	2.6530	9.5814	27.4303
$\Delta PCLD_{t-1}$	0.0007	0.0147	-0.4732	0.1014
$CUSTOOP_{it}$	-0.0487	0.0887	-2.2503	-0.0012
$PATRIMONIO_{it}$	0.0726	0.1459	-0.0039	2.8839
$DEPOSITOS_{it}$	0.1168	0.1964	0.0000	2.1343
$PCLD_{it}$	-0.0083	0.0290	-0.4869	0.0000
$PCLDINICIAL_{it}$	-0.0083	0.0288	-0.4627	0.0000
$BAIXAEMPR_{it}$	0.0111	0.1238	-0.1547	3.0794
$EINADIN_{t-1}$	0.0003	0.0106	-0.1092	0.3146
$LOGEMP_{t-1}$	0.1075	0.1729	0.0000	3.3178
$CAPITAL_{it}$	20.3964	1.7904	16.7599	25.2995
$\Delta LUCRO_{t+1}$	0.0003	0.0157	-0.1998	0.2098
ΔPIB_{it}	-0.8282	0.9312	-2.6550	0.5650
$SIZE_{it}$	23.9216	2.4449	17.1410	30.6160
Number of observation	1.210			
Painel B: Estatística Descritiva para lucros inesperados pelo ERC (H7)				
	Mean	Std. dev.	Min	Max
UE_{it}	-0.0006	0.0054	-0.0331	0.0178
$LUCROSIN_{it}$	-6.65e-07	6.38e-06	-0.00007	0.00002
AFD_{it}	0.0006	0.0080	-0.1053	0.1108
$LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$	1.48e-09	3.96e-08	-1.81e-07	7.79e-07
$EMDEP_{it}$	3.5212	9.7224	0.0237	10.1035
$RLIQ_{it}$	0.2222	0.1012	0.0156	0.5145
$RSOL_{it}$	0.0455	0.0818	0.0026	0.7171
$\Delta PCLD_{t-1}$	0.0001	0.0028	-0.0285	0.0288

$BAIXAEMPR_{it}$	0.0076	0.0712	-0.1547	1.4488
$EINADIN_{t-1}$	-0.0001	0.0020	-0.0231	0.0228
$LOGEMP_{t-1}$	0.0899	0.1357	0.0002	11.881
$DOLAR_t$	4.3140	0.8612	3.2400	5.4800
$ACOES_t$	93034	16536	64555	118941
ΔPIB_t	-0.8282	0.9318	-26.550	0.5650
Number of observation	460			

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Com relação ao Painel A, que exibe a estatística descritiva das variáveis de persistência e alisamento de lucros, as variáveis $EARN_{t+1}$, $EARN_t$ e $\Delta LUCRO_{t+1}$, que representam as variáveis de lucratividade, essas exibiram um alto desvio-padrão (0.0152, 0.0152 e 0.0157) em comparação à média (0.0043, 0.0043 e 0.0003), sugerindo que, os bancos da amostra apresentaram alta dispersão entre os lucros de valores máximos (0.2188, 0.2188 e 0.2098) e de valores mínimos (-0.1652, -0.1652 e -0.1998), sendo que, os valores mínimos, pela proximidade com as médias, tornaram os bancos com menor índice de lucratividade mais persistentes e alisadores em seus lucros. Esse resultado apresentado é consistente com Healy e Wahlen (1999), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Atwood, Drake, Myers e Myers (2012), Beatty e Liao (2014), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014) e Batten e Vo (2019).

Os AFD_{it} apresentaram uma alta dispersão em seu desvio-padrão (0.0347), e uma baixa média (0.0004), significando que, enquanto os bancos da amostra apresentaram AFD para a redução de base de cálculo para IRPJ e CSLL, podendo ser observado pelo valor máximo (0.3910), outros bancos não reduziram a sua base de cálculo, ou seja, a $PCLD_{it}$, que apresentou a média de -0.0083, foi sendo reduzida semestre a semestre para esses bancos, impactando a qualidade de lucros, tornando-a mais discricionária com as operações de intermediações financeiras, sendo esse resultado consistente com Schrand e Wong (2003) e Ozili (2017).

A variável discricionária para a persistência e alisamento de lucros

($EARN_{it} * AFD_{it}$) exibiu um alto desvio-padrão (0.0018), sendo que, a dispersão tendenciou a sua proximidade com o valor máximo (0.0142), sugerindo que, a persistência e o alisamento de lucros podem ter ocorrido para os bancos que obtiveram um maior volume de estoques de AFD e nível de lucratividade, sendo esse resultado apresentado consistente com Healy e Wahlen (1999), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Atwood, Drake, Myers e Myers (2012), Beatty e Liao (2014), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014) e Batten e Vo (2019).

A variável $LOGEMP_{it}$, que representa os empréstimos a clientes dos bancos, exibiu uma média alta (20.9541) comparada aos valores máximos (27.4303), sugerindo que, os bancos concederam créditos aos seus clientes, durante o período de 2017 a 2021, expressivos valores que serão revertidos em lucros, com seus recebimentos de juros, tornando os lucros mais persistentes, sendo esse resultado consistente com Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010). A variável $\Delta PCLD_{t-1}$ exibiu as provisões sendo reduzidas na média 0,07% semestre a semestre, ou seja, os empréstimos concedidos estão sendo recebidos, com menor inadimplência e, maior lucratividade para os bancos, sendo esse resultado consistente com Beaver e Engel (1996).

A variável $CUSTOOP_{it}$, representada pela divisão das despesas operacionais pelos ativos totais, apresentou uma alta média (-0.0487) se comparada ao valor máximo (-0.0012), sugerindo que, as despesas operacionais em média, surgiram de bancos com alto nível de ativos totais, o que pode explicar uma redução de persistência de lucros pelos valores que reduziram a lucratividade através dessas despesas. A variável $PATRIMONIO_{it}$, que é a divisão entre o patrimônio líquido e os ativos totais, apresentou a média (0.0726) mais próxima do valor mínimo (-0.0039) do que do valor máximo (2.8839), sugerindo que, os movimentos patrimoniais

tendenciaram para os menores valores e, os lucros pertencentes aos bancos que, fazem parte do patrimônio tendenciaram também, para uma menor persistência de lucros. Os resultados apresentados foram consistentes com Atwood, Drake, Myers e Myers (2012), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014) e Batten e Vo (2019).

A variável de depósitos de clientes ($DEPOSITOS_{it}$) exibiu a média de 0.1168 e o desvio-padrão de 0.1964, o que representa uma alta dispersão de valores, também podendo ser observado pelos valores mínimo (0.0000) e máximo (2.1343), sugerindo que, pelo desvio-padrão, tiveram bancos depositários que utilizaram como fonte de capital para concessão de créditos aos seus clientes, parte dos valores depositados, gerando um menor valor de despesas de juros, pois, os bancos não iriam recorrer empréstimos de terceiros para gerar capital de concessão de créditos. Como consequência, os lucros aumentaram com os créditos concedidos, principalmente pelos juros recebidos nas parcelas, ficando ainda mais persistentes os lucros, sendo esse resultado consistente com Beatty e Liao (2014).

Para as variáveis que representam os empréstimos dos períodos, a $BAIXAEMPR_{it}$ que representam as baixas, $EINADIN_{t-1}$, que são os empréstimos inadimplentes iniciais t-1, e $LOGEMP_{t-1}$, que representam os empréstimos totais iniciais t-1, apresentaram uma alta dispersão (0.1238, 0.0106 e 0.1729) entre os valores mínimos (-0.1547, -0.1092 e 0.0000) e máximos (3.0794, 0.3146 e 3.3178), significando que, o alisamento dos lucros podem ocorrer em bancos de maior concentração em valores de empréstimos, devido às dispersões tendenciarem para os valores máximos, sendo esses resultados consistentes com Beaver e Engel (1996) e Laeven e Majnoni (2003).

Os valores das provisões iniciais ($PCLDINICIAL_{it}$), que são resultados dos valores não recebidos de empréstimos no início do período, apresentou uma baixa

dispersão (0.0288), sugerindo que, os bancos em média (-0.0083) mantêm uma concentração de valores constantes de PCLD relativos aos ativos totais, ou seja, a PCLD inicial proporciona um alisamento de lucros significativo, pois, com o aumento e baixa de empréstimos, os lucros se tornam suavizados com os recebimentos de juros desses empréstimos recebidos. Esse resultado foi consistente com Ozili (2017).

A variável $CAPITAL_{it}$, que representa o Capital Social do banco, exibiu em seus resultados um baixo desvio-padrão (1.7904) se comparado à média (20.3964), sugerindo que, a estrutura de capital dos bancos é significativa para o alisamento de lucros, sendo que, para gerar lucratividade de semestre a semestre, o banco não poderá aumentar as suas despesas com juros advindas de capital de terceiros e, com a baixa dispersão no desvio-padrão, entende-se que os bancos se concentram na utilização de seu capital próprio para gerar o alisamento de lucros. Esse resultado foi consistente com Ahmed, Takeda e Thomas (1999) e Belém (2012).

A variável de controle de desenvolvimento industrial (ΔPIB_t) apresentou uma média negativa para ΔPIB_t (-0.8282), sugerindo que, o desenvolvimento industrial vem aumentando de um período para o outro. O tamanho do banco ($SIZE_{it}$) apresentou uma média de 23.9216 com uma baixa dispersão de 2.4449 de desvio-padrão, representando a alta concentração de ativos totais dos bancos da amostra. Os resultados apresentados foram consistentes com Healy e Wahlen (1999), Bikker e Metzmakers (2005) e Bushman e Williams (2012).

Com relação ao Painel B, que exhibe a estatística descritiva das variáveis de captura dos lucros inesperados, a variável que capturou os lucros inesperados pelos valores das ações dos bancos (UE_{it}) exibiu a média de -0.0006, mais próxima do valor máximo (0.0178) em comparação ao valor mínimo (-0.0331), sugerindo que, os bancos tendenciaram a ter o máximo de retorno financeiro anormal pelas ações. A

variável que representa o valor do lucro inesperado ($LUCROSIN_{it}$), apresentou em seus resultados a média de $-6.65e-07$, mais próxima do valor mínimo (-0.00007) em comparação ao valor máximo (0.00002), sugerindo que, os bancos tendenciaram a ter o mínimo de lucro inesperado, diferentemente da variável UE_{it} . Os resultados apresentados foram consistentes com Teoh e Wong (1993), Hapsari (2011) e Ariff, Fah e Ni (2013).

A variável discricionária para a captura do lucro anormal pelo ERC usando os AFD como métrica ($LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$) exibiu um alto desvio-padrão ($3.96e-08$), sendo que, a dispersão tendenciou a sua proximidade com o valor máximo ($7.79e-07$), sugerindo que, o lucro inesperado pelo ERC pode ter ocorrido para os bancos que obtiveram um maior volume de estoques de AFD, que apresentou a média de 0.0006 e alto desvio-padrão (0.0080), e nível de lucratividade, sendo esse resultado apresentado consistente com Holthausen e Verrecchia (1988) e Teoh e Wong (1993).

A variável $EMDEP_{it}$, que representa os empréstimos escalonados pelos depósitos, representa a capacidade de retorno lucrativo sobre os valores de capital próprio, derivado pelos depósitos e não por terceiros. Identificando o percentual de empréstimos que foram derivados de depósitos e, reverterão em lucros quando recebidos os juros desses empréstimos. E a sua média foi 3.5212 , bem abaixo do valor máximo (10.1035), e mais próximo do valor mínimo (0.0237), sugerindo que, a concentração dessa variável é mais próxima, ao nível baixo de recursos próprios, derivados de depósitos para gerar lucratividade, sendo esse resultado consistente com Hapsari (2011).

A variável $RLIQ_{it}$, representada pelo índice de liquidez, apresentou um valor médio (0.2222), ou seja, $22,22\%$ do ativo total é composto pelo ativo circulante, sugerindo que, os bancos na média possuem uma disponibilidade tendenciando ao

nível mínimo (0.0156) e, os recursos destinados para concessões de créditos originam dos valores disponíveis dos bancos, quanto maior for essas concessões, maior será o lucro inesperado do banco. A variável que representa o risco de solvência ($RSOL_{it}$), a média apresentada (0.0455) identifica que, há mais concentração de valores médios próximos ao valor mínimo (0.0026), sugerindo que, o valor do Patrimônio Líquido representa 4,55% do ativo total, bem abaixo da variável $RLIQ_{it}$.

Para que ocorra lucro inesperado financeiro, sendo componente do Patrimônio Líquido, é necessário o aumento do lucro inesperado discricionário, também componente do Patrimônio Líquido, portanto, torna-se relevantes as variáveis para a identificação dos lucros inesperados do mercado financeiro. Os resultados apresentados foram consistentes com Holthausen e Verrecchia (1988) e Teoh e Wong (1993).

A variável $\Delta PCLD_{t-1}$ exibiu que as provisões estão sendo reduzidas na média 0,01% semestre a semestre, ou seja, os empréstimos concedidos estão sendo recebidos, com menor inadimplência, e maior lucratividade para os bancos, sendo esse resultado consistente com Beaver e Engel (1996). Para as variáveis que representam os empréstimos dos períodos, a $BAIXAEMPR_{it}$ que representam as baixas, $EINADIN_{t-1}$, que são os empréstimos inadimplentes iniciais t-1, e $LOGEMP_{t-1}$, que representam os empréstimos totais iniciais t-1, apresentaram uma alta dispersão (0.0712, 0.0020 e 0.1357) entre os valores mínimos (-0.1547, -0.0231 e 0.0002) e máximos (1.4488, 0.0228 e 1.1881), significando que, os lucros anormais podem ocorrer em bancos de maior concentração em valores de empréstimos, devido às dispersões tendenciarem para os valores máximos, sendo esses resultados consistentes com Teoh e Wong (1993).

E por último, as variáveis de controle da cotação do dólar ($DOLAR_{it}$), do índice

de mercado ($ACOES_t$) e de desenvolvimento industrial (ΔPIB_t) apresentaram alta dispersão em seu desvio-padrão, enquanto a cotação do dólar variou de R\$ 3,24 em seu valor mínimo, o valor máximo apresentou R\$ 5,48, sugerindo que, os bancos que apresentaram lucros inesperados, poderiam ter sido em consequência de captação de investimentos externos que foram aplicados no mercado em forma de empréstimos, gerando maior lucratividade nos recebimentos de juros. Como consequência, as ações dos bancos oscilaram no período amostral, podendo ser observado no índice de mercado que, variou de 64.555 pontos (mínimo) a 118.941 pontos, também, em decorrência do agravamento da pandemia covid-19. A variável de controle de desenvolvimento industrial (ΔPIB_t) apresentou uma média negativa para ΔPIB_t (-0.8282), sugerindo que, o desenvolvimento industrial pode ter aumentado de um período para o outro. Os resultados apresentados foram consistentes com Bikker e Metzemaekers (2005) e Ariff, Fah e Ni (2013).

Os painéis A e B exibiram valores de estoques de AFD e níveis de lucratividade que possam contribuir para a persistência de lucros, alisamento de lucros e lucros inesperados dos bancos pelo ERC. Os valores de empréstimos concedidos aos seus correntistas, sugerem que, os lucros serão aumentados nos recebimentos dos juros embutidos e, os AFD também aumentarão, a partir da inadimplência do não recebimento desses empréstimos, gerando uma maior tendência de persistência e alisamento de lucros. E o aumento dos AFD aumentará os lucros inesperados pelas ações do setor bancário, o que torna possível a identificação dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros (Ferreira, 2007).

4.4.1 Resultados Empíricos

Os resultados apresentados na Tabela (5) fornecem evidências sobre os efeitos

dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros dos bancos do SFN, sendo usadas três *proxies*: persistência de lucros (H5), alisamento de lucros (H6) e ERC (H7) para mensurar os AFD como componentes dos lucros inesperados.

O primeiro conjunto de resultados é mostrado na coluna à esquerda com a variável dependente $EARN_{t+1}$, sendo usada para capturar o LL no período persistente (Atwood, Drake, Myers, & Myers, 2012). O segundo conjunto de resultados é mostrado pela variável dependente $PCLD_t$, sendo usada para capturar os empréstimos concedidos que influenciarão no alisamento de lucros pelos seus recebimentos e, em caso de não recebimentos, aumentará o estoque de AFD e reduzirá o alisamento (Ozili, 2017).

E o terceiro conjunto de resultados representa os lucros inesperados através do ERC, sendo exibida a variável dependente UE_{it} , que é o lucro inesperado das ações no período (Imhoff Jr & Lobo, 1992, Teoh & Wong, 1993, Hapsari, 2011 e Ariff, Fah, & Ni, 2013, Ferreira, 2021). Portanto, os resultados tornam-se possíveis verificar se o aumento de AFD estão associados ao aumento dos níveis de qualidade de lucros para H5 e H6 e dos lucros inesperados para H7.

4.4.1.1 Persistência de lucros (H5)

Com relação ao primeiro conjunto de resultados ($EARN_{t+1}$), o coeficiente no AFD_{it} foi negativo (-0.0299) e significativo a 5% ($p > 0.010$), sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD, haverá uma redução de R\$ 0,03 no LL do período seguinte para a persistência de lucros.

TABELA 5: AFD COMO MÉTRICA DE QUALIDADE DE LUCROS DOS BANCOS

Esta tabela apresenta os resultados das regressões de H5, H6 e H7. A regressão linear dos dados em painel das hipóteses possibilitaram identificar os efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros do SFN, sendo utilizadas três *proxies*: persistência de lucros (H5), alisamento de lucros (H6) e os lucros inesperados pelo ERC (H7). Foram considerados os testes de Chow, de Hausman e LM de BreuschPagan, sendo o mais adequado para H5, H6 e H7 o efeito fixo. O teste de Correlação de Pearson foi realizado entre as variáveis $PCLD_{it}$ e AFD_{it} , e o resultado exibiu baixa correlação para H6 (Apêndice E).

	$EARN_{t+1}$		$PCLD_{it}$		UE_{it}	
	F(9,1197) = 31.51		F(11,1197) = 5276.02		F(13,436) = 5.36	
	R-squared = 0.1915		R-squared = 0.9798		R-squared = 0.1377	
	Prob>F = 0.0000		Prob>F = 0.0000		Prob>F = 0.0000	
	Coefficient	P-Value	Coefficient	P-Value	Coefficient	P-Value
AFD_{it}	-0.0299	***(0.010)	-0.0190	***(0.000)	0.0004	(0.991)
$EARN_{it}$	0.3591	***(0.000)	0.0221	** (0.049)		
$EARN_{it} * AFD_{it}$	2.0944	***(0.000)	-0.6454	***(0.000)		
$LOGEMP_{it}$	-0.0001	(0.653)				
$\Delta PCLD_{t-1}$	0.0151	(0.575)			-0.0875	(0.362)
$CUSTOOP_{it}$	-0.0006	(0.898)				
$PATRIMONIO_{it}$	0.0055	*(0.076)				
$DEPOSITOS_{it}$	0.0141	***(0.000)				
ΔPIB_t	-0.0001	(0.735)	-0.0003	***(0.007)	0.0001	(0.913)
$SIZE_{it}$			-0.0004	***(0.001)		
$PCLDINICIAL_{it}$			1.0251	***(0.000)		
$BAIXAEMPR_{it}$			-0.0164	***(0.000)	-0.0118	***(0.001)
$EINADIN_{t-1}$			-0.0530	***(0.000)	0.1435	(0.264)
$LOGEMP_{t-1}$			-0.0007	(0.408)	-0.0039	(0.296)
$CAPITAL_{it}$			0.0004	** (0.012)		
$\Delta LUCRO_{t+1}$			-0.0137	(0.196)		
$LUCROSIN_{it}$					0.3127	***(0.000)
$LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$					1.4858	** (0.030)
$DOLAR_t$					0.0002	(0.755)
$ACOES_{it}$					-2.41e-08	(0.499)
$EMDEP_{it}$					-7.86e-07	(0.977)
$RLIQ_{it}$					-0.0021	(0.412)
$RSOL_{it}$					0.0078	(0.200)
Number of observation	1.210		1.210		460	

Os dados dos modelos foram rodados em painel com significância a 5%. Níveis de significância: ***(1%), **(5%) e *(10%).

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

As variáveis $EARN_{it}$ e $DEPOSITOS_{it}$ tiveram coeficientes positivos (0.3591 e 0.0141) e significativos a 5% ($p > 0.000$ e $p > 0.000$), sugerindo que, quanto maior for o LL do período e o valor de depósitos realizados pelos correntistas, maior será a discricionariedade dos bancos para o uso do LL do período seguinte como persistência de lucros. A variável discricionária que responde H5 ($EARN_{it} * AFD_{it}$) exibiu coeficiente positivo (2.0944) e significativo a 5% ($p > 0.000$), sugerindo que, o aumento dos AFD aumentará conjuntamente com os lucros atuais a persistência de lucros futuros.

As variáveis $LOGEMP_{it}$, ΔPIB_t e $CUSTOOP_{it}$ apresentaram coeficientes negativos e não significativos, e as variáveis $\Delta PCLD_{t-1}$ e $PATRIMONIO_{it}$ apresentaram coeficientes positivos e não significativos. Os resultados apresentados foram consistentes com Beaver e Engel (1996), Schrand e Wong (2003), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Atwood, Drake, Myers e Myers (2012), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014), Beatty e Liao (2014) e Batten e Vo (2019).

4.4.1.2 Alisamento de lucros (H6)

O segundo conjunto de resultados ($PCLD_{it}$), o coeficiente no AFD_{it} foi negativo (-0.0190) e significativo a 5% ($p > 0.000$), sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD haverá uma redução de R\$ 0,02 de PCLD para o alisamento de lucros, assim como, as variáveis ΔPIB_t , $SIZE_{it}$, $BAIXAEMPR_{it}$, $EINADIN_{t-1}$ que apresentaram coeficientes negativos (-0.0003, -0.0004, -0.0164, -0.0530) e significativos a 5% ($p > 0.007$, $p > 0.001$, $p > 0.000$ e $p > 0.000$), representando o mesmo nível de ajuste dos AFD no modelo para reduzir o alisamento de lucros por PCLD.

As variáveis $EARN_{it}$, $PCLDINICIAL_{it}$ e $CAPITAL_{it}$ apresentaram

coeficientes positivos (0.0221, 1.0251 e 0.0004) e significativos a 5% ($p > 0.049$, $p > 0.000$ e $p > 0.012$), sugerindo que, quanto maiores forem os valores dos lucros atuais, da PCLD inicial ($PCLDINICIAL_{it}$) e do Capital Social ($CAPITAL_{it}$), maiores serão os níveis de PCLD usados como métrica para alisamento de lucros. A variável discricionária que responde H6 ($EARN_{it} * AFD_{it}$) exibiu coeficiente negativo (-0.6454) e significativo a 5% ($p > 0.000$), sugerindo que o aumento dos AFD diminuirá conjuntamente com os lucros atuais o alisamento de lucros por PCLD.

As variáveis $LOGEMP_{t-1}$ e $\Delta LUCRO_{t+1}$ exibiram coeficientes negativos e não significativos. Os resultados apresentados foram consistentes com Beaver e Engel (1996), Ahmed, Takeda e Thomas (1999), Healy e Wahlen (1999), Schrand e Wong (2003), Laeven e Majnoni (2003), Bikker e Metzmakers (2005), Kiliç, Kuzey e Uyar (2015) e Ozili (2017).

4.4.1.3 Lucros inesperados pelo ERC (H7)

Com relação ao terceiro conjunto de resultados (UE_{it}), o coeficiente no $LUCROSIN_{it}$ que representa o ERC usado como métrica para qualidade de lucros, foi positivo (0.3127) e significativo a 5% ($p > 0.000$), sugerindo que os lucros inesperados das ações aumenta no mesmo nível dos lucros inesperados bancários, assim também, ocorrendo com a variável discricionária que responde H7 ($LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$), que apresentou coeficiente positivo (1.4858) e significativo a 5% ($p > 0.030$), sugerindo que, o aumento dos AFD aumentará conjuntamente com os lucros inesperados financeiros o lucro inesperado acionário do setor bancário. A variável $BAIXAEMPR_{it}$ exibiu o coeficiente negativo (-0.0118) e significativo a 5% ($p > 0.001$), sugerindo que a cada aumento na baixa de empréstimos, o lucro inesperado acionário será reduzido.

As variáveis AFD_{it} , ΔPIB_t , $EINADIN_{t-1}$, $DOLAR_t$, $RSOL_{it}$ exibiram coeficientes positivos e não significativos a 5%, e as variáveis $\Delta PCLD_{t-1}$, $LOGEMP_{t-1}$, $ACOES_{it}$, $EMDEP_{it}$, $RLIQ_{it}$ exibiram coeficientes negativos e não significativos a 5%. Os resultados foram consistentes com Holthausen e Verrecchia (1988), Teoh e Wong (1993), Beaver e Engel (1996), Schrand e Wong (2003), Bikker e Metzmakers (2005), Hapsari (2011) e Ariff, Fah e Ni (2013).

Os resultados empíricos apresentados na Tabela (5) sugerem que os efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros para persistência de lucros (H5) e lucro inesperado pelo ERC (H7) aumentam quando os AFD são aumentados e, para o alisamento de lucros (H6), diminui quando os AFD são aumentados. Conjuntamente, os resultados sugerem que os AFD estão sendo utilizados de forma discricionária, de acordo com as legislações pertinentes e, os gestores podem tornar persistentes, alisados e com a perspectiva de lucros inesperados para obter benefícios financeiros, seja melhorando a lucratividade ou, a valorização de suas ações e ainda na manutenção dos AFD para uma continuidade desses benefícios.

Porém, os resultados financeiros apresentados pelos bancos podem gerar desconfianças aos acionistas quanto à qualidade dos lucros, pois, através dos AFD, os lucros reportados estão sendo poluídos pela parcela discricionária, não gerada pelas operações de intermediações financeiras e, os próximos lucros esperados ou inesperados podem persistir ou, serem alisados, ainda com essa parcela discricionária. E o BACEN poderá observar se os AFD estão sendo utilizados por igual a todos os tamanhos de bancos (grandes, médios e pequenos), não favorecendo aqueles que detém alto volume de estoque desses ativos.

4.4.1.4 Qualidade de lucros dos grandes, médios e pequenos bancos

Os resultados apresentados na Tabela (6) fornecem evidências sobre a discricionariedade dos AFD como componentes de qualidade de lucros e os possíveis impactos para os grandes, médios e pequenos bancos do SFN, sendo usadas duas *proxies*: persistência de lucros (H5) e alisamento de lucros (H6). A *proxy* ERC não foi usada devido ao número de bancos da amostra que, tenderia apenas aos grandes e médios bancos, não atingindo ao objetivo de identificar o comportamento dos bancos por tamanhos grandes, médios e pequenos bancos.

O primeiro conjunto de resultados é mostrado na coluna à esquerda com a variável dependente $EARN_{t+1}$, sendo usada para capturar o LL no período persistente (Atwood, Drake, & Myers, 2010). O segundo conjunto de resultados é mostrado pela variável dependente $PCLD_{it}$, sendo usada para capturar os empréstimos concedidos que influenciarão no alisamento de lucros pelos seus recebimentos e, em caso de não recebimentos, aumentará o estoque de AFD e reduzirá o alisamento (Kanagaretnam, Lobo, & Yang, 2004 e Ozili, 2017). Portanto, os resultados tornam-se possíveis verificar se o aumento de AFD estão associados ao aumento dos níveis de qualidade de lucros para H5 e H6.

Com relação ao primeiro conjunto de resultados ($EARN_{t+1}$), que representa a persistência de lucros, a variável AFD_{it} exibiu resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.010$) e pequenos bancos ($p > 0.041$), porém, coeficiente positivo para os grandes (0.6441) e negativo para os pequenos bancos (-0.0259). Sugerindo que o aumento dos AFD para os grandes bancos seguirá de um aumento dos LL do período seguinte para a persistência de lucros, tornando esses lucros mais poluído pelo uso discricionário desses ativos. Enquanto para os pequenos bancos, o aumento dos AFD reduzirá os LL do período seguinte, tornando-os com mais qualidade de lucros e menos discricionário para a sua persistência.

TABELA 6: AFD COM MÉTRICA DE QUALIDADE DE LUCROS DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS

Esta tabela apresenta os resultados das regressões dos grandes, médios e pequenos bancos, seguindo a classificação do BACEN. As regressões lineares dos dados em painel de H5 e H6 possibilitaram identificar os efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros do SFN, sendo utilizadas duas *proxies*: persistência de lucros (H5) e alisamento de lucros (H6). Foram considerados os testes de Chow, de Hausman e LM de BreuschPagan, sendo o mais adequado para H5 e H6 o efeito fixo. O teste de Correlação de Pearson foi realizado entre as variáveis $PCLD_{it}$ e AFD_{it} do modelo de alisamento de lucros (H6) e, o resultado exibiu baixa correlação para os grandes e pequenos bancos, para os médios bancos, foi exibida uma moderada correlação (Apêndice F).

	$EARN_{t+1}$			$PCLD_{it}$		
	Grandes	Médios	Pequenos	Grandes	Médios	Pequenos
	F(9,40) = 3.15	F(9,160) = 30.16	F(9,977) = 21.56	F(11,38) = 177.16	F(11,158) = 7790	F(11,977) = 4094
	R-squared = 0.4150	R-squared = 0.6291	R-squared = 0.1657	R-squared = 0.9809	R-squared = 0.9982	R-squared = 0.9788
	Prob>F = 0.0058	Prob>F = 0.0000	Prob>F = 0.0000	Prob>F = 0.0000	Prob>F = 0.0000	Prob>F = 0.0000
AFD_{it}	0.6441 ***(0.010)	-0.0837 (0.231)	-0.0259 **(0.041)	-0.1907 ***(0.001)	0.0032 (0.691)	-0.0204 ***(0.000)
$EARN_{it}$	0.2151 (0.276)	-0.1342 (0.134)	0.3891 ***(0.000)	0.1493 ***(0.001)	0.0073 (0.573)	0.0185 (0.153)
$EARN_{it} * AFD_{it}$	-1.739 (0.171)	8.5067 ***(0.000)	2.3194 ***(0.000)	1.8735 (0.441)	-0.1095 (0.525)	-0.7008 ***(0.000)
$LOGEMP_{it}$	-0.0007 *(0.060)	0.0010 **(0.021)	-0.0001 (0.839)			
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.9169 **(0.033)	-1.4308 ***(0.000)	0.0223 (0.443)			
$CUSTOOP_{it}$	-0.0011 (0.138)	-0.0087 (0.551)	-0.0005 (0.936)			
$PATRIMONIO_{it}$	-0.0640 (0.110)	0.0466 (0.124)	0.0058 *(0.094)			
$DEPOSITOS_{it}$	0.0271 **(0.049)	0.0064 (0.507)	0.0166 ***(0.000)			
ΔPIB_t	-0.0004 **(0.020)	0.0007 (0.286)	-0.0002 (0.626)	-0.0001 (0.873)	0.0001 (0.809)	-0.0004 ***(0.008)

<i>SIZE</i> _{it}			0.0004	0.0001	-0.0004
			***(0.002)	(0.355)	***(0.003)
<i>PCLDINICIAL</i> _{it}			0.7207	1.0069	1.0273
			***(0.000)	***(0.000)	***(0.000)
<i>BAIXAEMPR</i> _{it}			-0.0147	-0.0092	-0.0164
			(0.324)	** (0.021)	***(0.000)
<i>EINADIN</i> _{t-1}			0.1617	0.1220	-0.0539
			(0.214)	(0.148)	***(0.000)
<i>LOGEMP</i> _{t-1}			-0.0131	0.0012	-0.0010
			***(0.002)	(0.527)	(0.337)
<i>CAPITAL</i> _{it}			-0.0003	-0.0002	0.0004
			** (0.013)	(0.163)	** (0.050)
Δ <i>LUCRO</i> _{t+1}			-0.0983	0.0006	-0.0157
			***(0.000)	(0.938)	(0.200)
Number of observation	50	170	990	50	170
					990

Os dados dos modelos foram rodados em painel com significância a 5%. Níveis de significância: ***(1%), *(5%) e *(10%).

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

A variável $EARN_{it}$ exibiu resultado significativo a 5% para os pequenos bancos ($p > 0.000$) e coeficiente positivo (0.3891), sugerindo que o aumento dos LL do período atual, aumentará 38,91% os LL do período seguinte, tornando-os discricionários na persistência de lucros. Para os médios bancos, a variável $LOGEMP_{it}$ apresentou resultado significativo a 5% ($p > 0.021$) e, o coeficiente positivo (0.0010), sugerindo que o aumento de empréstimos a clientes no período atual aumentará o LL do período seguinte, sendo que, o risco de inadimplência aumenta quando se concede mais empréstimos e, como consequência, aumentará os estoques de AFD e, com seu uso, aumentará os LL, tornando-os mais persistentes. A variável discricionária que responde H5 ($EARN_{it} * AFD_{it}$) exibiu coeficientes positivos (8.5067 e 2.3194) e significativos a 5% ($p > 0.000$ e $p > 0.000$) para os médios e pequenos bancos, sugerindo que, o aumento dos AFD aumentará conjuntamente com os lucros atuais a persistência de lucros futuros desses bancos.

A mudança da PCLD do período anterior para o atual ($\Delta PCLD_{t-1}$) exibiu resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.033$) e médios bancos ($p > 0.000$) e, coeficientes negativos (-0.9169 e -1.4308), sugerindo que, os LL de períodos futuros reduzem os níveis de persistência de lucros quando as mudanças da PCLD aumentam de um período para o outro.

A variável $DEPOSITOS_{it}$ apresentou resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.049$) e pequenos bancos ($p > 0.000$) e coeficientes positivos (0.0271 e 0.0166). Sugerindo que o aumento dos depósitos bancários pelos correntistas aumenta o nível de persistência de lucros por $EARN_{t+1}$, podendo ser explicado que parte dos valores depositados serão usados para empréstimos a serem concedidos, gerando maiores volumes de lucros, pelo recebimento dos juros desses empréstimos.

A variável ΔPIB_t exibiu resultado significativo para os grandes bancos ($p > 0.020$)

e coeficiente negativo (-0.0004), sugerindo que, o aumento do desenvolvimento econômico do país do período anterior para o período atual reduz em 0,04% o nível de persistência de lucros por $EARN_{t+1}$. As variáveis $CUSTOOP_{it}$ e $PATRIMONIO_{it}$ não apresentaram resultados significativos a 5% para os grandes, médios e pequenos bancos.

Com relação ao segundo conjunto de resultados ($PCLD_{it}$), que representa o alisamento de lucros, a variável AFD_{it} exibiu resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.001$) e pequenos bancos ($p > 0.000$) e coeficientes negativos (-0.1907 e -0.0204). Sugerindo que, o aumento dos AFD para os grandes e pequenos bancos seguirá de uma redução das PCLD, tornando os lucros menos alisados pelas PCLD e mais discricionários pelos resultados de recebimentos de empréstimos que geram lucros pelos juros recebidos.

A variável $EARN_{it}$ exibiu resultado significativo a 5% para os grandes bancos ($p > 0.001$) e coeficiente positivo (0.1493), sugerindo que, o aumento dos LL do período atual aumentará 14,93% os LL do período seguinte, tornando-os discricionários no alisamento de lucros. A variável discricionária que responde H6 ($EARN_{it} * AFD_{it}$) exibiu coeficiente negativo (-0.7008) e significativo a 5% ($p > 0.000$) para pequenos bancos, sugerindo que, o aumento dos AFD reduzirá conjuntamente com os lucros atuais o alisamento de lucros por PCLD desses bancos.

A variável ΔPIB_t exibiu resultado significativo para os pequenos bancos ($p > 0.008$) e coeficiente negativo (-0.0004), sugerindo que, o aumento do desenvolvimento econômico do país do período anterior para o período atual reduz em 0,04% o nível de alisamento de lucros por $PCLD_{it}$. O tamanho dos ativos totais dos bancos ($SIZE_{it}$) exibiram resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.002$) e pequenos bancos ($p > 0.003$) e, coeficientes positivo para os grandes (0.0004) e

negativo para os pequenos bancos (-0.0004), significando que, aumentando os ativos totais, aumentará o nível de alisamento de lucros por PCLD para os grandes, e reduzirá para os pequenos bancos. Isso se deve ao fato de que os pequenos têm resultados de baixas de empréstimos iniciais do período anterior ($EINADIN_{t-1}$) significativos a 5% ($p > 0.000$) e, o aumento dessas baixas reduzem em 5,39% as PCLD que, estão sendo utilizadas como métrica de alisamento de lucros. Enquanto os grandes bancos não apresentaram resultados significativos a 5%.

Com relação às outras variáveis de empréstimos, a $BAIXAEMPR_{it}$ e $LOGEMP_{t-1}$, a variável que representa as baixas de empréstimos do período ($BAIXAEMPR_{it}$) exibiu resultados significativos a 5% para os médios ($p > 0.021$) e pequenos bancos ($p > 0.000$) e coeficientes negativos (-0.0092 e -0.0164). Assim também, para a variável dos empréstimos totais iniciais ($LOGEMP_{t-1}$) que, apresentou coeficiente negativo, porém, para os grandes bancos (-0.0131) e, resultado significativo a 5% ($p > 0.002$), sugerindo que, o aumento dos níveis das variáveis $BAIXAEMPR_{it}$, para os médios e pequenos bancos, e $LOGEMP_{t-1}$ para os grandes bancos, reduzirá o nível de alisamento de lucros por PCLD, sendo que, as relações se encontram no fato da geração de lucros e alisamento de lucros ocorridos pelas transações financeiras dos empréstimos. E quanto maior o tempo de recebimento dos empréstimos, maior será o tempo para as gerações de lucros pelos recebimentos dos juros e, o alisamento ocorrerá pelo menor tempo dos recebimentos, por isso, as baixas com menor tempo são significativas para o alisamento.

A variável $PCLDINICIAL_{it}$ exibiu resultados significativos a 5% para os grandes ($p > 0.000$), médios ($p > 0.000$) e pequenos bancos ($p > 0.000$) e, coeficientes positivos (0.7207, 1.0069 e 1.0273), sugerindo que, o aumento da PCLD inicial para os bancos, torna-se o nível de alisamento de lucros maior por PCLD do período. Em síntese, os

estoques de PCLD sendo aumentado período a período, torna-se um instrumento de alisamento de lucros, porém, não um instrumento de alavancagem de lucros, afinal, sendo aumentado o estoque de PCLD, significa que os bancos estão aumentando as concessões de empréstimos, entretanto, não significando que os empréstimos estão sendo recebidos e, como consequência, a lucratividade bancária poderá ser aumentada ou reduzida.

A variável de mudança do LL atual para o LL do período seguinte ($\Delta LUCRO_{t+1}$) apresentou resultado significativo a 5% para os grandes bancos ($p > 0.000$) e coeficiente negativo (-0.0983), sugerindo que, o aumento de $\Delta LUCRO_{t+1}$ reduzirá o nível de alisamento de lucros por PCLD, pois, na medida em que os bancos usam a $PCLD_t$ para sinalizar a lucratividade futura, espera-se que $PCLD_t$ seja negativamente relacionada à variável $\Delta LUCRO_{t+1}$.

A variável $CAPITAL_{it}$ apresentou coeficiente negativo (-0.0003) para grandes bancos e positivo (0.0004) para pequenos bancos e significativos a 5% ($p > 0.013$ e $p > 0.050$), sugerindo que, quanto maiores forem os valores do Capital Social, menor será para os grandes e maior para os pequenos bancos os níveis de PCLD usados como métrica para alisamento de lucros.

4.4.2 Contribuição teórico-prática

A contribuição teórico-prática em H5, foi proporcionar o uso dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros, utilizando a *proxy* persistência de lucros e seus efeitos nas instituições financeiras, diferenciando do estudo apresentado por Hung, Jiang, Liu e Tu (2018) que, exibiu resultados significativos para a persistência de lucros no setor bancário, porém, sem o uso dos AFD como métrica. Em H6, o resultado exibido indica significância no uso dos AFD para a qualidade de lucros, utilizando a

proxy alisamento de lucros, diferenciando-se do estudo apresentado por Anandarajan, Hasan e McCarthy (2007), no qual, exibiram resultados significativos de alisamento de lucros do setor bancário, porém, não utilizando os AFD como métrica.

Para H7, esse estudo exibiu resultado significativo no uso dos AFD para capturar lucros inesperados do mercado bancário pelo ERC, sendo diferenciado do estudo apresentado por Ariff e Cheng (2011) em que, apresentaram resultados significativos no setor bancário, porém, não incluíram os AFD como métrica do coeficiente, proporcionando ao presente estudo o avanço da literatura pela inclusão dos AFD como métrica do ERC do setor bancário.

Outra contribuição teórico-prática, encontra-se no uso dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros, utilizando as *proxies* de persistência e alisamento de lucros do setor bancário, porém, por tamanhos de bancos, exibindo resultados significativos. Em estudos anteriores, como Beaver e Engel (1996), Ahmed, Takeda e Thomas (1999), Healy e Wahlen (1999), Laeven e Majnoni (2003), Schrand e Wong (2003), Bikker e Metzemakers (2005), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014), Beatty e Liao (2014), Kuzey e Uyar (2015), Ozili (2017) e Batten e Vo (2019) foram apresentadas evidências de qualidade de lucros, tanto por persistência quanto alisamento de lucros do setor bancário, mas, não foram exibidos resultados por tamanhos de bancos.

Os resultados por tamanhos de bancos possibilitaram identificar que os pequenos e médios foram significados no uso dos AFD na qualidade de lucros, sendo que, quanto maior o uso desses ativos e lucros reportados conjuntamente, maior será a persistência e menor o alisamento de lucros para os pequenos e, maior será a persistência de lucros para os médios bancos. Porém, os resultados apresentados pelos pequenos bancos são beneficiados quanto às movimentações de empréstimos

concedidos e de estoques de AFD, tornando-os mais persistentes e alisados ao longo do período amostral.

Os resultados apresentados reforçam os efeitos dos AFD de forma positiva, na perspectiva de qualidade de lucros, tanto na persistência de lucros (H5), quanto no alisamento de lucros (H6) e para capturar lucros inesperados pelo ERC (H7); e negativa, pois, o uso desses ativos é circunstancial ao uso de leis que o regem, e não de operações de intermediação financeira, podendo gerar uma certa “desconfiança” ao mercado bancário, como não sendo um gerador de resultados próprios.

Os AFD, em sua natureza legal, são formados por situações adversas, seja por inadimplência ou, por resultados negativos e, no caso dos grandes bancos, esses foram mais favoráveis pelos seus resultados significativos na amostra, o que representa no mercado financeiro, uma vantagem nas publicações de seus demonstrativos financeiros com efeitos na qualidade de lucros, tornando-os mais competitivos diante dos médios e pequenos bancos.

Diante disso, deve-se considerar uma reavaliação sobre a legislação dos AFD, para que os bancos possam reduzir os impactos gerados desses ativos na qualidade dos lucros, seja, inicialmente por uma revisão legal, gerando possíveis alterações nas leis existentes, como ocorrido nos EUA que, a partir do quarto trimestre de 2017, os bancos tiveram que reavaliar os estoques de AFD pela nova alíquota reduzida tributária, tornando os grandes, médios e pequenos competitivos pelas taxas de juros reduzidas, e pelo efeito tributário (Reichow, 2018). Ou ainda, na constituição de uma Reserva de AFD, representada por uma parte dos estoques de AFD, pois, em caso de recuperação judicial ou falência, poderia ser usado o fundo para a garantia de compensações de tributos de outras naturezas, como operações financeiras e contribuições sociais.

4.5 CONCLUSÕES

A qualidade de lucros é utilizada como uma fonte de informações do desempenho financeiro de um banco, sendo relevante para tomadas de decisões gerenciais. Os AFD podem “poluir” a qualidade desses lucros quando se tornam inflados pelo uso desses ativos para obter melhores resultados financeiros.

Construindo com base em evidências de qualidade de lucros em Holthausen e Verrecchia (1988), Teoh e Wong (1993), Beaver e Engel (1996), Ahmed, Takeda e Thomas (1999), Healy e Wahlen (1999), Schrand e Wong (2003), Laeven e Majnoni (2003), Bikker e Metzmakers (2005), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Hapsari (2011), Atwood, Drake, Myers e Myers (2012), Ariff, Fah e Ni (2013), Kanagaretnam, Lim e Lobo (2014), Beatty e Liao (2014), Kiliç, Kuzey e Uyar (2015), Ozili (2017) e Batten e Vo (2019), investigou-se os efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros, utilizando as *proxies* persistência de lucros, alisamento de lucros e o ERC dos bancos.

Esse artigo vem ao encontro das pesquisas realizadas por Frankel e Litov (2009), sendo exibido que, os investidores buscam identificar os determinantes da persistência de lucros para melhor compreensão da relação entre rendimentos correntes e ganhos permanentes. Francis, Maydew e Sparks (1999), Consoni, Mendes e Soares (2012) e França (2018) relataram que, as empresas podem ser beneficiadas pelo alisamento de lucros devido a uma maior valorização que elas obtêm pelas ações e um menor custo de capital próprio. Burgstahler, Jiambalvo e Shevlin (2002) apresentaram a relação entre a alavancagem e o ERC que, parece resultar da variação na taxa de capitalização das notícias de ganhos em preço como uma função de alavancagem, ao invés de uma associação entre a alavancagem e a

utilidade da decisão dos ganhos para prever fluxos de caixa esperados.

Os resultados apresentados nesse artigo indicam que, os efeitos dos AFD, na perspectiva de qualidade de lucros mensurados por *proxy*, quanto maiores forem os AFD, maiores serão a persistência de lucros (H5) e os lucros inesperados pelo ERC (H7) e, menor será o alisamento de lucros (H6). Pelos tamanhos dos bancos, os médios bancos apresentaram resultados significativos no uso dos AFD para a persistência de lucros e, os pequenos, para a persistência e alisamento de lucros, sendo os mais beneficiados quanto às movimentações de empréstimos concedidos e de estoques desses ativos, tornando-os mais persistentes e alisados ao longo tempo.

A consistência dos resultados permite indicar que os AFD são usados de acordo com as legislações pertinentes pelas instituições bancárias, porém, não favorecendo o seu uso por igual a todos os bancos. Esses ativos podem tornar a qualidade de lucros poluída pelo seu uso, inflando os resultados dos bancos com decisões de operações financeiras discricionárias.

Quanto às limitações, o estudo se restringe a algumas que podem ser destacadas: (i) ao período em que os bancos digitais iniciaram suas atividades após 2017, portanto, não podendo participar dessa amostragem, (ii) aos bancos que não apresentaram valores de AFD, reduzindo assim a população de 343 bancos para a amostra de 121 bancos, (iii) às dificuldades implícitas nas pesquisas sobre qualidade de lucros e lucros inesperados no mercado financeiro, quanto à capacidade dos possíveis modelos estatísticos identificarem e mensurarem a discricionariedade dos AFD e, (iv) os modelos foram criados considerando as especificidades das instituições financeiras brasileira, não devendo ser aplicado em cenários diversificados com as devidas adaptações (Dantas, Galdi, Capelletto, & Medeiros, 2013).

Por fim, pesquisas futuras também poderão considerar (i) modelagem no uso

dos AFD como uma métrica discricionária como componente para qualidade de lucros nos bancos digitais, usando *proxies* de persistência de lucros e alisamento de lucros, (ii) identificação do componente discricionário dos AFD na qualidade de lucros dos bancos digitais optantes pelo Lucro Real trimestral em comparação ao Lucro Real anual e, (iii) modelagem no uso dos AFD como componente discricionário para qualidade de lucros e lucros inesperados no mercado financeiro dos bancos digitais, em comparação aos bancos não digitais.

Capítulo 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões que se pode ter no uso dos AFD, torna a sua interpretação, não apenas como sendo um ajuste contábil e fiscal de resultados, mas, como sendo um componente discricionário para suavizações de resultados e gerenciamento de resultados e, quando se trata de percepção da qualidade de lucros, pode também, ser uma métrica de persistência, alisamento e captura de lucros inesperados.

Os resultados empíricos exibidos nesse estudo indicam os AFD como suavizadores de resultados, impactando de forma positiva na redução dos valores dos tributos sobre o lucro, aumentando a sua lucratividade, principalmente para os médios bancos. Os grandes bancos apresentaram os melhores indicadores financeiros e, os pequenos apresentaram uma alta participação dos AFD sobre o LL. Porém, esse estudo apresentou que, um número representativo de médios e pequenos bancos, não apresentaram as informações adequadas da Resolução 4.842/2020 sobre as origens e os usos dos AFD, não atendendo ao Princípio da Oportunidade Contábil.

Além de serem suavizadores de resultados, há evidências do uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados e, nesse estudo proporcionou investigar se os bancos do SFN utilizam essa prática sob quatro metas: por PCLD, para evitar declínio dos lucros, das perdas e, deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

Os resultados apresentados sugerem que, os AFD podem estar sendo utilizados para gerenciamento de resultados, sendo que, quanto maior o valor do uso desses ativos, maior o gerenciamento por PCLD (H1), menor a probabilidade de

gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros (H2) e evitar relatar perdas (H3), porém, não foi encontrada significância para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas (H4). Os pequenos bancos apresentaram resultados significativos no uso dos AFD, sendo que, quanto maior o uso dos AFD para os pequenos bancos, maior será o gerenciamento de resultados por PCLD.

E também, há evidências dos efeitos dos AFD na perspectiva de qualidade de lucros e, nesse estudo, utilizou-se como *proxies*: persistência de lucros, alisamento de lucros e o ERC dos bancos. Os resultados exibiram que, quanto maiores forem os AFD maiores serão a persistência de lucros (H5) e os lucros inesperados pelo ERC (H7) e, menor será o alisamento de lucros (H6). Os médios bancos apresentaram resultados significativos no uso dos AFD para a persistência de lucros e, os pequenos, para a persistência e alisamento de lucros, sendo os mais beneficiados quanto às movimentações de empréstimos concedidos e de estoques desses ativos, tornando-os mais persistentes e alisados ao longo tempo.

Por fim, o tema AFD não se esgota por aqui, as discussões sobre suavizações de resultados, gerenciamento de resultados e qualidade de lucros utilizando esses ativos como métrica, permitiu ampliar a teoria na prática para os bancos do SFN e, os resultados podem ser usados como uma ferramenta gerencial financeira, para tomadas de decisões que impliquem principalmente ao avanço de uma maior lucratividade de forma discricionária fiscal e legal.

REFERÊNCIAS

- Abou El Sood, H. (2012). Loan loss provisioning and income smoothing in US banks pre and post the financial crisis. *International Review of Financial Analysis*, 25, 64-72. DOI: 10.1016/j.irfa.2012.06.007
- Aguguum, A. T., & Salawu, R. O. (2019). Earnings quality and firms'book value: an empirical evidence from the listed firms in Nigeria. *Journal of Internet Banking and Commerce*, 24(1), 1-22. <https://smartlib.umri.ac.id/assets/uploads/files/b1ea1-earnings-quality-and-firms-book-value-an-empirical-vidence-from-the-listed-firms-in-nigeria.pdf>
- Aguiar, L. F. (2014). *Grau de evidenciação da contabilidade de hedge nos maiores bancos brasileiros e europeus* [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. Biblioteca Digital FGV. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12935/Dissertação%20Leandro%20Farias%20Aguiar.pdf?cv=1&isAllowed=y&sequence=1>
- Ahmed, A. S., Takeda, C., & Thomas, S. (1999). Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. *Journal of accounting and economics*, 28(1), 1-25. <https://ssrn.com/abstract=164728>
- Ahnan, Z. M., & Murwaningsari, E. (2019). The effect of book-tax differences, and executive compensation on earnings persistence with real earnings management as moderating variable. *Research Journal of Finance and Accountin*, 10(5), 54-63. DOI: 10.7176/RJFA
- Almeida, D. B. C. (2007). *Bancos e concentração de crédito no Brasil: 1995-2004* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Biblioteca Digital UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/AMSA-79CG5K>
- Almeida, R. F., & Stefanelli, N. O. (2021a, 04 a 07 de dezembro). *Ativos Fiscais Diferidos: uma análise de suavizações de resultados em big e small banks listados no Banco Central do Brasil* [Artigo apresentado]. XV Congresso AnpCONT (on-line). https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/94_merged.pdf
- Almeida, R. F., & Stefanelli, N. O. (2021b, 04 a 07 de dezembro). *O uso dos Ativos Fiscais Diferidos como gerenciamento de resultados dos bancos listados no Banco Central do Brasil* [Artigo apresentado]. XV Congresso AnpCONT (on-line). https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/95_merged.pdf
- Almeida, R. F. (2022a, 27 a 29 de julho). *O uso dos Ativos Fiscais Diferidos como gerenciamento de resultados em big e small banks listados no Banco Central do Brasil* [Artigo apresentado]. XXII USP International Conference in Accouting (on-line). <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22Usplnternational/ArtigosDownload/3589.pdf?cv=1>

- Almeida, R. F. (2022b, 21 a 23 de outubro). *O uso dos Ativos Fiscais Diferidos como gerenciamento de resultados dos bancos listados no Banco Central do Brasil* [Artigo apresentado]. XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD 2022 (on-line). <http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/a34e1ddbb4d329167f50992ba59fe45a.pdf>
- Amberger, H., Markle, K., & Samuel, D. M. (2020). Repatriation Taxes, Internal Agency Conflicts, and Subsidiary-level Investment Efficiency. *WU International Taxation Research Paper Series*, (2018-06). DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3138823>
- Anandarajan, A., Hasan, I., & McCarthy, C. (2007). Use of loan loss provisions for capital, earnings management and signalling by Australian banks. *Accounting & Finance*, 47(3), 357-379. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2007.00220.x>
- Ariff, M., & Cheng, F. F. (2011). Accounting earnings response coefficient: An extension to banking shares in Asia Pacific countries. *Advances in accounting*, 27(2), 346-354. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2011.08.002>
- Ariff, M., Fah, C. F., & Ni, S. W. (2013). Earnings response coefficients of OECD banks: Tests extended to include bank risk factors. *Advances in Accounting*, 29(1), 97-107. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2013.03.003>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., & Myers, L. A. (2010). Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 111-125. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:jaecon:v:50:y:2010:i:1:p:111-125>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., Myers, J. N., & Myers, L. A. (2012). Home country tax system characteristics and corporate tax avoidance: International evidence. *The Accounting Review*, 87(6), 1831-1860. DOI: 10.2139/ssrn.1594936
- Ávila, J. R. M. S., Costa, P. S., & Fávero, L. P. L. (2018). Honorários de auditoria e Book-Tax Differences. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 11(31), 31-46. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134473>
- Ayers, B. C. (1998). Deferred tax accounting under SFAS No. 109: An empirical investigation of its incremental value-relevance relative to APB No. 11. *Accounting Review*, 195-212. <http://www.jstor.org/stable/248465>
- BaFin. (2021, abril, 23). *Deferred tax assets require recognition test*. <https://www.bafin.de>. https://www.bafin.de/SharedDocs/Veroeffentlichungen/EN/Fachartikel/2021/fa_bj_2106_Latente_Steuern_VA_en.html
- Banco Central do Brasil (2022, maio, 20). *Balancetes e Balanços Patrimoniais (Transferência de arquivos)*. BACEN. <http://www.bcb.gov.br>. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/balancetesbalancospatrimoniais>
- Baptista, E. M. B. (2009). Teoria em gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 3(2), 5-20.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3381>

- Barniv, R. R., & Cao, J. (2009). Does information uncertainty affect investors' responses to analysts' forecast revisions? An investigation of accounting restatements. *Journal of Accounting and Public Policy*, 28(4), 328-348. DOI: 10.1016/J.JACCPUBPOL. 2009.06.003
- Barron, O. E., Stanford, M. H., & Yu, Y. (2009). Further evidence on the relation between analysts forecast dispersion and stock returns. *Contemporary Accounting Research*, 26(2), 329-357. DOI:10.1506/car.26.2.1
- Barros, M. E., Menezes, J. T., Colauto, R. D., & Teodoro, J. D. (2014). Gerenciamento de resultados e alavancagem financeira em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 17(1). <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/557>
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Wahlen, J. M. (1995). Fair value accounting: Effects on banks' earnings volatility, regulatory capital, and value of contractual cash flows. *Journal of Banking & Finance*, 19(3-4), 577-605. DOI:10.1016/0378-4266(94)00141-o
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498. DOI:10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x
- Bartov, E., Givoly, D., & Hayn, C. (2002). The rewards to meeting or beating earnings expectations. *Journal of Accounting and Economics*, 33(2), 173-204. DOI:10.2139/ssrn.247435
- Batten, J., & Vo, X. V. (2019). Determinants of bank profitability - Evidence from Vietnam. *Emerging Markets Finance and Trade*, 55(6), 1417-1428. DOI: <https://doi.org/10.1080/1540496X.2018.1524326>
- Beatty, A., & Liao, S. (2013). Financial accounting in the banking industry: A review of the empirical literature. *Journal of accounting and Economics*, 58(2-3), 339-383. DOI: 10.1016/j.jacceco.2014.08.009
- Beatty, A., & Liao, S. (2014). Financial accounting in the banking industry: A review of the empirical literature. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2-3), 339-383. DOI: 10.1016/j.jacceco.2014.08.009
- Beaver, W. H., & Engel, E. E. (1996). Discretionary behavior with respect to allowances for loan losses and the behavior of security prices. *Journal of accounting and economics*, 22(1-3), 177-206. [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165-4101\(96\)00428-4](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165-4101(96)00428-4)
- Beaver, W. H., Correia, M., & McNichols, M. F. (2012). Do differences in financial reporting attributes impair the predictive ability of financial ratios for bankruptcy? *Review of Accounting Studies*, 17(4), 969-1010. DOI: 10.1007/s11142-012-9186-7

- Beer, S., Klemm, A., & Matheson, T. (2018). IMF Workig Paper. In *Proceedings. Annual Conference on Taxation and Minutes of the Annual Meeting of the National Tax Association*, 111, 1-36. National Tax Association. https://www.researchgate.net/publication/326400300_Tax_Spillovers_from_US_Corporate_Income_Tax_Reform
- Beer, S., De Mooij, R., & Liu, L. (2020). International corporate tax avoidance: A review of the channels, magnitudes, and blind spots. *Journal of Economic Surveys*, 34(3), 660-688. DOI: 10.1111/joes.12305
- Beidleman, C. R. (1973). Income smoothing: The role of management. *The Accounting Review*, 48(4), 653-667. <https://www.jstor.org/stable/244669>
- Belém, V. C. (2012). *Fatores determinantes da manutenção de buffers de capital regulatório nas instituições bancárias brasileiras* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital UNB. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12261/1/2012_ViniciusCintraBelem.pdf?cv=1
- Bhattacharya, U., Daouk, H., & Welker, M. (2003). The world price of earnings opacity. *The Accounting Review*, 78(3), 641-678. <http://www.jstor.org/stable/3203220>
- Bikker, J. A., & Metzmakers, P. A. (2005). Bank provisioning behaviour and procyclicality. *Journal of international financial markets, institutions and money*, 15(2), 141-157. DOI: 10.1016/j.intfin.2004.03.004
- Blaylock, B., Shevlin, T., & Wilson, R. J. (2012). Tax avoidance, large positive temporary book-tax differences, and earnings persistence. *The Accounting Review*, 87(1), 91-120. DOI: 10.2308/accr-10158
- Bouwman, C. H. (2014). Otimismo gerencial e suavização de ganhos. *Jornal de Banking & Finance*, 41, 283-303. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2013.12.019>
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1977). *Decreto-Lei nº 1598, de 26 de dezembro de 1977*. Altera a legislação do imposto sobre a renda e dá outras providências. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm#:~:text=DEL1598&text=DECRETO-LEI%20N%201.598%2C%20DE%2026%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201977.&text=Altera%20a%20legisla%20do%20imposto%20sobre%20a%20renda
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1995). *Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995*. Altera a legislação do IRPJ, bem como da CSLL e dá outras providências. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1996). *Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e processo administrativo de consulta e dá outras providências. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430.htm

- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2009). *Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009*. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários e dá outras providências. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2013). *Lei n. 12.838, de 09 de julho de 2013*. Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de PCLD nas condições que estabelece e dá outras providências. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12838.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2014). *Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014*. Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ e CSLL e dá outras providências. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2015). *Lei n. 13.169, de 06 de outubro de 2015*. Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da CSLL e dá outras providências. Casa Civil. http://www.Planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13169.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2022). *Lei n. 14.467, de 16 de novembro de 2022*. Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14467.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1991). *Lei Complementar n. 70, de 30 de dezembro de 1991*. Institui Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da CSLL das instituições financeiras e dá outras providências. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp70.htm
- Bruce, K., Behn, T. V. E., & Jan, R. W. (1998). The determinants of the deferred tax allowance account under SFAS No. 109. *Accounting Horizons*, 12(1), 63-78. https://faculty.etsu.edu/POINTER/behn_b.pdf
- Brunozi, A. C., Kronbauer, C. A., Martinez, A. L., & Alves, T. W. (2018). BTD anormais, accruals discricionários e qualidade dos accruals em empresas de capital aberto listadas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(35), 108-141. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p108>
- Buchner, A., Mohamed, A., & Saadouni, B. (2017). The association between earnings forecast in IPOs prospectuses and earnings management: An empirical analysis. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 51, 92-105. DOI: 10.1016/j.intfin.2017.08.008
- Bunn, D. (2018). Corporate income tax rates around the world, 2018. *The Tax Foundation Fiscal Fact*, (623). <https://files.taxfoundation.org/20181127165741/Corporate-Tax-Rates-Around->

the-World -2018.pdf

- Burgstahler, D., & I. Dichev. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of Accounting and Economics*, 24(1): 99–126. DOI: 10.1016/S0165-4101(97)00017-7
- Burgstahler, D., Jiambalvo, J., & Shevlin, T. (2002). Do stock prices fully reflect the implications of special items for future earnings? *Journal of Accounting Research*, 40(3), 585-612. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1475-679X.00063>
- Burks, J. J., Cuny, C., Gerakos, J., & Granja, J. (2018). Competition and voluntary disclosure: Evidence from deregulation in the banking industry. *Review of Accounting Studies*, 23(4), 1471-1511. DOI: 10.1007/s11142-018-9463-1
- Bushman, R. M., & Williams, C. D. (2012). Accounting discretion, loan loss provisioning, and discipline of banks' risk-taking. *Journal of accounting and economics*, 54(1), 1-18. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1521584>
- Cappellesso, G., Rodrigues, J. M., & Vieira, E. T. (2017). Qualidade da informação contábil: uma investigação sobre o nível de percepção qualitativa dos contadores e auditores do Distrito Federal. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036*, 9(2), 1-22. <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/Ambiente/article/viewArticle/3079>
- Castro, M. A. R. (2008). *Análise do alisamento de resultados contábeis nas empresas abertas brasileiras* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, Brasil. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7403/1/Disserta%25C3%2583%25C2%25A7ao_MARC_-_UFBA.pdf
- Cheng, Q., & Warfield, T. D. (2005). Equity incentives and earnings management. *The Accounting Review*, 80(2), 441-476. <http://www.jstor.org/stable/4093065>
- Cheng, Q., Warfield, T., & Ye, M. (2011). Equity incentives and earnings management: evidence from the banking industry. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 26(2), 317-349. https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1823&context=soa_research
- Cho, J. Y., & Jung, K. (1991). The differential information content of earnings announcements: The case of merger. *Contemporary Accounting Research*, 8(1), 42-61. DOI: 10.1111/j.1911-3846.1991.tb00833.x
- Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2013). Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 147-177. DOI: 10.1016/j.jacceco.2013.10.007
- Cinegaglia, J. P. (2019). *Gerenciamento de resultados no setor bancário: uma análise*

internacional nos períodos de crises financeiras e suas consequências [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-02122019-30554/publico/JoaoPCinegaglia_Corrigida.pdf?cv=1

Circular n. 1.273, de 29 de dezembro de 1987. (1987, 30 de dezembro). Cria as normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). BACEN. https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_o.pdf

Cobham, A., & Janský, P. (2019). Measuring misalignment: The location of US multinationals' economic activity versus the location of their profits. *Development Policy Review*, 37(1), 91-110. <https://www.ictd.ac/publication/measuring-misalignment-the-location-of-us-multinationals-economic-activity-versus-the-location-of-their-profits/>

Coelho, E. G. (2020). *Suavização de resultados, surpresas nos lucros e percepções dos investidores* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Biblioteca Digital UFPR. <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69116/R%20-%20T%20-20EVERTON%20GALHOTI%20COELHO.pdf?cv=1>

Cohen, J. R., Hoitash, U., Krishnamoorthy, G., & Wright, A. M. (2014). The effect of audit committee industry expertise on monitoring the financial reporting process. *The Accounting Review*, 89(1), 243-273. DOI: 10.2308/accr-50585

Cohen, L. J., Cornett, M. M., Marcus, A. J., & Tehranian, H. (2014). Bank earnings management and tail risk during the financial crisis. *Journal of Money, Credit and Banking*, 46(1), 171-197. DOI: <https://doi.org/10.1111/jmcb.12101>

Collins, D. W., & Kothari, S. P. (1989). An analysis of intertemporal and cross-sectional determinants of earnings response coefficients. *Journal of Accounting and Economics*, 11(2-3), 143-181. DOI: 10.1016/0165-4101(89)90004-9

Comiskey, E., & Mulford, C. (2002). *The financial numbers game: detecting creative accounting practices*. Aufl., Hoboken: John Wiley & Sons.

Comitê de Pronunciamento Contábil. (2009, 01 de janeiro). CPC 32: Tributos sobre o Lucro. CPC. <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=63>

Consoni, S., de Vieira Mendes, I. O., & Soares, R. O. (2012). Grau de alavancagem operacional e alisamento de resultados contábeis. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. file:///C:/Users/FACC%2006/Downloads/cbc,+XIXCongresso_artigo_0292.pdf

Copeland, R. M. (1968). Income smoothing. *Journal of Accounting Research*, 101-116. <https://www.jstor.org/stable/2490073>

Cornett, M. M., McNutt, J. J., & Tehranian, H. (2009). Corporate governance and

- earnings management at large US bank holding companies. *Journal of Corporate Finance*, 15(4), 412-430. DOI: 10.1016/j.jcorpfin.2009.04.003
- Corrêa, A. A., & Szuster, N. (2014). BR GAAP x IFRS: Divergências das demonstrações contábeis nas instituições financeiras. *Pensar Contábil*, 15(58). <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1980/1788>
- Cumming, D., Tingle QC, B. C., & Zhan, F. (2021). For whom (and for when) is the firm governed? The effect of changes in corporate fiduciary duties on tax strategies and earnings management. *European Financial Management*. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/eufm.12332>
- Dalmácio, F. Z., Rezende, A. J., Lima, E. M., & Martins, E. (2011). A relevância do goodwill no processo de avaliação das empresas brasileiras. *Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 8(4), 359-372. <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228648008.pdf>
- Dantas, J. A. (2012). *Auditoria em instituições financeiras: determinantes de qualidade no mercado brasileiro* [Tese de Doutorado, Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Biblioteca Digital UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11751?cv=1>
- Dantas, J. A., Medeiros, O. R. D., Galdi, F. C., & Costa, F. M. D. (2013). Gerenciamento de resultados em bancos com uso de TVM: validação de modelo de dois estágios. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24, 37-54. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000100005>
- Dantas, J. A., Galdi, F. C., Capelletto, L. R., & Medeiros, O. R. (2013). Discricionariedade na mensuração de derivativos como mecanismo de gerenciamento de resultados em bancos. *Revista Brasileira de Finanças*, 11(1), 17-48. <https://www.redalyc.org/pdf/3058/305827591003.pdf>
- Dawar, V. (2014). Agency theory, capital structure and firm performance: some Indian evidence. *Managerial Finance*. DOI: <https://doi.org/10.1108/MF-10-2013-0275>
- Dechow, P. M., & Ge, W. (2006). The persistence of earnings and cash flows and the role of special items: Implications for the accrual anomaly. *Review of Accounting Studies*, 11(2), 253-296. DOI: 10.2139/ssrn.715563
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, 77(s-1), 35-59. <http://www.jstor.org/stable/3203324>
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. DOI: 10.1016/j.jacceco.2010.09.001
- Diether, K. B., Malloy, C. J., & Scherbina, A. (2002). Differences of opinion and the

cross section of stock returns. *The Journal of Finance*, 57(5), 2113-2141. DOI: 10.1111/0022-1082.00490

- Domingos, S. R. M., Ponte, V. M. R., Paulo, E., & Alencar, R. C. (2017). Gerenciamento de resultados contábeis em oferta pública de ações. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(31). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n31p89>
- Easley, D., & O'hara, M. (2004). Information and the cost of capital. *The Journal of Finance*, 59(4), 1553-1583. DOI: 10.2139/ssrn.300715
- Easton, P. D., & Zmijewski, M. E. (1989). Cross-sectional variation in the stock market response to accounting earnings announcements. *Journal of Accounting and Economics*, 11(2-3), 117-141. DOI: 10.1016/0165-4101(89)90003-7
- Eckel, N. (1981). The income smoothing hypothesis revisited. *Abacus*, 17(1), 28-40. DOI: 10.1111/j.1467-6281.1981.tb00099.x
- Edwards, A. (2018). The deferred tax asset valuation allowance and firm creditworthiness. *The Journal of the American Taxation Association*, 40(1), 57-80. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2968463>
- Ewert, R., & Wagenhofer, A. (2005). Economic effects of tightening accounting standards to restrict earnings management. *The Accounting Review*, 80(4), 1101-1124. <http://www.jstor.org/stable/4093118>
- Fairfield, P. M., & Yohn, T. L. (2001). Using asset turnover and profit margin to forecast changes in profitability. *Review of Accounting Studies*, 6(4), 371-385. DOI: 10.1023/A:1012430513430
- Faria, B. R., & Amaral, H. F. (2015). O gerenciamento de resultado através do income smoothing e a relação com o risco das ações: estudo empírico com empresas do Ibovespa. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 7(1). <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/34499/26106>
- Feltes, T. (2021). *Contabilidade societária versus regulatória: um estudo sobre a persistência dos lucros dos bancos de capital aberto* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Digital UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/226955/PPGC0274-D.pdf?isAllowed=y&sequence=-1>
- Fernandes, N., & Ferreira, M. A. (2007). The evolution of earnings management and firm valuation: a cross-country analysis. In *EFA 2007 Ljubljana meetings paper*. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.965636>
- Ferreira, M. C. G. (2007). *Efeito da tributação sobre o lucro nos retornos de Mercado no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Biblioteca Digital UNB.

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2660/1/Dissert_Efeito%20da%20tributacao.pdf

- Ferreira, J. C. (2021). *Income smoothing e gerenciamento de resultados por diferimento tributário sobre resultado em companhias listadas na B3* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Biblioteca Digital UNISINOS. http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/10896/Júlio%20César%20Ferreira_.pdf?cv=1&isAllowed=y&sequence=1
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 255-307. DOI: 10.2139/ssrn.258519
- Fildzah, N. (2017). Pengaruh strategi perusahaan, persistensi laba, dan pengungkapan aspek ekonomi terhadap earnings response coefficient (ERC). *Skripsi-2017*. http://repository.trisakti.ac.id/usaktiana/index.php/home/detail/detail_koleksi/7/SKR/penerbit/0000000000000000087019/7
- Financial Accounting Standards Board. (1996, janeiro, 01). *Statement of Financial Accounting Standards nº 109 (SFAS 109): Accounting for Income Taxes*. FASB. https://fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220123761&acceptedDisclaimer=true
- Fonseca, A. R., & Gonzalez, F. (2008). Cross-country determinants of bank income smoothing by managing loan-loss provisions. *Journal of Banking & Finance*, 32(2), 217-228. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbankfin.2007.02.012>
- Formigoni, H., Antunes, M. T. P., & Paulo, E. (2009). Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. *BBR-Brazilian Business Review*, 6(1), 44-61. <https://www.redalyc.org/pdf/1230/123012561003.pdf>
- França, R. D. D. (2018). *Ensaio sobre tax avoidance, reputação corporativa e governança no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13831?cv=1>
- Francis, J. R., Maydew, E. L., & Sparks, H. C. (1999). The role of Big 6 auditors in the credible reporting of accruals. *Auditing: Journal of Practice & theory*, 18(2), 17-34. DOI: 10.2308/AUD.1999.18.2.17
- Frankel, R., & Litov, L. (2009). Earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 47(1-2), 182-190. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410108000785>
- Fudenberg, D., & Tirole, J. (1995). A theory of income and dividend smoothing based on incumbency rents. *Journal of Political Economy*, 103(1), 75-93. DOI: 10.1086/261976

- Fuest, C., Parenti, M., & Toubal, F. (2019). International corporate taxation: What reforms? What impact? *Notes du conseil danalyse economique*, 6, 1-12. DOI: <https://doi.org/10.3917/ncae.054.0001>
- Gao, J., Gao, B., & Wang, X. (2017). Trade-off between real activities earnings management and accrual-based manipulation-evidence from China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 29, 66-80. DOI: 10.1016/j.intaccaudtax.2017.0
- Gao, L., & Zhang, J. H. (2015). Firms' earnings smoothing, corporate social responsibility, and valuation. *Journal of Corporate Finance*, 32, 108-127. DOI: 10.1016/j.jcorpfin.2015.03.004
- García-Ayuso, M., Ruiz, I., & Zamora, C. (2003, 10 a 13 de setembro). *Una aproximación empírica a las relaciones de gobierno corporativo en las empresas españolas* [Artigo apresentado]. XII Congreso AECA, Cádiz, España. <https://idus.us.es/handle/11441/101548>
- Goddard, J., Liu, H., Molyneux, P., & Wilson, J. O. (2011). The persistence of bank profit. *Journal of Banking & Finance*, 35(11), 2881-2890. DOI:10.1016/j.jbankfin.2011.03.015
- Goel, A. M., & Thakor, A. V. (2003). Why do firms smooth earnings? *The Journal of Business*, 76(1), 151-192. <https://econwp.ub.uni-muenchen.de/econwp/fin/papers/0411/0411021.pdf>
- Goncharov, I., & Zimmermann, J. (2007). The supply of and demand for accounting information: The case of bank financing in Russia. *Economics of Transition*, 15(2), 257-283. DOI: 10.1111/j.1468-0351.2007.00289.x
- Goulart, A. M. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. https://moam.info/gerenciamento-de-resultados-contabeis-em-instituioes-financeiras-_5a2984ef1723ddd79f2615f4.html?cv=1
- Graham, B., Dodd, D. L. F., & Cottle, S. (1934). *Security analysis* (Vol. 452). New York: McGraw-Hill. file:///C:/Users/almei/Downloads/00899.pdf.
- Guia, L. D., & Dantas, J. A. (2019). Ativos Fiscais Diferidos na Indústria Bancária Brasileira: Impactos do Ajuste a Valor Presente. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 22, 19-37. http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjMxMTc=
- Guia, L. D., & Dantas, J. A. (2020). Value relevance dos ativos fiscais diferidos na indústria bancária brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(82), 33-49. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201808060>
- Hanappi, T. (2018). *Corporate Effective Tax Rates: Model Description and Results from 36 OECD and Non-OECD Countries* (No. 38). OECD Publishing. <https://www.oecd-ilibrary.org>

- Hand, J. R. (1989). 1988 Competitive Manuscript Award: Did Firms Undertake Debt-Equity Swaps for an Accounting Paper Profit or True Financial Gain? *Accounting Review*, 587-623. <http://www.jstor.org/stable/247851>
- Hanlon, M. (2005). The persistence and pricing of earnings, accruals, and cash flows when firms have large book-tax differences. *The Accounting Review*, 80(1), 137-166. DOI: 10.2139/ssrn.379140
- Hapsari, R. S. (2011). *Analysis the factors that influence Earnings Response Coefficient (ERC) in the manufacturing company listed in Indonesia stock exchange* [Tese de Doutorado, Universitas Airlangga]. Biblioteca Digital Airlangga. <http://repository.unair.ac.id/id/eprint/1333>
- Hayn, C. (1995). The information content of losses. *Journal of Accounting and Economics*, 20(2), 125-153. DOI: 10.1016/0165-4101(95)00397-2
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383. DOI: 10.2308/acch.1999.13.4.365
- Helpe, R. M. (2017). *Os créditos tributários e seus impactos nas carteiras de crédito dos bancos no Brasil frente à entrada em vigor das regras de Basileia III* [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. Biblioteca Digital FGV. <http://hdl.handle.net/10438/19659>
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting Theory*. Boston: Homewood, IL, Irwin.
- Hentze, T. (2019). *The challenge of moving to a Common Consolidated Corporate Tax Base in the EU* (No. 2/2019). IW-Report. <http://hdl.handle.net/10419/191535>
- Hogan, R., & Evans, J. D. (2015). Does the strategic alignment of value drivers impact earnings persistence? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*. DOI: 10.1108/sampj-11-2014-0073
- Holthausen, R. W., & Verrecchia, R. E. (1988). The effect of sequential information releases on the variance of price changes in an intertemporal multi-asset market. *Journal of Accounting Research*, 82-106. DOI: <http://hdl.handle.net/10.2307/2491114>
- Houqe, M. N., van Zijl, T., Dunstan, K., & Karim, A. W. (2012). The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. *The International Journal of Accounting*, 47(3), 333-355. <https://ssrn.com/abstract=1536460>
- Hui, K. W., Nelson, K. K., & Yeung, P. E. (2016). On the persistence and pricing of industry-wide and firm-specific earnings, cash flows, and accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 61(1), 185-202. DOI: 10.1016/j.jacceco.2015.06.003
- Hung, C. H. D., Jiang, Y., Liu, F. H., & Tu, H. (2018). Competition or manipulation? An

- empirical evidence of determinants of the earnings persistence of the US banks. *Journal of Banking & Finance*, 88, 442-454. DOI: 10.2139/ssrn.2923118
- Hunt, A., Moyer S., & Shevlin T. (1996). Managing interacting accounting measures to meet multiple objectives: A study of LIFO firms. *Journal of Accounting and Economics*, 21 (3): 339–374. DOI: 10.1016/0165-4101(96)00422-3
- Imhoff Jr, E. A. (1981). Income smoothing: an analysis of criticzil issues. *Quarterly Review of Economics and Business* (Autumn), 23-42. <http://www.deepblue.lib.umich.edu>
- Imhoff Jr, E. A. (1992). The relation between perceived accounting quality and economic characteristics of the firm. *Journal of Accounting and Public Policy*, 11(2), 97-118. DOI: 10.1016/0278-4254(92)90019-t
- Imhoff Jr, E. A., & Lobo, G. J. (1992). The effect of ex ante earnings uncertainty on earnings response coefficients. *Accounting Review*, 427-439. <http://www.jstor.org/stable/247734>
- International Accounting Standards Board (1996, janeiro, 01). *International Accounting Standard nº 12 (IAS 12): Income Taxes*. IASB. <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-12-income-taxes/>
- International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards (1988, maio, 01). *Basle Committee on Banking Supervision International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*. ICCMCS. <https://www.bis.org/publ/bcbs128.htm>
- International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards (2004, novembro, 15). *Basle II Committee on Banking Supervision International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*. ICCMCS. <https://www.bis.org/publ/bcbs128.htm>
- International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards (2010, setembro, 20). *Basle III Committee on Banking Supervision International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*. ICCMCS. <https://www.bis.org/bcbs/basel3.htm?m=3%7C14%7C572>
- Instituto ASSAF. (2012). *Análise do desempenho dos bancos médios e dos bancos grandes*. https://institutoassaf.com.br/wp-content/uploads/2019/07/analise_58_abr_2012.pdf
- Ismail, M. (2017). Real earnings management versus accrual-based and its effect on firm performance: Evidence from Egypt. *Alexandria Journal of Accounting Research*, 1(2), 1-38. https://web.archive.org/web/20200321074539id_/https://aljaxu.journals.ekb.eg/article_58318_d9590856c0c85aafed419375a10b1f46.pdf
- Jackson, M. (2015). Book-tax differences and future earnings changes. *The Journal of the American Taxation Association*, 37(2), 49-73. DOI: 10.2308/atax-51164

- Jang, L., Sugiarto, B., & Siagian, D. (2007). Faktor-faktor yang mempengaruhi Kualitas Laba pada Perusahaan Manufaktur di BEJ. *Jurnal Akuntabilitas*, 6(2), 142-149. DOI: <https://doi.org/10.34001/jdeb.v11i1.89>
- Jin, J., Kanagaretnam, K., & Lobo, G. J. (2018). Discretion in bank loan loss allowance, risk taking and earnings management. *Accounting & Finance*, 58(1), 171-193. DOI: 10.2139/ssrn.2708318
- Johansson, Å., Skeie, Ø. B., Sorbe, S., & Menon, C. (2017). Tax planning by multinational firms: Firm-level evidence from a cross-country database, OECD Economics Department Working Papers, No. 1355, *OECD Publishing*, Paris. Recuperado em março, 30, 2022, em <http://dx.doi.org/10.1787/9ea89b4d-en>
- Johnson, G. C. (2009). Using benford's law to determine if selected company characteristics are red flags for earnings management. *Journal of Forensic Studies in Accounting & Business*, 1(2). <https://url.gratis/zvrfRv>
- Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adopção de IFRS y gerenciamiento de resultado en las empresas brasileñas de capital abierto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1), 22-38. <https://www.redalyc.org/pdf/4416/441642783003.pdf>
- Jorion, P., Shi, C., & Zhang, S. (2005). Tightening credit standards: Fact or fiction. *Job Paper. Irvine: University of California*. <http://cicfconf.org/past/cicf2005/paper/20050118081001.PDF>
- JusBrasil. (2011, outubro, 03). *Crédito tributário chega a R\$ 87 bi em grandes bancos*. JusBrasil. <https://apet.jusbrasil.com.br/noticias/2766908/credito-tributario-chega-a-r-87-bi-em-grandes-bancos>
- Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Mathieu, R. (2003). Managerial incentives for income smoothing through bank loan loss provisions. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 20(1), 63-80. <http://journals.kluweronline.com/issn/0924-865X/contents>
- Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Yang, D. H. (2004). Joint tests of signaling and income smoothing through bank loan loss provisions. *Contemporary accounting research*, 21(4), 843-884. DOI: 10.1506/UDWQ-R7B1-A684-9ECR
- Kanagaretnam, K., Krishnan, G. V., & Lobo, G. J. (2010). An empirical analysis of auditor independence in the banking industry. *The Accounting Review*, 85(6), 2011-2046. <https://www.jstor.org/stable/27895910>
- Kanagaretnam, K., Lim, C. Y., & Lobo, G. J. (2014). Influence of national culture on accounting conservatism and risk-taking in the banking industry. *The Accounting Review*, 89(3), 1115-1149. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr-50682>
- Kaszniak, R., & McNichols, M. F. (2002). Does meeting earnings expectations matter? Evidence from analyst forecast revisions and share prices. *Journal of Accounting research*, 40(3), 727-759.

<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.471.3476&rep=rep1&type=pdf>

- Kiliç, M., Kuzey, C., & Uyar, A. (2015). The impact of ownership and board structure on Corporate Social Responsibility (CSR) reporting in the Turkish banking industry. *Corporate Governance*. DOI: <https://doi.org/10.1108/CG-02-2014-0022>
- Kinney Jr, W. R., & Libby, R. (2002). Discussion of the relation between auditors' fees for nonaudit services and earnings management. *Accounting Review*, 107-115. DOI: 10.2308/accr.2002.77.s-1.107
- Koerich, M. C. R. M. (2004). *A influência das regulamentações governamentais sobre o sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real* [Monografia de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Digital UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121814?cv=1>
- Kormendi, R., & Lipe, R. (1987). Earnings innovations, earnings persistence, and stock returns. *Journal of Business*, 323-345. <http://www.jstor.org/stable/2352874>
- Kotsupatriy, M., Ksonzhyk, I., Skrypnyk, S., Shepel, I., & Koval, S. (2020). Use of international accounting and financial reporting standards in enterprise management. *International Journal of Management*, 11(5). <https://ssrn.com/abstract=3631031>
- Kronbauer, C. A., de Souza, A. A., Webber, F. L., & Ott, E. (2012). Impacto do reconhecimento de ativos fiscais diferidos na estrutura financeira e no desempenho econômico de empresas brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 9(17), 39-60. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2012v9n17p39>
- Laeven, L., & Majnoni, G. (2003). Loan loss provisioning and economic slowdowns: too much, too late?. *Journal of financial intermediation*, 12(2), 178-197. [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042-9573\(03\)00016-0](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042-9573(03)00016-0)
- Lee, H. A., & Choi, W. W. (2016). Allowance for uncollectible accounts as a tool for earnings management: Evidence from South Korea. *International Journal of Accounting & Information Management*. DOI: 10.1108/ijaim-06-2015-0040
- Lev, B., & Kunitzky, S. (1974). On the association between smoothing measures and the risk of common stocks. *The Accounting Review*, 49(2), 259-270. <http://www.jstor.org/stable/245100>
- Lev, B., & Nissim, D. (2004). Taxable income, future earnings, and equity values. *The Accounting Review*, 79(4), 1039-1074. DOI: 10.2308/accr.2004.79.4.1039
- Li, Z. F., & Zheng, Y. H. (2010). Studying on the Earnings Management for Tax Avoidance Based on Manipulations of Accruals and Real Activities [J]. *Journal of Finance and Economics*, 6. https://en.cnki.com.cn/Article_en/CJFDTOTAL-CJYJ201006009.htm

- Lima, A. S. D., Carvalho, E. V. A. D., Paulo, E., & Girão, L. F. D. A. P. (2015). Estágios do ciclo de vida e qualidade das informações contábeis no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 19, 398-418. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151711>
- Liu, C. C., & Ryan, S. G. (2006). Income smoothing over the business cycle: Changes in banks' coordinated management of provisions for loan losses and loan charge-offs from the pre-1990 bust to the 1990s boom. *The accounting review*, 81(2), 421-441. DOI: 10.2308/accr.2006.81.2.421
- Liu, J., & Thomas, J. (2000). Stock returns and accounting earnings. *Journal of Accounting Research*, 38(1), 71-101. DOI: 10.2307/2672923
- Lobo, G. J., & Yang, D. H. (2001). Bank managers' heterogeneous decisions on discretionary loan loss provisions. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 16(3), 223-250. DOI: 10.1023/A:1011284303517
- Macedo, M. A. S., & Kelly, V. L. A. (2016). Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 82-96. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/29260>
- Machado, N. V. A. R. (2018). *Análise da sensibilidade do Earnings Response Coefficient (ERC) à adoção das IFRS no mercado brasileiro* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Biblioteca Digital UFMG. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BE8LPW/1/projeto_final___nathan.pdf?cv=1
- Magalhães, J. S. (2020). *Evidências da suavização de resultados em período de crise econômica nas empresas listadas na B3* [Dissertação de Mestrado, Centro Universitário UniHorizontes]. Biblioteca Digital UniHorizontes. <https://mestrado.unihorizontes.br/wp-content/uploads/2021/05/JOSIMARA-SAMP AIO-MAGALHAES.pdf?cv=1>
- Mainetti, S. Junior. (2010). *Gastos com TI e a eficiências das empresas: um estudo com DEA no setor bancário*. Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, São Paulo, SP, Brasil. <https://www.repositorioinsper.cloud/handle/11224/867>
- Manzon Jr, G., & Plesko, G. (2002). The Relation Between Financial and Tax Reporting Measures of Income. 55 *Tax L. Rev*, 175, 175-214. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.264112>
- Markle, K. (2016). A comparison of the tax-motivated income shifting of multinationals in territorial and worldwide countries. *Contemporary Accounting Research*, 33(1), 7-43. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1764031>
- Marques, V. A., Amaral, H. F., de Souza, A. A., dos Santos, K. L., & Belo, P. H. R. (2017). Determinantes das republicações no mercado brasileiro: Uma análise a partir dos incentivos ao gerenciamento de resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(2). DOI:

<https://doi.org/10.17524/repec.v11i2.1488>

- Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. DOI: 10.11606/T.12.2002.tde-14052002-110538
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19, 7-17. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>
- Martinez, A. L. (2013). Earnings management in Brazil: a survey of the literature. *Brazilian Business Review*, 10(4), 1-29. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.1>
- Martinez, A. L., Souza, T. B. T., & Monte-Mor, D. S. (2016). Book-tax differences, earnings persistence and tax planning before and after the adoption of IFRS in Brazil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 162-180. <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/254>
- Mazzioni, S. (2015). *Influência do grau de internacionalização das empresas na relação entre as normas reguladoras e os incentivos empresariais com a qualidade das informações contábeis* [Tese de Doutorado, Universidade Regional de Blumenau]. Biblioteca Digital FURB. http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Tese_Sady-Mazzioni.pdf?cv=1
- McKee, T. E. (2005). *Earnings management: an executive perspective*. Mason, Ohio: Thomson. <https://search.proquest.com/openview/35c8f9c629b4ee2696db778e993737ac/1?pq-origsite=gscholar&cbl=31655>
- Mear, K., Bradbury, M., & Hooks, J. (2021). The ability of deferred tax to predict future tax. *Accounting & Finance*, 61(1), 241-264. DOI: 10.1111/acfi.12564
- Medeiros, J. T., Paulo, E., Melo, C. L. L. M., & Mota, R. H. G. (2019). Previsão de analistas e as estratégias de gerenciamento de resultados utilizadas para evitar surpresa nos lucros. *Revista Universo Contábil*, 15(1), 49-64. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2019103>
- Melo, C. M. M. D. (2017). *Remuneração de executivos e persistência do desempenho econômico-financeiro: um estudo no mercado acionário brasileiro* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Biblioteca Digital UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23481>
- Merler, S. (2015). Deferred tax credits may soon become deferred troubles for some european banks. *Bruegel Blog Post*, April, 9. <https://www.bruegel.org/2015/04/deferred-tax-credits-may-soon-become-deferred-troubles-for-some-european-banks/>
- Michelson, S. E., Jordan-Wagner, J., & Wootton, C. W. (2000). The relationship between the smoothing of reported income and risk-adjusted returns. *Journal of*

Economics and Finance, 24(2), 141-159. DOI: 10.1007/bf02752709

- Miller, G., & D. Skinner. (1998). Determinants of the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS No. 109. *The Accounting Review*, 73 (2): 213–233. <http://www.jstor.org/stable/248466>
- Miranda, R. D. (2019). *Relação entre comparabilidade das demonstrações contábeis e custo do capital próprio de companhias brasileiras* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Biblioteca Digital UFMG. file:///C:/Users/FACC%2006/Downloads/RAFAELLA%20DUARTE%20MIRANDA.pdf
- Mueller, G. G. (1986). Wesner, "Bilanzierungsgrundsätze im Wertpapierrecht der USA", Neue betriebswirtschaftliche Forschung 28 (Book Review). *The Accounting Review*, 61(1), 205. <http://www.search.proquest.com>
- Mulatsih, S. N., Dharmayanti, N., & Ratnasari, A. (2019). The Effect of Tax Planning, Asset of Deferred Tax, Deferred Tax Expense on Profit Management (Case Study of Manufacturing Companies Listed on the Stock Exchange 2013-2017 Period). *KnE Social Sciences*, 933-947. DOI: <https://doi.org/10.18502/kss.v3i13.4258>
- Murwaningsari, E. (2008). Pengujian simultan: beberapa faktor yang mempengaruhi earning response coefficient (ERC). *Simposium Nasional Akuntansi*, 11. http://digilib.mercubuana.ac.id/manager/t!@file_artikel_abstrak/Isi_Artikel_418714237840.pdf
- Nicoletti, A. (2018). The effects of bank regulators and external auditors on loan loss provisions. *Journal of Accounting and Economics*, 66(1), 244-265. DOI:10.1016/j.jacceco.2018.05.003
- Noor, A., & Ali, Z. (2015). The impact of accounting conservatism and share of market capitalization on earnings quality: empirical evidence from textile composite sector of Pakistan. *Global Management Journal for Academic & Corporate Studies*, 5(2), 103. <http://www.search.proquest.com>
- Oliveira, A. M. (2017). *Influência dos vieses de excess de confiança e otimismo sobre gerenciamento de resultados em companhias listadas na BM&FBovespa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Biblioteca Digital UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47755/R%20-%20D%20-%20ALLAN%20MARCELO%20DE%20OLIVEIRA.pdf?cv=1&isAllowed=y&sequence=1>
- Ozili, P. K. (2015). How bank managers anticipate non-performing loans. Evidence from Europe, US, Asia and Africa. *Evidence from Europe, US, Asia and Africa*, 73-80. <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/id/eprint/63681>
- Ozili, P. K. (2017). Bank earnings smoothing, audit quality and procyclicality in Africa: the case of loan loss provisions. *Review of Accounting and Finance*. DOI:

10.1108/RAF-12-2015-0188

- Passamani, R. R. (2011). *Book-tax differences e a relevância informacional no mercado de capitais no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade]. Biblioteca Digital FUCAPE. <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>
- Paulo, E., Martins, E., & Corrar, L. J. (2007). Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. *Revista de Administração de Empresas*, 47, 46-59. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902007000100005>
- Penman, S. H., & Zhang, X. J. (2002). Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. *The Accounting Review*, 77(2), 237-264. <http://www.jstor.org/stable/3068897>
- Penman, S., & Reggiani, F. (2013). Returns to buying earnings and book value: Accounting for growth and risk. *Review of Accounting Studies*, 18(4), 1021-1049. DOI: 10.2139/ssrn.1536618
- Pereira, M. J. R. C. (2013). *A conformidade Book-Tax e o seu impacto nos lucros, nos fluxos financeiros e na fiscalidade* [Tese de Doutorado, Universidade do Porto]. Biblioteca Digital U.Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/66677/2/25247.pdf>
- Pereira, A. C., & Nakamura, W. T. (2014, 02 a 04 de outubro). *Detecção do income smoothing em empresas do setor de exploração de imóveis relativo às propriedades para investimento mensuradas pelo custo e pelo valor justo* [Artigo apresentado]. XVII SemeAd (online). <https://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/944.pdf>
- Pereira, V. M. (2017). *Accounting informativeness: uma análise sobre os efeitos das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável na persistência dos resultados contábeis* [Monografia de Graduação, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital UNB. <https://bdm.unb.br/handle/10483/21108>
- Pereira, N. A., & Tavares, M. (2021). Gerenciamento por decisões operacionais: alternativa para evitar reportar prejuízos. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(46), 64-79. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e71102>
- Peterson, K., Schmardebeck, R., & Wilks, T. J. (2015). The earnings quality and information processing effects of accounting consistency. *The Accounting Review*, 90(6), 2483-2514. DOI: 10.2308/accr-51048
- Phillips, J., Pincus, M., & Rego, S. O. (2003). Earnings management: New evidence based on deferred tax expense. *The Accounting Review*, 78(2), 491-521. DOI: 10.2139/ssrn.276997
- Piccoli, P. G. R., Souza, A., & da Silva, W. V. (2014). As práticas de governança corporativa diminuem o gerenciamento de resultados? Evidências a partir da

aversão na divulgação de prejuízos e de queda nos lucros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 141-162. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n22p141>

Plummer, C. E., & Tse, S. Y. (1999). The effect of limited liability on the informativeness of earnings: Evidence from the stock and bond markets. *Contemporary Accounting Research*, 16(3), 541-574. DOI: 10.1111/j.1911-3846.1999.tb00595.x

Reichow, K. (2018). Texas Banking Conditions Improve, but Risks and Uncertainty Remain. *Southwest Economy*, (Q2), 10-14. <https://ssrn.com/abstract=3211872>

Resolução n. 3.059, de 20 de dezembro de 2002. (2002, 21 de dezembro). Dispõe sobre registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conselho Monetário Nacional. https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res_3059_v3_l.pdf

Resolução n. 4.192, de 01 de março de 2013. (2013, 02 de março). Dispõe sobre a metodologia para apuração do PR. Conselho Monetário Nacional. https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4192_v2_P.pdf

Resolução CMN n. 4.842, de 30 de julho de 2020. (2020, 31 de julho). Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conselho Monetário Nacional. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.842-de-30-de-julho-de-2020-269961028>

Resolução CMN n. 4.966, de 25 de novembro de 2021. (2021, 26 de novembro). Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conselho Monetário Nacional. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.966-de-25-de-novembro-de-2021-362755044>

Riberi, F. (2021). *Exame do comportamento dos accruals discricionários a partir do reconhecimento posterior de perdas por impairment* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.12.2021.tde-07052021-124152>

Riedel, N. (2018). Quantifying international tax avoidance: A review of the academic literature. *Review of Economics*, 69(2), 169-181. DOI: 10.1515/roe-2018-0004

Rodrigues, R. M. R. C., Melo, C. L. L. D., & Paulo, E. (2019). Earnings management and quarterly discretionary accruals level in the Brazilian stock market. *BBR. Brazilian Business Review*, 16, 297-314. DOI: 10.15728/bbr.2019.16.3.6

Ronen, J., & Sadan, S. (1981). *Smoothing income numbers: Objectives, means, and implications*. Addison-Wesley Publishing Company.

- Rose, P. S. (1989). The banking firms making interstate acquisitions: Theory and observable motives. *Review of Financial Economics*, 25(1), 1. <https://www.proquest.com/scholarly-journals/banking-firms-making-interstate-acquisitions/docview/1295897771/se-2>
- Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, 42(3), 335-370. DOI: 10.2139/ssrn.477941
- Salvagnin, L. N. (2021). *Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: exposição ao risco e vieses de finalidade nos bancos brasileiros* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.12.2021.tde-07052021-150543>
- Santos, L. P. G. D., Lima, G. A. S. F. D., Freitas, S. C. D., & Lima, I. S. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22, 174-188. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200004>
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting Horizons*, 17, 97-110. <https://url.gratis/SXX68m>
- Schrand, C. M., & Wong, M. F. (2003). Earnings management using the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS No. 109. *Contemporary Accounting Research*, 20(3), 579-611. DOI: 10.1506/480d-098u-607r-5d9w
- Schrand, C. M., & Zechman, S. L. (2012). Executive overconfidence and the slippery slope to financial misreporting. *Journal of Accounting and Economics*, 53(1-2), 311-329. DOI: 10.1016/j.jacceco.2011.09.001
- Schuh, C., Ribeiro, S. P., Simon, D. S., & Kronbauer, C. A. (2018). Fatores influenciadores do reconhecimento de ativos fiscais diferidos em empresas do Ibovespa. *Revista Universo Contábil*, 14(1), 29. DOI: 10.4270/ruc.2018102
- Scott, W. R. (2009). *Financial Accounting Theory*. 5th edition. Prentice Hall Inc. Canada, Ontario.
- Seidler, J. C. O. (2015). *Índice de earnings quality das empresas listadas no mercado de capitais no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Biblioteca Digital UNISINOS. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4677/Jean%20Carlos%20Oliveira%20Seidler.pdf?isAllowed=y&sequence=1>
- Sibim, M. C. (2017). *Gerenciamento de resultados e risco de crédito: estudo em companhias que negociam na BM&FBovespa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Biblioteca Digital UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47756>
- Silva, A. C. Filho (2012). *Persistência, relevância e anomalia dos accruals: evidências do mercado de capitais brasileiro* [Dissertação de Mestrado, Programa Multi-

Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Biblioteca Digital UNB. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12921/1/2013_AugustoCezardaCunha eSilvaFilho.pdf?cv=1

- Silva, K. L. (2013). *IFRS e BRGAAP em instituições financeiras: análise da variação de indicadores econômico-financeiros de capital* [Monografia de Graduação, Centro Universitário de Brasília]. Biblioteca Digital CEUB. <https://docplayer.com.br/6572017-Centro-universitario-de-brasilia-uniceub-faculdade-de-tecnologia-e-ciencias-aplicadas-fatecs-curso-de-ciencias-contabeis.html?cv=1>
- Silva, J. P., Bonfim, M. P., Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2017). Adoção ao padrão IFRS e earnings quality: a persistência do lucro das empresas listadas no BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(29), 46-55. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i29.125846>
- Silva, N. D. (2017). *Fatores determinantes do gerenciamento de resultados em estatais brasileiras* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Biblioteca Digital UFU. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20104>
- Silva, C. A. M., Niyama, J. K., Rodrigues, J. M., & Lourenço, I. M. E. C. (2018). Gerenciamento de resultados por meio da perda estimada de créditos em bancos brasileiros e luso-espanhóis. *Revista contemporânea de contabilidade*, 15(37), 139-157. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p139>
- Skinner, D. J. (2008). The rise of deferred tax assets in Japan: The role of deferred tax accounting in the Japanese banking crisis. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2-3), 218-239. DOI: 10.1016/j.jacceco.2008.07.003
- Sloan, R. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? *The Accounting Review*, 71 (3): 289–315. <https://www.scinapse.io/papers/1596216439>
- Sonnier, B. M., Hennig, C. J., Everett, J. O., & Raabe, W. A. (2012). Reporting of book-tax differences for financial and tax purposes: A case study. *Journal of Accounting Education*, 30(1), 58-79. DOI: 10.1016/j.jaccedu.2012.06.009
- Souza, J. A. S. D., Flach, L., Borba, J. A., & Broietti, C. (2020). Financial Reporting Quality and Sustainability Information Disclosure in Brazil. *BBR. Brazilian Business Review*, 16, 555-575. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2019.16.6.2>
- Souza, M. V. (2009). *Initial public offering – IPO x retorno: uma investigação empírica nas empresas do setor de energia elétrica* [Dissertação de Mestrado, Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Biblioteca Digital UNB. http://ppgcont.unb.br/images/PPGCCMULTI/mest_dissert_175.pdf

- SP Global. (2022, abril, 22). *Tax bill to deliver big one-shot on deferred tax assets*. SP Global. <https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/insight-weekly-april-12-2022>
- Spengel, C., Heinemann, F., Olbert, M., Pfeiffer, O., Schwab, T., & Stutzenberger, K. (2018). *Analysis of US corporate tax reform proposals and their effects for Europe and Germany. Final report: Update 2018*. ZEW-Gutachten und Forschungsberichte. <http://hdl.handle.net/10419/181905>
- Stigler, G. J. (1961). The economics of information. *Journal of Political Economy*, 69(3), 213-225. <https://agecon2.tamu.edu/people/faculty/cappss-oral/agec%20635/Readings/The%20Economics%20of%20Information,.pdf>
- Stuart, Richard. (2020). U. S. Gaap vs. IFRS: Income taxes. National Professional Standards Group, *RSM US LLP*. <https://rsmus.com/rsm/us-gaap-vs-ifrs-comparisons>
- Sundvik, D. (2017). Tax-induced fiscal year extension and earnings management. *Journal of Applied Accounting Research*. DOI: 10.1108/jaar-06-2015-0051
- Tchebete, E. M. M. C. (2017). *O alisamento artificial dos resultados no setor bancário moçambicano: uma análise através das provisões para perdas de crédito* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Biblioteca Digital UC. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81814/1/Mestrado%20em%20Contabilidade%20e%20Finanças%20-%20revista%20-%20final%20após%20defesa.pdf?cv=1>
- Teoh, S. H., & Wong, T. J. (1993). Perceived auditor quality and the earnings response coefficient. *Accounting Review*, 346-366. <http://www.jstor.org/stable/248405>
- Teoh, S. H., Wong, T. J., & Rao, G. R. (1998). Are accruals during initial public offerings opportunistic? *Review of accounting studies*, 3(1), 175-208. <https://cpb-us-e2.wpmucdn.com/sites.uci.edu/dist/e/360/files/2012/08/Are-the-Accruals-During-and-Initial-Public-Offering-Opportunistic.pdf>
- Thomas, J. K., & Zhang, H. (2002). Inventory changes and future returns. *Review of Accounting Studies*, 7(2), 163-187. <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1020221918065>
- Trueman, B., & Titman, S. (1988). An explanation for accounting income smoothing. *Journal of Accounting Research*, 127-139. DOI: 10.2307/2491184
- Tucker, J. W., & Zarowin, P. A. (2006). Does income smoothing improve earnings informativeness? *The Accounting Review*, 81(1), 251-270. http://bear.warrington.ufl.edu/tucker/TAR_income_smoothing.pdf
- Waluyo. (2016). The Relationship Between Book-Tax Differences and Earnings Growth within Indonesian Manufacturing Firms. *Research Journal of Finance and Accounting*, 7(18). <https://url.gratis/xBPg2Q>

- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: ten year perspective. *Accounting Review*, 65 (1), 131-156. <http://arikamayanti.lecture.ub.ac.id/files/2014/03/PAT-a-ten-year-perspective.pdf>
- Wijayanti, H. T. (2006). Analisis pengaruh perbedaan antara laba akuntansi dan laba fiskal terhadap persistensi laba, akrual, dan arus kas. *Simposium Nasional Akuntansi*, 9, 1-31. http://digilib.mercubuana.ac.id/manager/t!@file_artikel_abstrak/Isi_Abstraksi_735621308381.pdf
- Zanon, A. R. M., & Dantas, J. A. (2020). Market Reaction to the Issuance of Capital Instruments by Brazilian Banks. *BBR. Brazilian Business Review*, 17, 1-23. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2020.17.1.1>
- Zeidi, A. R., Taheri, Z., & Farahabadi, O. G. (2014). The conservatism in accounting and its effect on earnings response coefficient in Tehran Stock Exchange listed companies. *International Journal of Scientific Research in Knowledge*, 2(1), 28. <http://www.citeseerx.ist.psu.edu>
- Zhou, M. (2016). Does accounting for uncertain tax benefits provide information about the relation between book-tax differences and earnings persistence? *Review of Accounting and Finance*, 15(1), 65-84. DOI: 10.1108/raf-05-2014-0054

APÊNDICE A – Artigo expandido do Capítulo 2

ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS: UMA ANÁLISE DE SUAVIZAÇÕES DE RESULTADOS EM GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS

RESUMO

A apresentação dos AFD nos relatórios financeiros dos bancos deve seguir a Resolução CMN 4.842/2020, obedecendo ao Princípio da Oportunidade Contábil, porém o que se observa, é que um número representativo de bancos não apresenta todas as informações relevantes. E os bancos podem estar tendo suavizados os seus resultados de forma discricionária legal pelo uso dos AFD, entretanto, as informações necessárias para identificação desses ativos nos relatórios financeiros podem não estar sendo divulgados. Este estudo tem por objetivos identificar as possíveis suavizações de resultados em bancos pelo uso dos AFD e, elaborar recomendações técnicas para os bancos identificarem e reportarem o uso desses ativos. A amostra foi composta por bancos classificados como múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimentos e caixa, durante o período de 2017 a 2021. Utilizando-se dos valores totais publicados pelos relatórios financeiros dos bancos e BACEN e, médias de indicadores financeiros, percebeu-se que, os bancos apresentaram impactos financeiros e, os AFD utilizados, suavizaram favoravelmente os resultados dos bancos, com as reduções de recolhimentos dos tributos sobre o lucro e aumento da lucratividade, principalmente para os médios e os grandes bancos que, apresentaram os melhores indicadores financeiros. Porém, os resultados dos usos dos AFD não foram apresentados por um número representativo do total de médios e pequenos bancos, não atendendo a Resolução CMN 4.842/2020. Portanto, torna-se importante a elaboração de recomendações técnicas, como, uma lei federal tornando obrigatória a publicação das origens dos AFD dos últimos 05 anos e os seus usos futuros dos próximos 05 anos e, a criação de uma Reserva de AFD advinda dos estoques desses ativos, utilizada no caso de recuperação judicial ou falência, como garantia de compensações de tributos.

Palavras-chave: bancos, Ativos Fiscais Diferidos, suavizações de resultados, tributos.

INTRODUÇÃO

A Resolução do CMN 4.842/2020, que entrou em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2021, objetivou os critérios para a manutenção e o reconhecimento dos AFD das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, indo ao encontro das necessidades dos bancos em reduzir os possíveis momentos financeiros desvaráveis que ocorreram, ou ainda, podem ocorrer em decorrência da pandemia covid-19. Porém, a apresentação dos AFD nos relatórios financeiros dos bancos não está atendendo a resolução, quanto à identificação e apresentação desses ativos, não obedecendo o Princípio da Oportunidade Contábil.

Em consequência do uso discricionário dos AFD, os bancos podem estar tendo suavizados os seus resultados que, a partir de combinações de contas patrimoniais, pode-se identificar se o uso desses ativos gerou melhores resultados, principalmente em momentos menos favoráveis aos bancos (Guia & Dantas, 2020). Sendo assim, os objetivos desse estudo foram identificar as possíveis suavizações de resultados em bancos pelo uso dos AFD e, elaborar recomendações técnicas para os bancos melhor identificarem e reportarem o uso desses ativos.

O que se percebe por esse estudo, é que os AFD podem estar sendo utilizados, de forma discricionária e legal, como suavizadores de resultados, porém, um número representativo de bancos não está atendendo a Resolução CMN 4.842/2020 quanto à identificação e apresentação dos AFD, sendo necessária a recomendação técnica de elaboração de uma lei federal específica, disciplinando essas aplicações.

E os estoques de AFD aumentam a cada período semestral, mesmo com a Lei nº 14.467/2022 sancionada, espera-se ainda que, esses ativos continuam a se tornar uma fonte eterna de aplicações na base de cálculo dos tributos sobre o lucro. Portanto,

torna-se necessária a segunda recomendação técnica de um Fundo de Solvência para o uso desses ativos em situação de recuperação judicial ou falência dos bancos, podendo ao mesmo tempo, atender a redução dos estoques de AFD e utilizá-los em momentos desfavoráveis aos bancos.

Por fim, o que se espera, é que o LL reportado pelos bancos contenham valores de intermediações financeiras, e não suavizados parcialmente, ou totalmente, com operações discricionárias no uso dos AFD, beneficiando aqueles bancos, sejam grandes, médios e pequenos que, contenham altos volumes de estoque desses ativos e favorecendo os seus resultados reportados e que, as informações das identificações e apresentações dos usos dos AFD possam ser alinhados a todos os bancos, tornando mais transparente a utilização desses ativos.

MARCOS NORMATIVOS

Desde a sua regulamentação, os AFD tem sido motivo de fontes de pesquisas, por um lado, pela razão de sua existência está na geração de créditos que serão compensados em um futuro próximo ou distante, sendo caracterizado como um benefício fiscal para as empresas que, em determinado momento apresentam prejuízos fiscais e poderão reduzir a base de cálculo dos tributos sobre o lucro: IRPJ e CSLL. E por outro lado, são reconhecidos como um benefício econômico e, não fiscal, quando despesas não dedutíveis para fins fiscais, tornarem-se dedutíveis, reduzindo a base de apuração do lucro fiscal.

E para isso é importante determinar os seus marcos normativos, desde o Decreto-Lei 1.598/1977 até os dias atuais, sendo representado no Quadro (8).

QUADRO 8: MARCOS NORMATIVOS DOS AFD

ANO	EVENTO TEÓRICO
1977	Publicação do Decreto-Lei 1.598, iniciando a regulamentação do IRPJ.

1978	Publicação da Lei 7.689, iniciando a regulamentação da CSLL.
1988	<i>Basel Committee on Banking Supervision</i> (BCBS) oficializa o Acordo de Basileia I (<i>International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards</i>), objetivando criar exigências mínimas de capital respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito.
1995	Publicação da Lei 9.249, vedando a dedução de provisões (regra geral) na apuração do lucro para fins tributários.
1996	<i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) publica a IAS 12 definindo o tratamento contábil de todos os lucros e perdas tributáveis, para empresas nacionais ou estrangeiras.
	<i>Financial Accounting Standards Board</i> (FASB) publica a SFAS 109, esclarecendo as regras contábeis que abrangem os AFD.
	Publicação da Lei 9.430, determinando rígidos critérios para dedução de perdas de crédito da base de cálculo dos tributos sobre o lucro.
2002	CMN publica a Resolução 3.059, surgindo a norma que rege o reconhecimento e manutenção dos AFD nos balanços das instituições financeiras.
2004	BCBS publica o Acordo de Basileia II, objetivando ainda mais o fortalecimento do sistema financeiro internacional, gerando mais estabilidade e precisão da mensuração dos riscos incorridos pelos bancos.
2009	Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) publica o CPC 32 objetivando estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro.
2010	BCBS publica o Acordo de Basileia III, objetivando o aperfeiçoamento da capacidade dos bancos para o enfrentamento de crises financeiras, indicando elementos para elevar a qualidade, a consistência e a transparência da base de capital, dentre os quais a determinação de que os AFD fossem deduzidos do Patrimônio de Referência (PR).
2013	CMN publica a Resolução 4.192, estabelecendo que os AFD podem ser excluídos decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o LL e decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização e/ou o volume que ultrapassar o limite de até 10% do capital principal da instituição, exceto para PCLD.
	Publicação da Lei 12.838, instituindo a redução do impacto dos AFD decorrentes de diferenças temporárias oriundas de PCLD sobre o capital das instituições, permitindo que, instituições financeiras possam solicitar o ressarcimento dos créditos tributários, incorporando o mesmo ao LL da instituição no período subsequente, sendo incorporados ao capital das instituições.
2014	Publicação da Lei 12.973, alterando o IRPJ.
2015	Publicação da Lei 13.169, elevando a carga tributária da CSLL, em consequência, um aumento substancial dos estoques de créditos tributários.
2020	CMN publica a Resolução 4.842, consolidando os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

DISCUSSÃO TÉCNICA

Para um melhor entendimento sobre os AFD, é importante destacá-los sob pontos de vistas pois, teoricamente, ele representa o valor do tributo sobre o lucro a ser recuperado em determinado momento, mas, relacionado às diferenças temporárias dedutíveis; compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados e, compensação futura de créditos fiscais não utilizados. Sendo que, as diferenças

temporárias dedutíveis poderão ocorrer na inclusão do lucro contábil de receitas ou despesas em um determinado período e, em um outro período, serem incluídas no lucro tributável.

Essas diferenças produzem um estoque gerenciado no ativo e controlado na comprovação de futuros lucros para amortizarem essas diferenças. E o que se percebe é que, não havendo resultado tributável ao longo do tempo que reduza a compensação dos créditos fiscais por diferenças temporárias dedutíveis, em uma consequência tributária, esses mesmos tendem a serem reconhecidos como créditos tributários de prejuízo fiscal.

Citando Mear, Bradbury e Hooks (2021) com adaptações, os AFD são contraditórios no aspecto técnico-conceitual, entendendo que, o diferimento pode pressupor que haverá lucro tributável em algum momento no futuro e, as legislações tributárias serão as mesmas do presente; os lucros são tributados em um montante, não por receitas e despesas individualizadas e, as diferenças temporárias por contas contábeis específicas.

Os tributos sobre o lucro deveriam ser considerados como sendo uma “taxa” sobre operações lucrativas e serem registrados como despesa quando uma operação lucrativa fosse realizada; esses mesmos tributos surgem após o lucro ser produzido e não antes, assemelhando-se aos dividendos e, por fim, inexistente a obrigação presente do agente arrecadador em pagar ou ressarcir a entidade que reconhece o ativo, caso contrário esse agente deveria reconhecer um passivo.

Em se tratando de AFD com uma perspectiva de Planejamento Tributário, tem-se destacado como sendo uma estratégia de elisão fiscal internacional por corporações multinacionais que, transferem o lucro de um país para outro, buscando sempre a melhor alternativa de redução tributária no uso de seus AFD (Beer, De Mooij,

& Liu, 2020). E conclusões centrais de uma análise de elisão fiscal global por empresas multinacionais são amplamente sólidas (Cobham & Janský, 2019).

Já no ponto de vista como sendo uma evasão fiscal, pode-se perceber que existem alternativas do uso de AFD de entidades multinacionais por meio da transferência de renda de afiliadas com impostos altos para afiliados com impostos baixos (Riedel, 2018, Johansson, Skeie, Sorbe, & Menon, 2017), desde que, não haja uma regulamentação ou uma regulamentação favorável do uso de transferência de renda no país de destino, chamado de paraíso fiscal. E contabilmente, o mais complexo e importante será identificar e mensurar o desalinhamento entre a localização da atividade econômica de multinacionais versus a localização de seus lucros (Cobham & Janský, 2019).

Usando uma amostra global de empresas multinacionais e suas subsidiárias estrangeiras, em uma pesquisa, foi identificada que a repatriação dos impostos prejudicou a eficiência das decisões de investimento tomadas pelo gerente de uma subsidiária estrangeira. O efeito dos impostos de repatriação é predominante em i) subsidiárias sujeitas a alta informação da assimetria entre a administração central e o gerente da subsidiária, ii) subsidiárias sujeitas ao monitoramento fraco e iii) subsidiárias de empresas multinacionais ricas em dinheiro (Amberger, Markle, & Samuel, 2020), ficando evidente que os resultados são consistentes com conflitos internos de agência que impulsionam o efeito dos impostos de repatriação na eficiência do investimento.

Portanto, é importante identificar as diferenças nos comportamentos de mudança de renda motivados por impostos de multinacionais sujeitas a diferentes sistemas de tributação das receitas externas (Markle, 2016), para não cometer simplesmente uma evasão fiscal.

E pode-se examinar se três características do sistema tributário: conformidade do imposto obrigatório, abordagem global versus abordagem territorial e força percebida de aplicação, têm impacto na evasão fiscal corporativa em todos os países após o controle de empresas específicas em fatores anteriormente mostrados como associados à evasão fiscal, melhor dizendo: desempenho, tamanho, custos operacionais, alavancagem, crescimento e presença de operações multinacionais; e para outros fatores de vários países, ou seja, alíquota de imposto corporativo, volatilidade nos ganhos e fatores institucionais (Atwood, Drake, Myers, & Myers, 2012).

No que diz a respeito de alíquota de imposto corporativo, diversos países consideram o corte de sua alíquota como sendo um benefício potencial para atrair investimentos e um ambiente fiscal mais competitivo (Bunn, 2018). Desde que haja um fator de rateio de lucro para o sistema de contabilidade separada por países, derivado da transferência do lucro internacional motivada por impostos (Spengel, Heinemann, Olbert, Pfeiffer, Schwab, & Stutzenberger, 2018).

E em uma avaliação precisa do investimento e incentivos entre os países, é preciso se basear em uma estrutura metodológica consistente, capaz de cobrir não apenas as alíquotas tributárias das empresas mas, também, muitas regras diferentes que afetam a base tributária, como depreciação e outras deduções ou abatimentos (Hanappi, 2018), e outro evento contábil a ser destacado também, é o uso de AFD, para redução da base de cálculo tributária. Os EUA, no ano de 2017, em sua reforma tributária, gerou repercussões no imposto corporativo, mas permaneceu o AFD como sendo uma conta redutora na base de cálculo do imposto (Beer, Klemm, & Matheson, 2018, Spengel, Heinemann, Olbert, Pfeiffer, Schwab, & Stutzenberger, 2018).

A União Europeia (UE) vem passando por um desafio em passar para uma

base comum consolidada do imposto de renda corporativo, de acordo com a UE (nº 2/2019) (Hentze, 2019) e outro grande debate enfrentado pelos países, não somente da UE é o de examinar os riscos atuais e emergentes da reforma tributária corporativa internacional e vários detalhes sobre as formas de estratégias agressivas de planejamento tributário seguidas por empresas multinacionais (Fuest, Parenti, & Toubal, 2019). E esse desafio e debate está incluído o uso dos AFD como forma de redução da base de cálculo tributária.

Tem-se visto que os AFD é um ponto estratégico para um planejamento e reforma tributária em diversos países, incluindo Brasil, e para adicionar ainda mais o debate, é importante também, conhecer o efeito desse ativo sobre gerenciamento de resultados (Mulatsih, Dharmayanti, & Ratnasari, 2019). Ou ainda, examinar evidências de que a provisão para avaliação de AFD ajuda a prever a futura qualidade de crédito de uma empresa de acordo com as disposições do SFAS No. 109 (Edwards, 2018).

Após a análise dos AFD em um contexto de aplicabilidade, seja em um planejamento tributário ou um motivo para evasão fiscal, é importante destacar as diferenças contábeis internacionais que podem apresentar problemas, não apenas para investidores, mas também para reguladores do mercado de capitais.

Sob o ponto de vista das entidades contábeis

Os AFD são questionados quanto à sua capacidade de geração de benefícios econômicos e de controle da entidade, especialmente nas instituições financeiras, por não cumprirem a função de intermediação financeira, o que os tornaria desprovidos de substância econômica (Skinner, 2008), e esses benefícios criam uma persistência de lucro e, na presença do capital estrangeiro pode provocar a redução de sua ocorrência pois, o nível de lucro impacta na constituição da PCLD, sendo que bancos

de capital nacional são mais propensos a gerenciar os resultados.

Pode-se destacar que no mercado brasileiro, as assimetrias entre o resultado tributário e societário dos bancos, origem dos AFD, impactam negativamente no valor de mercado dessas instituições e, os investidores identificam a relevância desses ativos na estrutura patrimonial como sinal de potenciais riscos e fragilidades, como a redução na qualidade do capital próprio e dos lucros, além de distorções nos indicadores econômico-financeiros (Guia & Dantas, 2020).

Para o IAS 12, os AFD são reconhecidos em diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, a menos que os AFD surjam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, não seja uma combinação de negócios e, no momento da transação, o lucro contábil ou o lucro tributável não sejam modificados.

Os AFD e Passivos Fiscais Diferidos (PFD) são mensurados pelas taxas de impostos que se espera que, sejam aplicáveis ao período em que o ativo seja realizado ou o passivo seja liquidado, com base nas leis fiscais que foram promulgadas. A mensuração reflete as expectativas da entidade, no final do período de relatório, quanto à forma e o valor contábil de seus ativos e passivos sejam recuperados ou liquidados.

O SFAS 109 reconhece os AFD em situações onde os benefícios das diferenças temporárias dedutíveis são esperados e as consequências fiscais futuras de eventos atualmente reconhecidos podem ser consideradas. E os objetivos da contabilização do imposto de renda são de reconhecer o valor dos impostos a pagar ou a reembolsar no exercício corrente e, PFD ou AFD, para as consequências fiscais

futuras de eventos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ou fiscais.

E são reconhecidas como fontes de mensurações: através de reversões futuras de diferenças temporárias existentes; lucro tributável futuro excluindo a reversão de diferenças temporárias e compensações e, lucro tributável no(s) ano(s) de compensação(ões) anterior(es).

Já o CPC 32 orienta que os AFD devem ser reconhecidos para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Quanto à mensuração, os AFD e PFD devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que, estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

As instituições financeiras brasileiras são reguladas pelo SFN que, possui um órgão deliberativo máximo, o CMN, criado pela Lei nº 4.595/1964, estabelecendo as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regulando as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e, o disciplinamento dos instrumentos de política monetária e cambial. O CMN possui um órgão executor, o BACEN que, tem como objetivo, manter as reservas internacionais em nível adequado, estimular a formação de poupança, zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro (Corrêa & Szuster, 2014).

O CMN iniciou o reconhecimento e manutenção dos AFD nos balanços das instituições, através da Resolução 3.059/2002 e, posteriormente, suas atualizações

promovidas pelas Resoluções do CMN 3.355/2006 e 4.441/2015. Atualmente, o CMN publicou a Resolução 4.842/2020 revogando as Resoluções: 3.059/2002, 3.355/2006 e 4.441/2015; consolidando os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Também pode ser citada a Resolução do CMN 4.192/2013 que, manteve as regras dos AFD, sendo originados de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL e de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização e/ou o volume que ultrapassar o limite de até 10% do capital principal da instituição, exceto para PCLD.

Em se tratando de apresentação das demonstrações financeiras, as instituições financeiras de capital aberto, devem publicar no padrão BR GAAP, de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei 11.941/2009, bem como em observação aos CPC, às normas do CMN, BACEN, da CVM, SUSEP e CNSP. E as demonstrações financeiras seguem pelo COSIF, que foi criado com a edição da Circular nº 1.273/1987 do BACEN, objetivando a unificação do plano contábil das instituições financeiras e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, favorecendo à análise, avaliação de desempenho e controle dessas instituições no SFN, pelo fato de possuírem o mesmo plano de contas e mesmas exigências de normas e procedimentos contábeis.

Entretanto, através da publicação da Resolução 4.776/2020 do BACEN que, entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022, definiu novos critérios para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas anuais para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Sendo que, os bancos constituídos na forma de companhia aberta, companhia

fechada líder de grupo econômico integrado por instituição constituída sob a forma de companhia aberta, ou líderes de conglomerado prudencial devem elaborar as demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando a IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB.

E após a vigência dessa resolução, é importante destacar as principais diferenças no reconhecimento e mensuração dos AFD das instituições financeiras pelo COSIF e pela IFRS, apresentadas no Quadro (9).

QUADRO 9: PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS RECONHECIMENTOS E MENSURAÇÕES DOS AFD PELOS PADRÕES CONTÁBEIS COSIF E IFRS

Padrão contábil	COSIF	IFRS
Base fiscal	A base tributária é uma questão de fato sob o direito tributário.	A base de cálculo é determinada com base no valor dedutível para fins fiscais. A base fiscal é influenciada pela forma como a entidade pretende liquidar ou recuperar o valor contábil (por venda ou por uso).
AFD sobre ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos não monetários estrangeiros	Caso a moeda de reporte seja a moeda funcional, os AFD não são reconhecidos para ganhos e perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos não monetários estrangeiros que, são mensurados para a moeda de reporte usando taxas de câmbio históricas ou indexação para fins fiscais.	Os AFD são reconhecidos para ganhos e perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos não monetários no exterior que, são mensurados para a moeda funcional, utilizando taxas de câmbio históricas ou indexação para fins fiscais.
Uso de provisão para avaliação	Uma entidade registra um AFD completo e, em seguida, reduz esse ativo registrado por uma provisão para avaliação se a realização do ativo não for mais provável.	Uma entidade registra um AFD se for provável (ou seja, mais de 50% provável) que o ativo será realizado.
Alíquotas tributárias	As alíquotas de IRPJ e CSLL decretadas são usadas para calcular os valores do IRPJ e CSLL.	As alíquotas de IRPJ e CSLL decretadas são usadas para calcular os valores do IRPJ e CSLL.
Posições fiscais incertas	Um processo de duas etapas é aplicado. Um benefício é reconhecido quando é mais provável que a posição seja mantida com base em seus méritos técnicos. O benefício seria mensurado pelo maior valor com mais de 50% de probabilidade de ser realizado na liquidação final.	Caso seja provável que a autoridade fiscal aceitará uma posição fiscal incerta, o reconhecimento e a mensuração são consistentes com a posição que a entidade assumiu em seu registro fiscal. Caso não seja provável que a autoridade tributária aceite uma posição fiscal incerta, a entidade deve usar o valor mais provável ou o valor esperado.
Diferenças de base externa	Uma entidade não reconhece um PFD relacionado a um investimento em uma empresa estrangeira	Uma entidade deve reconhecer um PFD ao menos que, a entidade tenha controle sobre a reversão da

	subsidiária ou joint venture corporativa com duração essencialmente permanente. Esta orientação se aplica a todas as subsidiárias (estrangeiras ou nacionais), filiais, associadas e participações em joint ventures.	diferença temporária, e essa diferença não será revertida no futuro previsível. A exceção aplica-se exclusivamente também na base sobre as quais as alíquotas tributárias aplicáveis são calculadas em subsidiárias estrangeiras e joint ventures estrangeiras.
AFD reconhecidos para acordos de pagamentos baseados em ações	As diferenças temporárias relacionadas aos acordos de pagamentos baseados em ações são reconhecidas nos valores dos custos de compensações, sendo reconhecidos nos resultados sem qualquer ajuste para os preços atuais das ações das entidades até que o benefício fiscal seja realizado.	Os AFD reconhecidos em relação a um acordo de pagamentos baseados em ações são ajustados a cada período para refletir o valor da dedução fiscal, que a entidade receberia se o prêmio fosse dedutível no período atual com base no preço de mercado atual das ações.

Fonte: Stuart (2020).

DESING DE IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

A suavização de lucro bancário pode ser determinante para a publicação de um resultado pois, podem evidenciar posições conflituosas quanto ao valor divulgado, gerando oportunidade para o banco, porém, incertezas para os seus investidores (Guia & Dantas, 2019, Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel, & Koval, 2020). E o que se espera é a melhor maneira de divulgação de resultados, podendo ser suavizado ou não, mas, que torne estruturado, aceitável e confiante.

Diante disso, os AFD que é uma conta de ajuste fiscal, através de suas deduções temporárias, prejuízos fiscais e compensações futuras são utilizadas para suavizar resultados, entretanto, o uso desses ativos não torna claro o suficiente de quanto, quando e como foi gerado e usado em determinado período. Para isso, inicialmente, foram gerados gráficos com intuito de entender a relação do uso dos AFD com as principais contas que podem identificar a suavização de lucro.

Para fundamentar a análise do uso dos AFD no setor bancário, foram levantados os dados entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo semestre de

2021, dos relatórios financeiros semestrais pelo COSIF e dados coletados no BACEN, sendo que, do total de 343 bancos apresentados pelo BACEN, 222 não apresentaram estoques de AFD, portanto representando a amostra para esse estudo, 121 bancos entre grandes, médios e pequenos (Quadro 10), classificados como múltiplos, comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e caixa econômica.

QUADRO 10: QUANTIDADE DE BANCOS UTILIZADOS NA AMOSTRA E SEPARADOS POR TAMANHOS GRANDE, MÉDIO E PEQUENO PORTE DE 2017 A 2021

Banco	2017/	2017/	2018/	2018/	2019/	2019/	2020/	2020/	2021/	2021/
Grande	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Médio	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
Pequen	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99
Total	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As classificações de tamanho dos bancos seguem as orientações do BACEN, relacionando-se a participação relativa do total de ativo separadamente por banco, com a soma dos ativos totais de todos os bancos (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012). Após, toma-se a amostra de todos os bancos e, são classificados em ordem decrescente de suas participações individuais no total dos ativos da amostra e, acumula-se essas participações, proporcionando cortes quando esse acumulado atinge 70%, 95% e 100% dos ativos (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012, Instituto ASSAF, 2012).

Os bancos que compõem a faixa de até 70%, inclusive, do montante de participação acumulada, são consideradas de grande porte; as que compõem a faixa acima de 70% até 95%, de médio porte e, as que compõem a faixa acima de 95% até 100% são consideradas de pequeno porte (Koerich, 2004, Almeida, 2007, Mainetti Junior, 2010, Dantas, 2012).

Para identificar possíveis suavizações de resultados nos bancos pelo uso dos AFD, foram levantadas as contas patrimoniais que possam mensurar possíveis

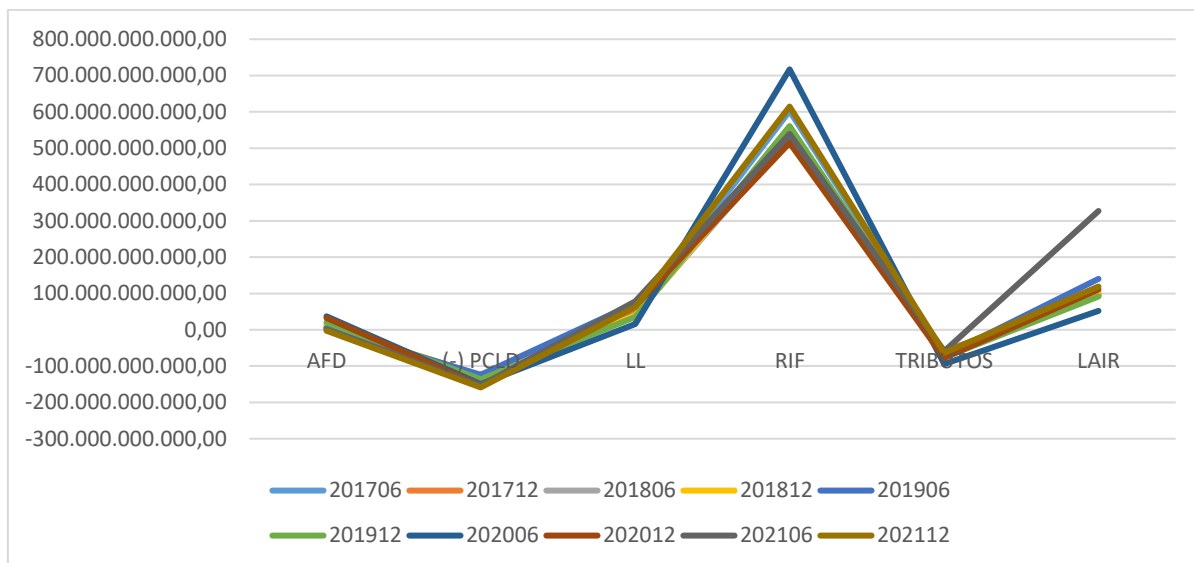
movimentações de suavizações, como: PCLD, RIF, LAIR, LPLP e os tributos sobre o lucro: IRPJ e CSLL (Dantas, Medeiros, Galdi, & Costa, 2013).

Quando se trata por tamanho de banco, estudos anteriores apresentaram que, quanto maior o banco, maior o lucro suavizado e maior o número de informações publicadas de acordo com as recomendações das resoluções do CMN (Martinez, 2008). E para identificar essas informações, faz-se necessária a coleta de dados qualitativos das origens e dos usos futuros dos AFD, constantes nos relatórios financeiros, para que, possíveis recomendações técnicas, em atendimento especial a Resolução do CMN 4.842/2020, possam tornar os AFD um componente discricionário legal de suavizações de lucros de acordo com o Princípio da Oportunidade Contábil.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Inicialmente, o primeiro conjunto de resultados será representado pelos grandes bancos, através do Gráfico (9), composto por 05 bancos e que, representam o somatório de 70% do total de ativos. Observa-se que nos períodos do segundo semestre de 2019 ao segundo semestre de 2020, foi o maior uso discricionário de AFD, 70% do total dos ativos da amostra, significando que, no período de crise econômica e financeira devido à covid-19, os AFD foram suavizadores de resultados, podendo ser observado, também, o total do LAIR desse mesmo período que, apresentou os dois resultados mais baixos da amostra (segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020), porém, com o uso dos AFD, os LL desses semestres apresentaram resultados inflados, principalmente no segundo semestre de 2019.

GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO FINANCEIRA DOS BANCOS DE GRANDE PORTE DE 2017 A 2021
Em Reais



Fonte: BACEN (2022).

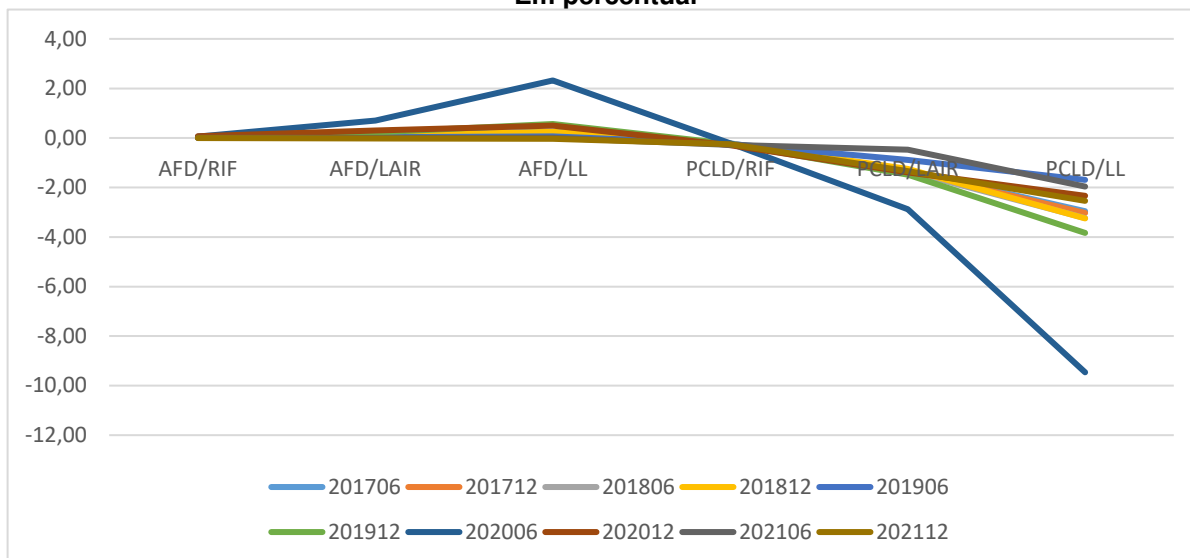
A PCLD apresentou os maiores valores no período do segundo semestre de 2020 ao segundo semestre de 2021, gerando um aumento de estoques de AFD, porém, não sendo utilizado de forma positiva no segundo semestre de 2021. E o maior LL da amostra (R\$ 78.414.808.620,71) foi referente ao primeiro semestre de 2021, porém, não foi a maior PCLD e nem AFD, significando que mesmo aumentando a concessão de créditos do segundo semestre de 2020 ao segundo semestre de 2021, assim como o inadimplimento, o uso dos AFD para os grandes bancos nesse período, não influiu de forma significativa os resultados dos LL e, com a geração de estoques desses ativos, os mesmos poderão suavizar períodos futuros.

Ao longo da série amostral, a RIF alavancou 2% de 2017 a 2021, enquanto o LAIR 21%, PCLD 22% e o LL 41%, sendo que, se retirasse os valores contabilizados dos AFD na base de cálculo de IRPJ e CSLL, o LL teria alavancado 30%, ou seja, 11% alavancado pelo uso dos AFD.

No Gráfico (10) são apresentados indicadores financeiros médios (primeiro e segundo semestre de 2017 a 2021) dos AFD e PCLD sobre RIF, LAIR e LL, com o intuito de analisar a série histórica da participação na suavização de resultados pelo

uso dos AFD e das PCLD que geram estoque desses ativos.

GRÁFICO 10: INDICADORES FINANCEIROS DOS BANCOS DE GRANDE PORTE DE 2017 A 2021
Em percentual



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

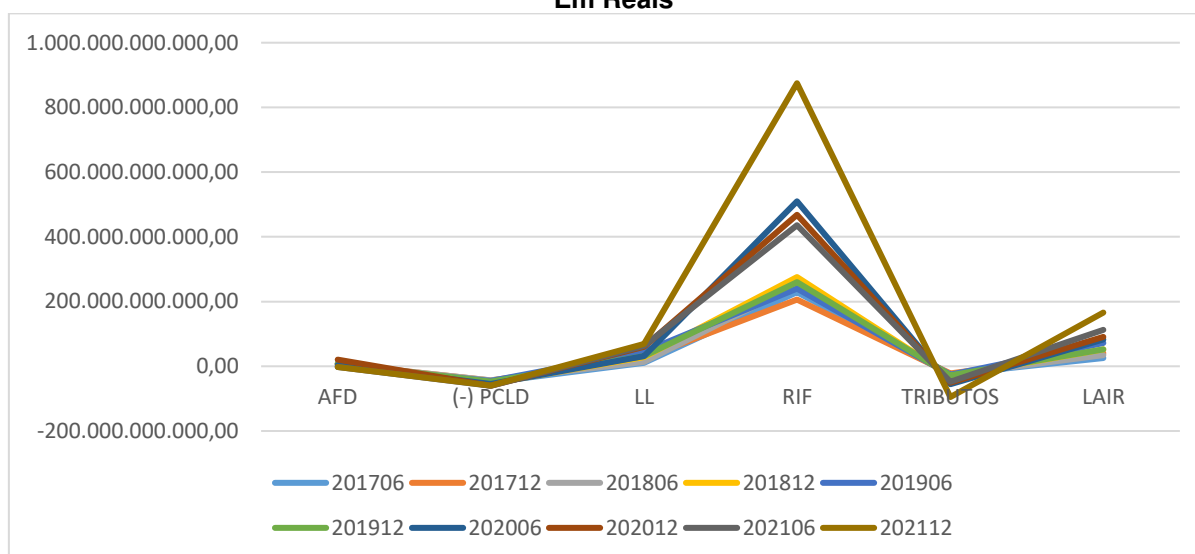
Inicialmente, percebe-se que no primeiro semestre de 2020, os indicadores PCLD/LAIR e PCLD/LL foram os maiores da amostra (-2,88% e -9,46%) e, como consequência, os indicadores AFD/LAIR e AFD/LL apresentaram nesse período, os maiores percentuais (71% e 232%), significando que, o aumento na concessão de créditos, gerou aumento de AFD para suavizar os resultados.

O segundo maior indicador de AFD/LL foi no segundo semestre de 2019, sendo 56% do LL apresentado no período, foi inflado pelos AFD e 44% de operações bancárias, tendo também, o segundo maior indicador de PCLD/LL (-3,83), significando que, a cada R\$ 1,00 gerado de lucro, é gerado R\$ 3,83 de PCLD e, caso os grandes bancos não recebam os valores emprestados, serão revertidos em futuros AFD.

O conjunto de resultados dos bancos de médio porte apresentou uma queda na RIF mais acentuada (12,92%) no período do primeiro semestre de 2019 em comparação ao segundo semestre de 2018 e, comparando ao segundo semestre de 2019 ao de 2018, essa queda foi de 5,70% e, o uso discricionário deste mesmo

período de AFD foi maior (18,77%) para o segundo semestre de 2019 do que, o de 2018, refletindo no aumento do LL, passando de R\$ 28.214.436.646,01 (segundo semestre de 2018) para R\$ 30.958.477.314,55 (segundo semestre de 2019), aumento de 9,73%, ou seja, mesmo tendo uma queda de RIF, os AFD suavizaram os resultados impactando positivamente os LL, podendo ser observado no Gráfico (11).

GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO FINANCEIRA DOS BANCOS DE MÉDIO PORTE DE 2017 A 2021
Em Reais



Fonte: BACEN (2022).

Outro importante impacto apresentado pelos AFD nos LL foi no período do segundo semestre de 2020, sendo o valor utilizado de R\$ 20.170.321.353,47 para suavizar os resultados e, gerando um LL de R\$ 59.965.551.781,64, em comparação ao segundo semestre de 2019, foi maior em 93,70%. Os estoques de PCLD foram aumentando de 2017 a 2021, sinalizando que mais créditos foram concedidos, tendo uma maior possibilidade de suavizações de resultados por AFD, sendo destacado o período do segundo semestre de 2020, que apresentou o maior valor de estoque de PCLD e o maior valor do uso de AFD, podendo ser interpretado que nesse período houve uma grande concessão de crédito e, em contrapartida, os bancos não receberam na mesma proporcionalidade os créditos concedidos, sendo antigos ou atuais, gerando um aumento de estoque e uso de AFD, assim como o estoque de

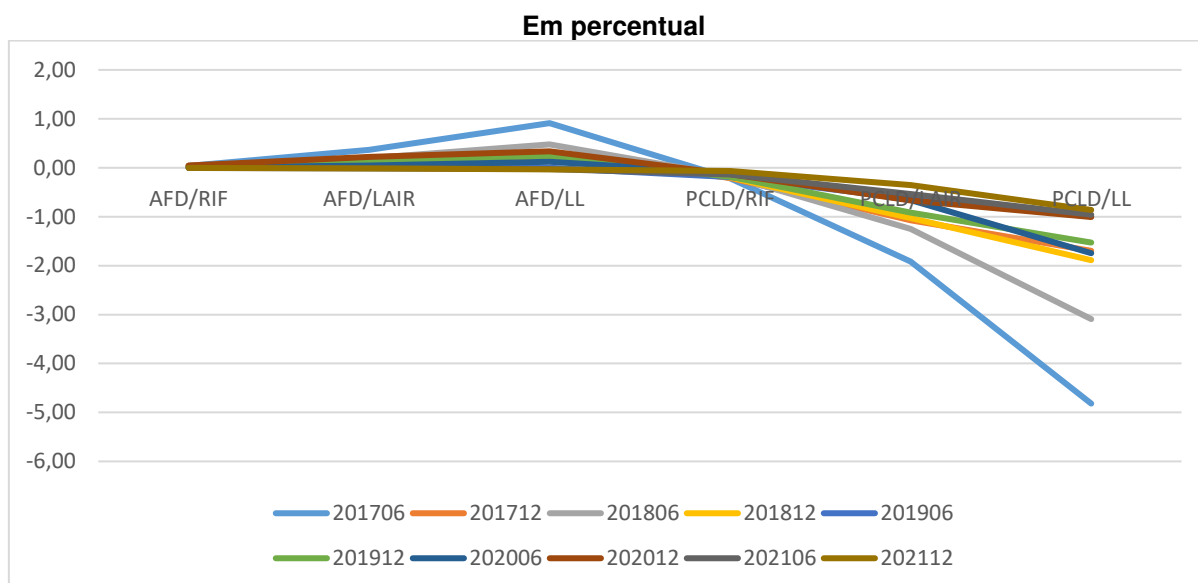
PCLD.

Os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) aumentaram de uma forma significativa (282%) os seus recolhimentos de 2017 a 2021 e, comparando-se ao LAIR, esse aumentou 543% e o LL, 569% e, ao longo desse período, pode-se observar que nos anos de 2017, 2018 e 2020 e, nos segundos semestres de 2019 e 2021, os AFD foram utilizados de forma positiva na base de cálculo do IRPJ e CSLL, impactando diretamente nos LL desses períodos, sendo um motivador para o elevado percentual apresentado de 2017 a 2021.

Para os indicadores financeiros médios (Gráfico 12), percebe-se que no primeiro semestre de 2017, PCLD/RIF, PCLD/LAIR e PCLD/LL foram os maiores dentro do período amostral, com -22%, -192% e -482% sucessivamente, aumentando assim os estoques de AFD e sua maior participação nesse mesmo período em toda a série, sendo AFD/RIF (4%), AFD/LAIR (36%) e AFD/LL (91%), confirmando que o aumento de PCLD ocasionará o aumento de AFD.

O segundo melhor indicador de AFD/LL foi no primeiro semestre de 2018 (48%), assim como o segundo melhor indicador de PCLD/LL (-309%), indicando que 52% do LL desse período foi operacional, e o restante anormal por suavização discricionária. Em períodos críticos, como 2019 e 2020, devido à pandemia da covid-19, as suavizações ocorreram nos segundos semestres desses anos, 24% do LL (2019) e 34% do LL(2020) sendo derivados de AFD, pois, conforme o Gráfico (12), o indicador PCLD/RIF apresentou os mais baixos índices da série nesse período, significando que mesmo não tendo aumentado a relação de concessão de crédito (PCLD) diante da RIF, os valores de AFD mantiveram a lucratividade, mesmo não sendo acompanhada pela RIF.

GRÁFICO 12: INDICADORES FINANCEIROS DOS BANCOS DE MÉDIO PORTE DE 2017 A 2021

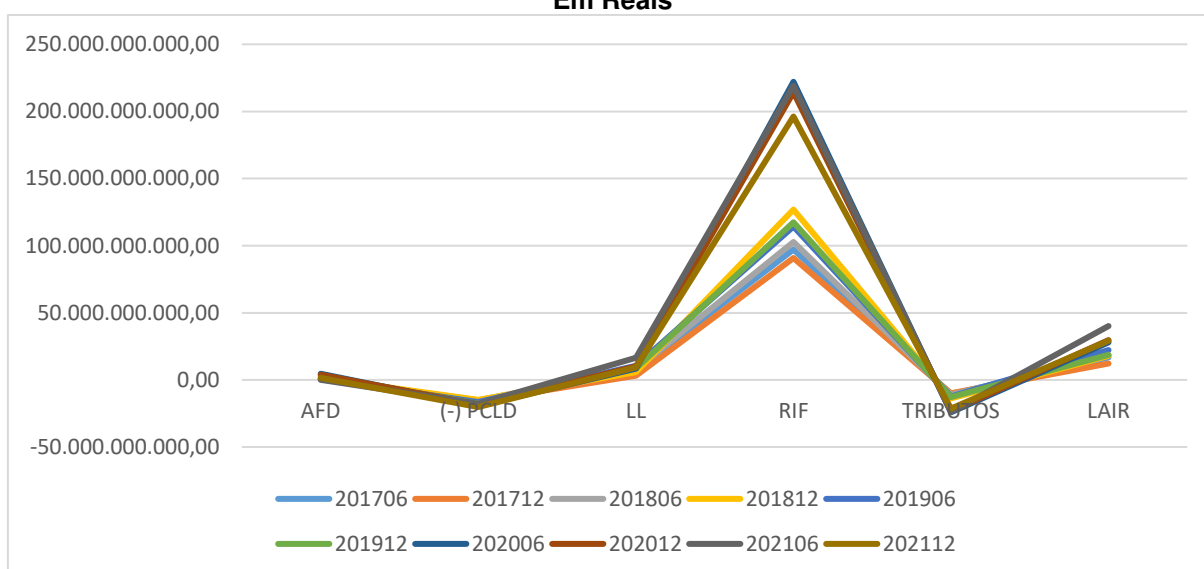


O conjunto de resultados dos bancos de pequeno porte apresentou o uso dos AFD de forma positiva em todos os períodos da série amostral, podendo ser interpretado que, mesmo em momentos de crise econômica ou financeira, os pequenos bancos suavizaram os seus resultados com os AFD, principalmente no ano de 2020, que apresentaram os maiores usos dos AFD (R\$ 4.658.186.560,27 para o primeiro semestre e R\$ 3.837.350.076,65 para o segundo semestre), e nesse mesmo ano, foram os maiores valores recolhidos de IRPJ e CSLL, em comparação aos outros anos, porém, com os AFD, os impactos nos LL foram suavizados, tendo também os maiores valores apresentados de toda a série, conforme exibido no Gráfico (13).

Os estoques de PCLD ao longo de 2017 a 2021 foram se alternando para um aumento, principalmente no período do segundo semestre de 2019 para o primeiro semestre de 2020, tendo aumentado 8,17% a concessão de créditos e, redução, como ocorrido nos períodos do primeiro semestre de 2018 para o segundo semestre do mesmo ano, tendo reduzido 1,96%, porém o uso dos AFD aumentou em 81%, entretanto não foi suficiente para manter o mesmo nível de LL que, reduziu em 27% nesse mesmo período. Os tributos sobre o lucro aumentaram de uma forma

significativa (126%) os seus recolhimentos de 2017 ao primeiro semestre de 2021 e, comparando-se ao LAIR, esse aumentou 138% e o LL, 125%, sendo utilizados os AFD de forma positiva em todos os períodos na base de cálculo do IRPJ e CSLL, impactando diretamente nos LL, porém, o crescimento dos LL foi inferior ao LAIR, significando que, em comparação aos bancos de médio porte, os pequenos bancos tiveram uma suavização de resultados com menos impacto pelo uso dos AFD.

GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO FINANCEIRA DOS BANCOS DE PEQUENO PORTE DE 2017 A 2021
Em Reais

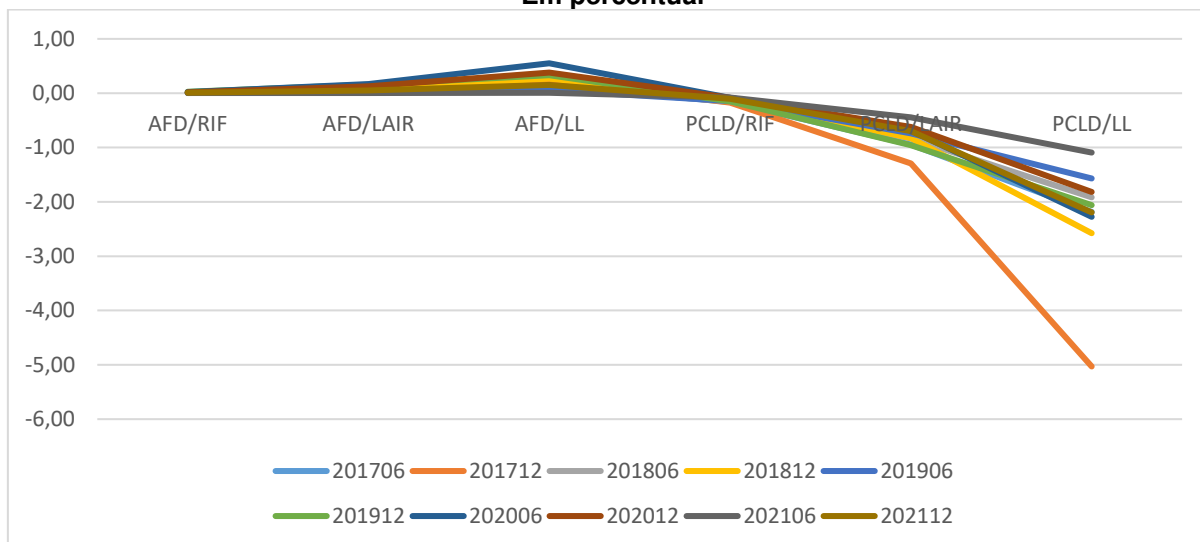


Fonte: BACEN (2022).

No Gráfico (14), assim como ocorreu para os médios bancos, os pequenos bancos também apresentaram os melhores indicadores de PCLD/RIF, PCLD/LAIR e PCLD/LL no ano de 2017, sendo que, no segundo semestre foram -18%, -129% e -503% sucessivamente, aumentando assim, os estoques de AFD mas, não sendo apresentado nesse mesmo período os maiores indicadores, pois, esses foram apresentados no período de crise econômica e financeira do segundo semestre de 2019 ao segundo semestre de 2020, com AFD/RIF (2% para 2019 a 2020), AFD/LAIR (15% 2019, 17% e 13% 2020) e AFD/LL (33% 2019, 55% e 38% 2020), ou seja, mesmo ocorrendo uma redução na RIF, no LAIR e no LL nesse período, os estoques de AFD proporcionaram o uso de forma suavizadora em momentos de crise para os

pequenos bancos.

GRÁFICO 14: INDICADORES FINANCEIROS DOS BANCOS DE PEQUENO PORTE DE 2017 A 2021
Em percentual



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

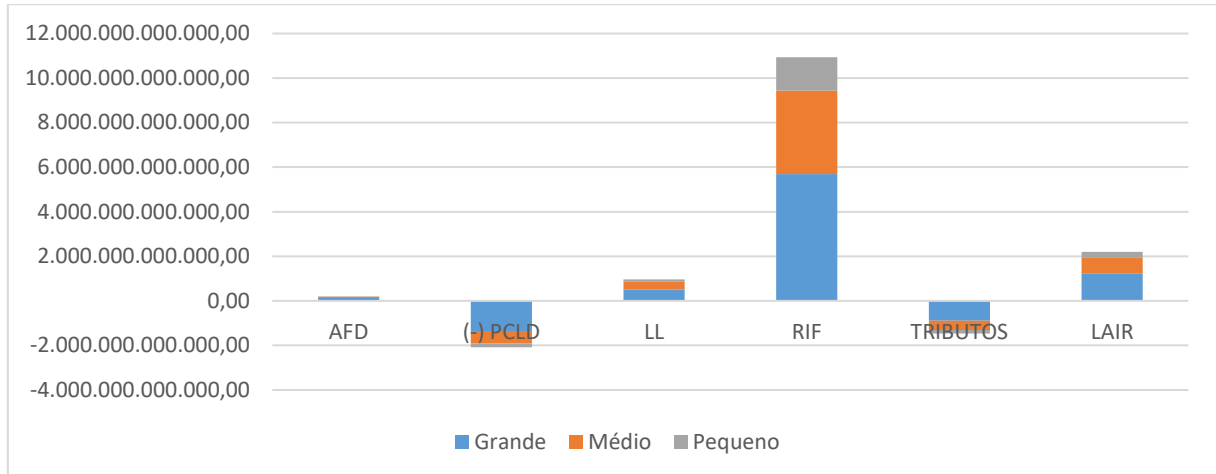
O segundo melhor indicador de PCLD/LL foi no segundo semestre de 2018 (-258%), porém, não foi acompanhado pelo indicador AFD/LL (27%), mas, foi significativo se comparado ao AFD/LAIR que representou a relação de 9% e, os AFD como compõe a base de cálculo do IRPJ e CSLL, inflou o LL não somente nesse período, e sim, em todos os outros períodos dessa série amostral, comparando-se a esses mesmos indicadores.

Após a análise individual dos bancos, os valores das contas de referência para identificar suavização de resultados por AFD foram somadas em períodos amostrais e comparados pelos tamanhos dos bancos, conforme o Gráfico (15).

Inicialmente, os grandes bancos representaram 52% do somatório das RIF de todos os bancos da amostra, os médios (34%) e pequenos bancos (14%). Para o LAIR, os grandes bancos aumentaram a participação para 56% e, os médios e pequenos bancos reduziram para 33% e 11%, significando que a capacidade de geração de LAIR para os grandes bancos é suficientemente superior aos médios e

pequenos, principalmente pelo gerenciamento das despesas operacionais e não operacionais que reduzem o lucro.

GRÁFICO 15: SOMATÓRIO DE VALORES DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021
Em Reais



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

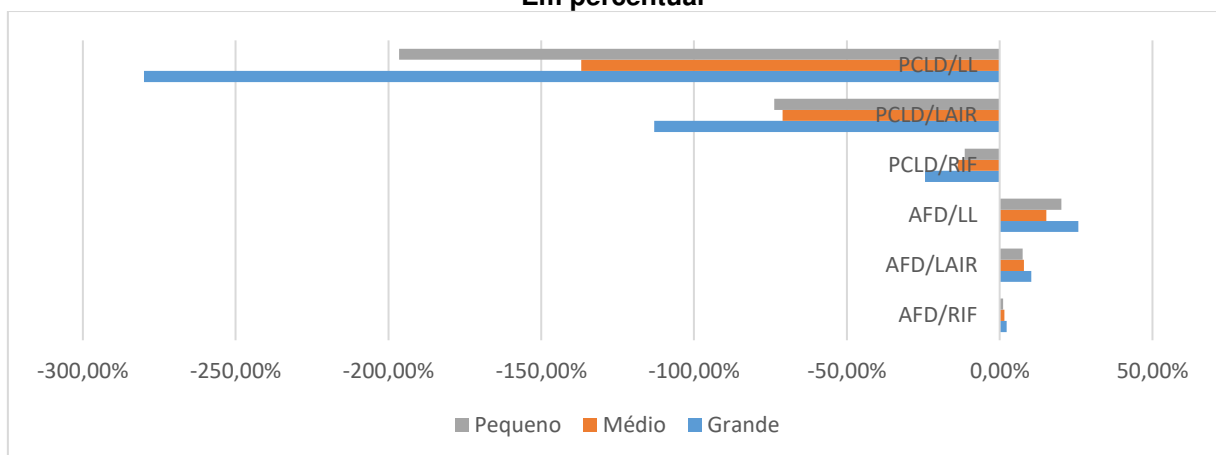
Os tributos sobre o lucro para os grandes bancos representaram 61% do somatório, médios (28%) e pequenos bancos (11%), a PCLD representou 67% para os grandes bancos, 25% médios e 8% para pequenos bancos. Significando que a capacidade de geração de estoques para os grandes bancos foi suficientemente discricionária para a suavização de resultados por AFD, tanto comprovado que, a participação de AFD dos grandes bancos representou 63%, médios (28%) e pequenos bancos (9%), porém, o que somatório de LL exibiu foi uma redução na participação dos grandes bancos, comparando LAIR com LL, ficando com 52%, assim como os pequenos que apresentaram 9%. E os médios bancos exibiram um aumento na participação totalizando 39%.

O Gráfico (16) apresenta a média dos indicadores financeiros dos grandes, médios e pequenos bancos. Os grandes bancos apresentaram os melhores indicadores de PCLD/RIF (-24%), PCLD/LAIR (-113%) e PCLD/LL (-280%), significando alta concentração de créditos concedidos por esses bancos e, como

consequência, aumenta a possibilidade de inadimplência, além do estoque e do uso de AFD, podendo ser observado nos indicadores AFD/RIF, AFD/LAIR e AFD/LL em que, os grandes bancos, também, apresentaram os maiores indicadores (2,25%, 10% e 26%).

Os médios bancos apresentaram os indicadores PCLD/RIF (-14%), PCLD/LAIR (-71%) e PCLD/LL (-137%) e, para os indicadores de AFD foram AFD/RIF (1,55%), AFD/LAIR (8%) e AFD/LL (15%). Já os pequenos bancos, PCLD/RIF (-11%), PCLD/LAIR (-74%) e PCLD/LL (-197%) e, os indicadores com AFD foram AFD/RIF (1,18%), AFD/LAIR (8%) e AFD/LL (20%), significando que, enquanto os médios bancos apresentaram os indicadores PCLD/RIF e AFD/RIF maiores que os pequenos, as provisões e os AFD tiveram uma maior participação no LL para pequenos bancos, ou seja, o esforço para suavizar o resultado pelos pequenos bancos foi maior do que os médios bancos.

GRÁFICO 16: MÉDIA DOS INDICADORES FINANCEIROS DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021
Em percentual

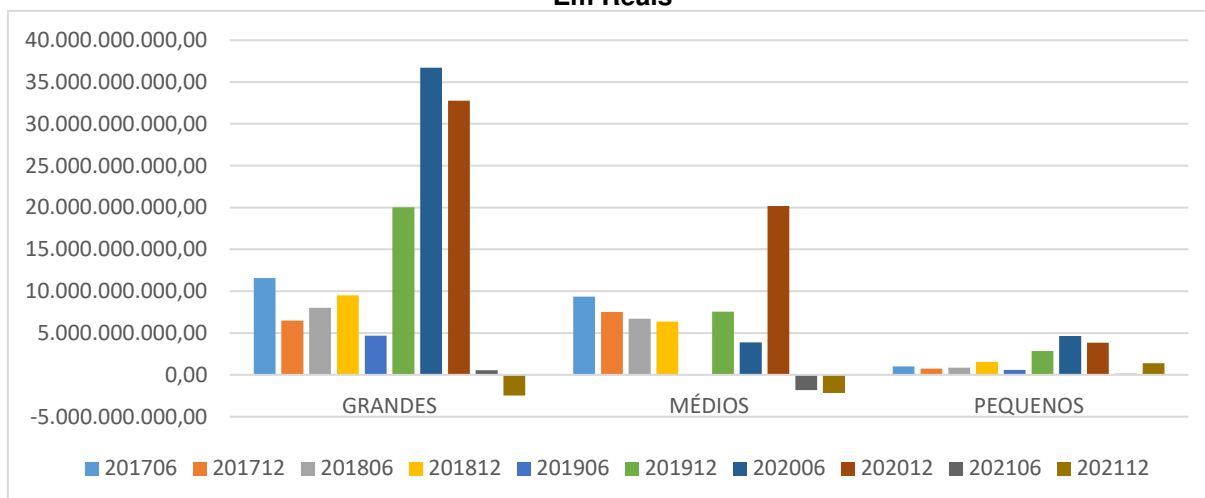


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em valores de usos dos AFD (Gráfico 17), percebe-se que os grandes, médios e pequenos bancos concentraram no período do segundo semestre de 2019 ao segundo semestre de 2020, os maiores valores para reduzirem a base de cálculo do

IRPJ e CSLL.

GRÁFICO 17: USO DOS AFD DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021
Em Reais



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

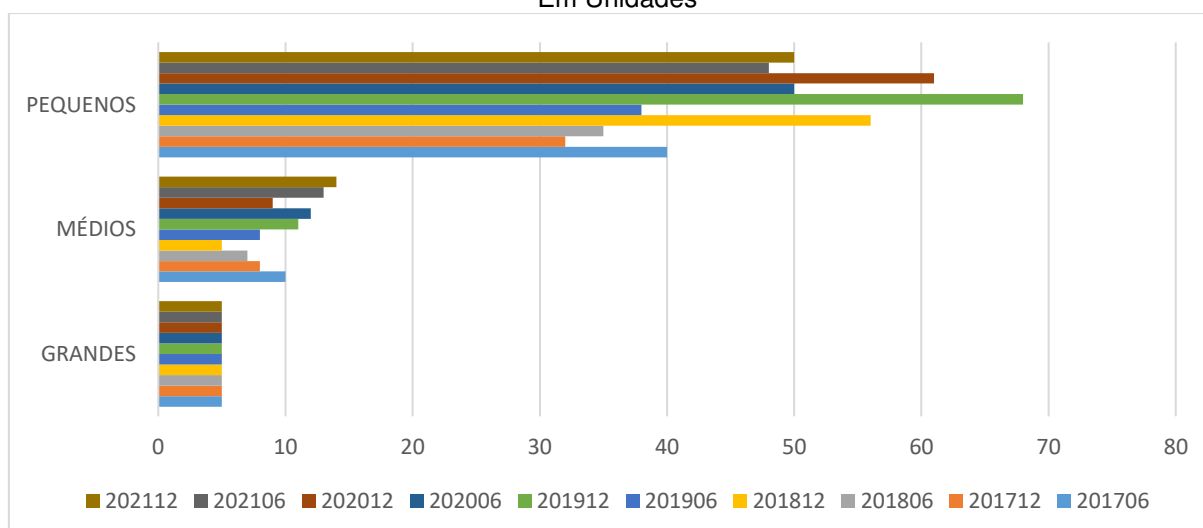
Os grandes bancos usaram 15,66% do total de AFD do período amostral no segundo semestre de 2019, 28,73% primeiro semestre de 2020 e 25,63% no segundo semestre de 2020. Os médios bancos, usaram 13,14% no segundo semestre de 2019, 6,71% no primeiro semestre de 2020 e 35,04% no segundo semestre de 2020 e, os pequenos bancos, 16,20% no segundo semestre de 2019, 26,39% no primeiro semestre de 2020 e 21,74% no segundo semestre de 2020, significando que, os créditos concedidos em períodos anteriores ou nesses períodos não foram recebidos dentro dos vencimentos e, os bancos que apresentaram resultados negativos utilizaram de forma discricionária a legislação pertinente aos AFD e, como consequência, suavizaram os seus resultados e diminuíram o impacto ocasionado pela crise econômica e financeira devido à covid-19.

Após a análise dos dados, percebe-se que, os AFD são componentes discricionários legal de suavizações de lucros e, para o atendimento ao Princípio da Oportunidade Contábil, que se refere à tempestividade e integridade do registro do patrimônio e de suas mutações, recomendações técnicas foram elaboradas com o

intuito não de reduzir ou aumentar a importância dos AFD em suavizações de lucros e, sim, torná-los como um componente gerencial que possa ser analisado com as informações legais e operacionais de um grande, médio e pequeno banco.

A Resolução do CMN 4.842/2020 esclarece que todos os bancos devem divulgar as origens dos AFD e suas utilizações previstas para os próximos 05 anos. De acordo com o Gráfico (18), os 05 grandes bancos apresentaram as informações adequadas à resolução, mesmo até antes de sua publicação, durante o período amostral. Enquanto, dos 17 médios bancos, em média 09 bancos já apresentavam as informações adequadas antes da resolução e, após a sua publicação, 13 bancos apresentaram no primeiro semestre de 2021 e 14 no segundo semestre de 2021 e, dos 99 pequenos bancos, 47 já apresentavam as informações e, após sua publicação, 48 apresentaram no primeiro semestre e 50 no segundo semestre de 2021 as informações das origens dos AFD e suas utilizações.

GRÁFICO 18: APRESENTAÇÕES DOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS EM CONSONÂNCIA À RESOLUÇÃO DO CMN 4.842/2020
Em Unidades



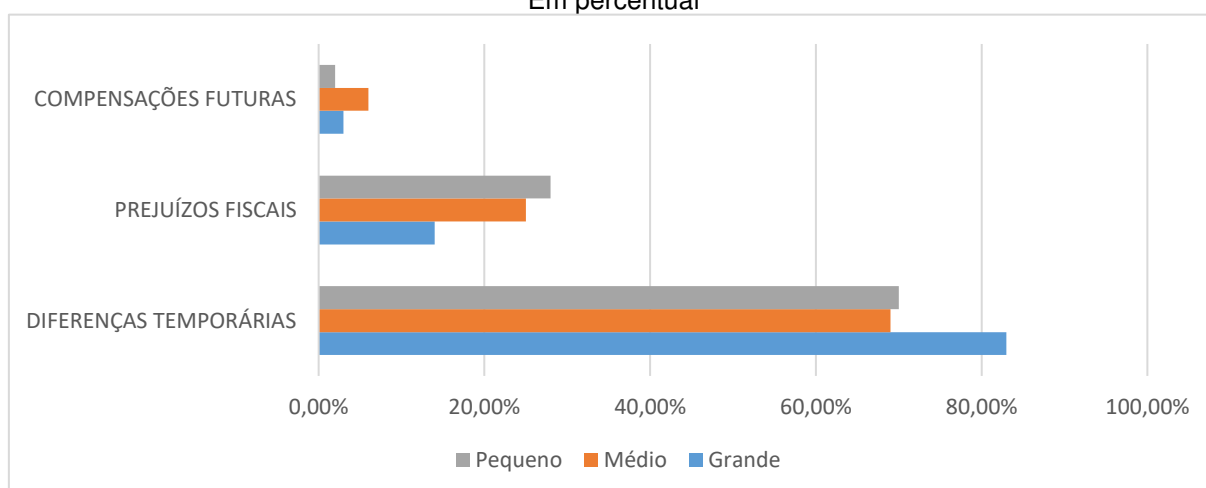
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Ou seja, mesmo com a Resolução do CMN 4.842/2020, um número representativo de médios e pequenos bancos não atenderam o Princípio da

Oportunidade Contábil, sendo a recomendação técnica, a criação de uma lei federal específica para as instituições financeiras, tendo como objetivo a elaboração e publicação de um histórico dos AFD a ser apresentado nas Notas Explicativas, junto aos demonstrativos financeiros publicados semestralmente pelo COSIF, detalhando os últimos cinco anos de suas utilizações e, as expectativas dos próximos cinco anos, com o intuito de um melhor entendimento dos usos desses ativos e as possíveis consequências em seus futuros resultados.

O Gráfico (19) apresenta os percentuais das origens dos AFD dos bancos que identificaram e publicaram em seus relatórios, de acordo com a Resolução CMN 4.842/2020. As diferenças temporárias exibiram as maiores participações nos AFD, com 83% para os grandes, 69% para os médios e 70% para os pequenos bancos. Os prejuízos fiscais apresentaram as participações nos AFD em grandes bancos, com 14%, 25% para os médios e 28% para os pequenos. E as compensações futuras, 3% para os grandes, 6% para os médios e 2% para os pequenos.

GRÁFICO 19: ORIGEM DOS AFD DIVULGADOS PELOS GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS DE 2017 A 2021
Em percentual



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os AFD são ativos que não se esgotam, são originados principalmente pela PCLD, sendo sua participação nas diferenças temporárias com 78% para os grandes

bancos, 67% para os médios e 71% para os pequenos, podendo tornar o seu uso contínuo *ad aeternum*. Com essa prerrogativa, foi publicada a Lei nº 14.467/2022 que, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. E o que se espera, é que, a partir de 2025, os bancos reconheçam as perdas no recebimento de créditos tributários de acordo com o *International Financial Reporting Standards* nº 9 (IFRS 9), já regulamentada pela Resolução CMN nº 4.966/2021, gerando a expectativa de redução, mesmo sendo mínima, do estoque de AFD.

Entretanto, a Lei nº 14.467/2022 não dispõe do uso dos AFD para nos casos de recuperação judicial ou falência, podendo ser considerada como outra recomendação técnica, em que um Fundo de Solvência, assim como ocorre nas seguradoras alemãs reguladas pelo *Federal Financial Supervisory Authority* (BaFin) constituído por parte dos AFD, seria normatizado pelo CMN, através de uma reserva, que seria denominada de Reserva de AFD, de 5% do estoque desses ativos, reconhecido no Ativo Não-Circulante, durante o período de 10 anos. A cada período prescricional, seria baixado da reserva e reconhecido como despesa indedutível na conta de resultado. E em caso de recuperação judicial ou falência, poderia utilizar o montante dessa reserva para compensar os tributos de operação financeira e de lucros.

DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES DAS SOLUÇÕES

Os AFD dos bancos foram analisados na possibilidade de terem os seus resultados favorecidos com o uso desses ativos, sendo caracterizados nesse estudo, como suavizadores de resultados. O que se percebe é que, foram gerados resultados

positivo e negativo para os bancos, positivo, quando geram melhores resultados de LL, principalmente para os médios bancos. E negativo, quando o LL é aumentado, em decorrência da aplicação da legislação fiscal e, não, resultante de operação de intermediação financeira (Merler, 2015, Mear, Bradbury, & Hooks, 2021, Feltes, 2021).

Os grandes bancos apresentaram os melhores indicadores de PCLD/RIF, PCLD/LAIR, PCLD/LL, AFD/RIF, AFD/LAIR e AFD/LL, porém, os pequenos apresentaram uma alta participação dos AFD sobre o LL, sendo que 20% do LL é formado pelo uso dos AFD. E do valor total do uso dos AFD (R\$ 203.049.091.067,95), 27,96% foi no período do segundo semestre de 2020, 22,28% no primeiro semestre de 2020 e 22,28% no segundo semestre de 2019, sendo no mesmo período da pandemia covid-19 que, gerou uma crise econômica e financeira no cenário mundial.

É antiga a discussão com relação ao uso dos AFD, tanto na legislação quanto a sua compreensibilidade para os bancos. Em 2011, publicou-se que os cinco maiores bancos, que compõem a lista dos grandes bancos, possuíam um estoque de R\$ 87.700.000.000,00 em AFD e que, o volume foi produzido, em boa parte, para compensar as provisões contra risco de inadimplência nas operações de crédito (JusBrasil, 2011). Situação não diferente como a encontrada no período de 2017 a 2021.

Em um cenário internacional, os AFD vêm sendo discutidos de modo que, se possa torna-los menos competitivo com relação aos seus estoques, ou seja, reduzir a relação de quanto maior o estoque maior a suavização de resultados. Essa discussão iniciou no bloco europeu a partir de 2015, sendo destacado que os 19 países participantes do bloco possuíam um estoque de AFD no valor de 105.600.000.000,00 de euros nesse período (Merler, 2015).

Os Estados Unidos também vêm discutindo os AFD de forma que possam ser

utilizados e reduzidos os seus estoques ao longo dos anos, principalmente com o impacto da redução do imposto corporativo. Como o maior banco detentor de estoque de AFD é o Citigroup Inc., com 46.000.000.000,00 de dólares, esperava-se reduzir inicialmente 17.000.000.000,00 dólares com a redução tributária (SP Global, 2022).

O uso dos AFD como componentes discricionários legal de suavizações de lucros foram realizados pelos grandes, médios e pequenos bancos, entretanto, uma parcela dos médios e pequenos bancos não identificaram e apresentaram o uso desses ativos, de acordo com a Resolução 4.842/2020, sendo necessária a elaboração de uma lei federal específica, disciplinando essas aplicações.

E os estoques de AFD aumentam a cada período semestral, mesmo com a Lei nº 14.467/2022 sancionada, espera-se ainda que, esses ativos continuam a se tornar uma fonte eterna de aplicações na base de cálculo dos tributos sobre o lucro. Portanto, torna-se necessária a recomendação técnica de criação de uma Reserva de AFD para o uso desses ativos em situação de recuperação judicial ou falência dos bancos, podendo ao mesmo tempo, atender a redução dos estoques de AFD e utilizá-los em momentos desfavoráveis aos bancos.

Por fim, percebeu-se que os AFD podem estar sendo utilizados como suavizadores de resultados bancários e, as recomendações técnicas sugeridas, deveriam ser discutidas e elencadas no cenário empresarial e político, principalmente, pelo fato dos estoques desses ativos aumentarem a cada período que passa e, não tendo a todos bancos, as principais informações das movimentações dos usos desses ativos, não atendendo a Resolução CMN 4.842/2020 e desobedecendo ao Princípio da Oportunidade Contábil, tornando menos relevante as informações dos relatórios financeiros desses bancos.

APÊNDICE B – Teste de Diferenciações de Médias

A Tabela (7) apresenta os resultados da estatística descritiva dos AFD, pelo Teste de Diferenciações de Médias, sendo utilizados como medidas de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros (H2) apresentado pelo Painel A, para evitar perdas (H3) pelo Painel B e para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas (H4) pelo Painel C.

TABELA 7: AFD SÃO INCREMENTALMENTE ÚTEIS PARA MEDIDAS DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 2017 A 2021, SENDO COLETADOS DO BACEN E BLOOMBERG

As variáveis AFD_{it} , $\Delta PCLD_{t-1}$ e $PCLD_{it}$ foram escalonadas pelos ativos totais, portanto, os resultados foram apresentados em decimais, porém na análise, os resultados podem ser representados em percentuais para uma melhor representatividade nas comparações a serem apresentadas na análise dos resultados.

PAINEL A: PARA EVITAR UM DECLÍNIO NOS LUCROS (H2), SENDO USADOS OS AFD E $\Delta PCLD_{t-1}$ COMO VARIÁVEIS PARA AS DIFERENCIAÇÕES DE MÉDIAS						
Variable	Dummy	Obs	Mean	Std. dev.	[95% conf. interval]	
AFD_{it}	0	653	0.0008	0.0332	***-0.0017	***0.0034
AFD_{it}	1	557	-0.0001	0.0363	***-0.0031	***0.0030
	Combined	1.210	0.0004	0.0347	***-0.0024	***0.0032
	t = -0.6391	diff	-0.0008		***-0.0034	***0.0017
$\Delta PCLD_{t-1}$	0	653	0.1141	0.4167	*0.0718	0.1565
$\Delta PCLD_{t-1}$	1	557	0.3498	2.5940	*0.0604	0.6392
	Combined	1.210	0.2211	1.7771	*0.0878	0.3544
	t = -1.7303	diff	-0.2356		-0.5030	**0.0317
PAINEL B: PARA EVITAR PERDAS (H3), SENDO USADOS OS AFD E $PCLD_{it}$ COMO VARIÁVEIS PARA AS DIFERENCIAÇÕES DE MÉDIAS						
Variable	Dummy	Obs	Mean	Std. dev.	[95% conf. interval]	
AFD_{it}	0	235	0.0023	0.0649	***-0.0061	**0.0106
AFD_{it}	1	975	-0.0001	0.0219	***-0.0014	***0.0014
	Combined	1.210	0.2505	0.0458	***-0.0030	***0.0053
	t = -0.5360	diff	0.0505		**0.0106	***-0.0060
$PCLD_{it}$	0	235	-0.1638	1.0681	-0.2682	*-0.0595
$PCLD_{it}$	1	975	-0.3040	2.4655	-0.5940	**0.0139
	Combined	1.210	-0.2211	1.7771	-0.3544	*-0.0878
	t = -1.0147	Diff	-0.1401		-0.4113	-0.1310
PAINEL C: PARA EVITAR DEIXAR DE CUMPRIR OU SUPERAR AS PREVISÕES DE LUCROS DOS ANALISTAS (H4), SENDO USADOS OS AFD E $PCLD_{it}$ COMO VARIÁVEIS PARA AS DIFERENCIAÇÕES DE MÉDIAS						
Variable	Dummy	Obs	Mean	Std. dev.	[95% conf. interval]	
AFD_{it}	0	221	0.0004	0.0387	***-0.0021	***0.0028
AFD_{it}	1	239	0.0007	0.0037	***0.0002	***0.0011
	Combined	460	0.2501	0.2521	0.2754	0.2726
	t = -0.1450	diff	0.5004	-	0.5023	0.5409
$PCLD_{it}$	0	133	-0.3835	3.0679	-0.9097	-0.1427
$PCLD_{it}$	1	112	-0.2142	0.6517	-0.3362	*-0.0921

	Combined	245	-0.3061	2.3004	-0.5956	** -0.0166
	t = -0.5733	diff	-0.1694	-	-0.7513	-0.4126

Níveis de significância: ***(1%), **(5%) e *(10%).

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

O Painel A exibiu 653 observações para a *dummy* 0, ou seja, mais bancos relataram uma mudança de lucros maior ou igual a -2% de $t-1$ para t , o que significa que os lucros foram sendo reduzidos ano após ano dentro do período amostral. Para a *dummy* 557 observações, significando que um número menor de bancos da amostra relatou uma mudança de lucros maior ou igual a 0 e menor que 2% de $t-1$ para t , ou seja, ano após ano os lucros dos bancos foram aumentando dentro do período amostral, aproximando-se dos resultados encontrados por Burgstahler e Dichev (1997).

O resultado para o Teste de Diferenciações de Médias exibiu as diferenças entre as médias amostrais dos AFD (-0.0008) e $\Delta PCLD_{t-1}$ (-0.2356) e, o valor da estatística $t = -0.6391$ (AFD) e -1.7303 para $\Delta PCLD_{t-1}$, rejeitando assim a hipótese nula de igualdade de médias dos AFD e $\Delta PCLD_{t-1}$ para H_2 .

Com relação à variável AFD_{it} média com mudanças de ganhos zero ou ligeiramente positivas, essa foi menor do que o AFD_{it} médio com mudanças de ganhos ligeiramente negativos (-0,01% e 0,08%), ou seja, a chance de gerenciamento de resultados por AFD_{it} se tornam menores para evitar um declínio nos lucros, aproximando-se dos resultados encontrados por Phillips, Pincus e Rego (2003).

Para os desvios-padrões apresentados pelos AFD, percebe-se uma alta dispersão tanto para a *dummy* 0 (0.0332), quanto para a 1 (0.0363) se comparados aos valores exibidos nas médias, porém mesmo com essas dispersões, os valores de intervalos de confiança foram significativos a 5% para as duas situações de 0 (-0.0017 a 0.0034) e 1 (-0.0031 a 0.0030). $\Delta PCLD_{t-1}$ exibiu um desvio-padrão para a *dummy* 0

de 0.4167 e 2.5940 para a 1, tendo uma dispersão da amostra ainda maior se comparadas às dos AFD, resultando assim um intervalo de confiança sem significância a 5% com o intervalo de 0,0718 a 0,1565 (para *dummy* 0) e 0,0604 e 0,6392 (para *dummy* 1), aproximando-se dos resultados encontrados por Hung, Jiang, Liu e Tu (2018).

O Painel B apresentou 235 observações para a *dummy* 0, ou seja, menos bancos relataram o resultado da divisão do Lucro Líquido no ano t sobre os Ativos Totais no final do ano $t-1$ sendo maior ou igual a -2% e menor que 0, o que significa que a margem de lucros foi sendo reduzida ano após ano dentro do período amostral. E 975 observações foram a *dummy* 1, significando que um número maior de bancos da amostra, relataram uma margem de lucro maior ou igual a 0 e menor que 2% , ou seja, ano após ano as margens de lucros sobre os Ativos Totais foram aumentando dentro do período amostral, aproximando-se dos resultados encontrados por Phillips, Pincus e Rego (2003).

O resultado para o Teste de Diferenciações de Médias exibiu as diferenças entre as médias amostrais 0.0505 da variável AFD_{it} e -0,1401 ($PCLD_{it}$) e, o valor da estatística $t = -0.5360$ para AFD e $t = -1,0147$ para a variável $PCLD_{it}$, rejeitando assim a hipótese nula de igualdade de médias dos AFD e $PCLD_{it}$ para H3.

Com relação à variável média AFD_{it} , essa foi ligeiramente maior (0,23%) para a *dummy* 0 em comparação à *dummy* 1 (-0,01%), ou seja, a chance de gerenciamento de resultados por AFD_{it} se torna menor para evitar perdas em bancos. E as dispersões das amostras, apresentadas pelos desvios-padrões foram 0.0649 para 0 e 0.0219 para a *dummy* 1, mesmo apresentando uma alta dispersão, os intervalos de confiança foram significativos a 5% para 0 (-0.0061 a 0.0106) e 1 (-0.0014 a 0.0014), aproximando-se dos resultados encontrados por Ahnan e Murwaningsari (2019).

A variável $PCLD_{it}$ apresentou valores médios maiores para a *dummy* 1 (-30,40%) em comparação à *dummy* 0 (-16,38%), porém, não se pode afirmar que são úteis para medidas de gerenciamento de resultados para evitar perdas, devido à alta dispersão na amostra, ou seja, o desvio-padrão para $PCLD_{it}$ na *dummy* 1 é de 2.4655 e na 0 é de 1.0681, tornando assim, os intervalos de confiança sem significância a 5% para 0 (-0,2682 a -0,0595) e 1 (-0,5940 a -0,0139), aproximando-se dos resultados exibidos por Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012).

O Painel C apresentou 221 observações para a *dummy* 0, ou seja, menos bancos relataram o resultado do erro de previsão de ganhos dos analistas dos bancos maiores do que 1% por ação. E 239 observações para a *dummy* 1, ou seja, mais bancos relataram o resultado do erro de previsão de ganhos dos analistas menores do que 1% por ação, aproximando-se dos resultados encontrados por Phillips, Pincus e Rego (2003).

O resultado para o Teste de Diferenciações de Médias exibiu as diferenças entre as médias amostrais de AFD (0.5004) e -0.1694 ($PCLD_{it}$) e, o valor da estatística $t = -0.1450$ para AFD e $t = -0.5733$ para a variável $PCLD_{it}$, rejeitando assim a hipótese nula de igualdade de médias dos AFD e $PCLD_{it}$ para H4.

Com relação à variável média AFD_{it} , essa foi ligeiramente maior (0,07%) para a *dummy* 1 em comparação à *dummy* 0 (0,04%), ou seja, a chance de gerenciamento de resultados por AFD_{it} se torna maior para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de analistas, pois quanto menor o erro maior a probabilidade de gerenciamento de resultados, aproximando-se dos resultados encontrados por Skinner (2008).

A variável $PCLD_{it}$ apresentou valores médios maiores para a *dummy* 0 (-38,35%) em comparação à *dummy* 1 (-21,42%), porém, não se pode afirmar que são

úteis para medidas de gerenciamento de resultados para responder a H4, devido à alta dispersão na amostra, ou seja, o desvio-padrão para $PCLD_{it}$ na *dummy* 0 é de -3.0679 e na 1 é de -0.6517, não sendo significativos a 5% nos intervalos de confiança (-0,9097 a -0,1427 para *dummy* 0 e -0,3362 a -0,0921 para *dummy* 1), aproximando-se dos resultados exibidos por Phillips, Pincus e Rego (2003).

Para os desvios-padrões apresentados pelos AFD, percebe-se uma alta dispersão tanto para a *dummy* 0 (0.0387), quanto para a 1 (0.0037) se comparados aos valores exibidos nas médias, porém mesmo com essas dispersões, os valores de intervalos de confiança foram significativos a 5% para as duas situações de *dummy* 0 (-0.0021 a 0.0028) e *dummy* 1 (0.0002 a 0.0011), aproximando-se dos resultados encontrados por Hung, Jiang, Liu e Tu (2018).

TABELA 8: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON (H1)

Esta tabela apresenta as correlações entre as variáveis para H1. A amostra é identificada por 121 bancos, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021.

	$PCLD_{it}$	AFD_{t-1}	ΔCC_{t-1}	ΔCC_{t-2}	$\Delta PCLD_{t-1}$	$SIZE_{it}$	$EMPINICIAIS_{it}$	$EMPRESTIMOS_{it}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
AFD_{t-1}	0.2746	1.0000						
ΔCC_{t-1}	-0.0181	-0.0726	1.0000					
ΔCC_{t-2}	-0.0040	0.0520	*0.7614	1.0000				
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.2697	-0.0294	0.0166	0.0203	1.0000			
$SIZE_{it}$	0.1421	0.0333	0.0501	0.0707	-0.0222	1.0000		
$EMPINICIAIS_{it}$	*0.7636	*0.7750	0.0381	0.0423	0.1159	-0.1216	1.0000	
$EMPRESTIMOS_{it}$	*0.7949	*0.8797	0.0290	0.0332	0.1511	-0.1003	*0.8318	1.0000

Nível de significância: *(5%)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

TABELA 9: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON (H1 PARA GRANDES, MÉDIOS E PEQUENOS BANCOS)

Esta tabela apresenta as correlações entre as variáveis para H1 para os grandes, médios e pequenos bancos. As amostras são compostas por 05 grandes bancos, 17 médios bancos e 99 pequenos bancos, coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021.

Painel A: Grandes bancos								
	$PCLD_{it}$	AFD_{t-1}	ΔCCI_{t-1}	ΔCCI_{t-2}	$\Delta PCLD_{t-1}$	$SIZE_{it}$	$EMPINICIAIS_{it}$	$EMPRESTIMOS_{it}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
AFD_{t-1}	-0.2456	1.0000						
ΔCCI_{t-1}	-0.0409	-0.0826	1.0000					
ΔCCI_{t-2}	-0.0780	-0.0708	*0.7485	1.0000				
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.1985	-0.0340	0.0230	0.0198	1.0000			
$SIZE_{it}$	0.1340	0.0673	0.0607	0.0506	-0.0405	1.0000		
$EMPINICIAIS_{it}$	0.3049	0.0045	0.0840	0.0304	0.1203	-0.0987	1.0000	
$EMPRESTIMOS_{it}$	0.5049	0.0209	0.0430	0.0230	0.1405	0.1003	*0.8697	1.0000
Painel B: Médios bancos								
	$PCLD_{it}$	AFD_{t-1}	ΔCCI_{t-1}	ΔCCI_{t-2}	$\Delta PCLD_{t-1}$	$SIZE_{it}$	$EMPINICIAIS_{it}$	$EMPRESTIMOS_{it}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
AFD_{t-1}	-0.4506	1.0000						
ΔCCI_{t-1}	-0.0767	-0.0560	1.0000					
ΔCCI_{t-2}	-0.0456	-0.0970	*0.7485	1.0000				
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.1238	-0.0450	0.0456	0.0084	1.0000			
$SIZE_{it}$	0.2254	0.0987	0.0089	0.0867	-0.0670	1.0000		
$EMPINICIAIS_{it}$	0.2309	0.0067	0.0890	0.0235	0.1098	-0.0334	1.0000	
$EMPRESTIMOS_{it}$	0.4508	0.0345	0.0235	0.0245	0.1237	0.1089	0.4562	1.0000
Painel C: Pequenos bancos								
	$PCLD_{it}$	AFD_{t-1}	ΔCCI_{t-1}	ΔCCI_{t-2}	$\Delta PCLD_{t-1}$	$SIZE_{it}$	$EMPINICIAIS_{it}$	$EMPRESTIMOS_{it}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
AFD_{t-1}	0.2346	1.0000						
ΔCCI_{t-1}	0.0906	0.0907	1.0000					
ΔCCI_{t-2}	0.0896	0.0678	0.4567	1.0000				
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.0078	-0.0987	0.0566	0.0256	1.0000			
$SIZE_{it}$	0.1254	0.0345	0.0126	0.0348	-0.0438	1.0000		
$EMPINICIAIS_{it}$	-0.1874	-0.0125	0.0307	0.0987	0.4095	-0.0478	1.0000	
$EMPRESTIMOS_{it}$	0.4095	-0.0578	0.3405	0.1234	0.0983	0.1321	*0.8406	1.0000

Nível de significância: *(5%)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

TABELA 10: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

Esta tabela apresenta as correlações entre as variáveis para H5. A amostra é identificada por 121 bancos, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021.

	$EARN_{t+1}$	$EARN_{it}$	AFD_{it}	$EARN_{it} * AFD_{it}$	$LOGEMP_{it}$	$\Delta PCLD_{t-1}$	$CUSTOOP_{it}$	$DEPOSITOS_{it}$
$EARN_{t+1}$	1.0000							
$EARN_{it}$	0.2636	1.0000						
AFD_{it}	0.1389	0.0344	1.0000					
$EARN_{it} * AFD_{it}$	0.1351	0.1236	0.0450	1.0000				
$LOGEMP_{it}$	*0.8861	0.3928	0.2748	0.2272	1.0000			
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.0475	-0.0773	-0.0385	0.0388	-0.0245	1.0000		
$CUSTOOP_{it}$	0.0236	0.0344	0.0674	0.1583	0.1248	0.1207	1.0000	
$DEPOSITOS_{it}$	0.3928	0.1140	0.0472	0.3133	*0.7326	0.0235	-0.1904	1.0000

Nível de significância: *(5%)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

TABELA 11: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON (H6)

Esta tabela apresenta as correlações entre as variáveis para H6. A amostra é identificada por 121 bancos, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021.

	$PCLD_{it}$	$EARN_{it}$	AFD_{it}	$EARN_{it} * AFD_{it}$	$PCLDINICIAL_{it}$	$BAIXAEMPR_{it}$	$EINADIN_{t-1}$	$LOGEMP_{t-1}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
$EARN_{it}$	-0.3636	1.0000						
AFD_{it}	0.2659	-0.1374	1.0000					
$EARN_{it} * AFD_{it}$	0.3851	-0.4736	0.0600	1.0000				
$PCLDINICIAL_{it}$	*0.9861	-0.3928	0.2848	0.4272	1.0000			
$BAIXAEMPR_{it}$	-0.0475	-0.0773	-0.0185	0.0588	0.0235	1.0000		
$EINADIN_{t-1}$	0.0046	-0.0244	-0.0684	0.1083	0.0248	0.0177	1.0000	
$LOGEMP_{t-1}$	-0.5328	0.2140	0.0422	-0.1133	*-0.8336	-0.0235	-0.1704	1.0000

Nível de significância: *(5%)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

TABELA 12: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

Esta tabela apresenta as correlações entre as variáveis para H6 para os grandes, médios e pequenos bancos. As amostras são compostas por 05 grandes bancos, 17 médios bancos e 99 pequenos bancos, coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021.

Painel A: Grandes bancos								
	$PCLD_{it}$	$EARN_{it}$	AFD_{it}	$EARN_{it} * AFD_{it}$	$PCLDINICIAL_{it}$	$BAIXAEMPR_{it}$	$EINADIN_{t-1}$	$LOGEMP_{t-1}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
$EARN_{it}$	-0.4506	1.0000						
AFD_{it}	-0.2560	-0.1376	1.0000					
$EARN_{it} * AFD_{it}$	0.2098	-0.3459	0.0456	1.0000				
$PCLDINICIAL_{it}$	0.8954	-0.4506	0.3049	0.2309	1.0000			
$BAIXAEMPR_{it}$	-0.0874	-0.0456	-0.0240	0.0565	0.0345	1.0000		
$EINADIN_{t-1}$	0.0036	-0.0850	-0.0875	0.2304	0.0983	0.0296	1.0000	
$LOGEMP_{t-1}$	*-0.6709	0.1029	0.0560	-0.1092	-0.3409	-0.0354	-0.1029	1.0000
Painel B: Médios bancos								
	$PCLD_{it}$	$EARN_{it}$	AFD_{it}	$EARN_{it} * AFD_{it}$	$PCLDINICIAL_{it}$	$BAIXAEMPR_{it}$	$EINADIN_{t-1}$	$LOGEMP_{t-1}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
$EARN_{it}$	-0.2039	1.0000						
AFD_{it}	-0.4309	-0.1509	1.0000					
$EARN_{it} * AFD_{it}$	0.3409	-0.2098	0.0678	1.0000				
$PCLDINICIAL_{it}$	0.5697	-0.3098	0.4509	0.1230	1.0000			
$BAIXAEMPR_{it}$	-0.0987	-0.0560	-0.0124	0.0785	0.0439	1.0000		
$EINADIN_{t-1}$	0.0097	-0.0670	-0.0450	0.2094	0.0845	0.0187	1.0000	
$LOGEMP_{t-1}$	-0.3450	0.1540	0.0387	-0.0954	*-0.7509	-0.0298	-0.1456	1.0000
Painel C: Pequenos bancos								
	$PCLD_{it}$	$EARN_{it}$	AFD_{it}	$EARN_{it} * AFD_{it}$	$PCLDINICIAL_{it}$	$BAIXAEMPR_{it}$	$EINADIN_{t-1}$	$LOGEMP_{t-1}$
$PCLD_{it}$	1.0000							
$EARN_{it}$	-0.3092	1.0000						
AFD_{it}	0.2234	0.0949	1.0000					
$EARN_{it} * AFD_{it}$	0.2956	-0.1985	0.0895	1.0000				
$PCLDINICIAL_{it}$	0.3459	-0.3948	*0.7904	0.1984	1.0000			
$BAIXAEMPR_{it}$	-0.0894	-0.0784	-0.0294	0.0569	0.0394	1.0000		
$EINADIN_{t-1}$	0.0197	-0.0560	-0.0598	0.2398	0.0398	0.0239	1.0000	
$LOGEMP_{t-1}$	-0.2398	*0.7987	0.0596	-0.0495	-0.1956	-0.0194	-0.1298	1.0000

Nível de significância: *(5%)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

TABELA 13: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

Esta tabela apresenta as correlações entre as variáveis para H7. A amostra é identificada por 121 bancos, sendo coletados os dados dos relatórios financeiros dos bancos e do BACEN, referente ao período de 2017 a 2021.

	UE_{it}	$LUCROSIN_{it}$	AFD_{it}	$LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$	$EMDEP_{it}$	$RLIQ_{it}$	$\Delta PCLD_{t-1}$	$BAIXAEMPR_{it}$
UE_{it}	1.0000							
$LUCROSIN_{it}$	0.1636	1.0000						
AFD_{it}	0.1589	0.1344	1.0000					
$LUCROSIN_{it} * AFD_{it}$	0.1751	0.2236	0.0850	1.0000				
$EMDEP_{it}$	0.2361	0.2928	0.2248	0.1272	1.0000			
$RLIQ_{it}$	*0.7575	-0.0333	-0.0485	0.0888	-0.0345	1.0000		
$\Delta PCLD_{t-1}$	-0.0346	-0.0444	*0.8574	-0.1543	-0.1048	-0.1287	1.0000	
$BAIXAEMPR_{it}$	0.2928	0.1240	0.0372	0.0133	0.0326	0.0135	-0.0904	1.0000

Nível de significância: *(5%)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)